

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E CULTURA**

ROSSANA ROSSIGALI

**O LUGAR DO SUJEITO FEMININO NA REVISTA CURITIBANA A *SEMPRE-VIVA*
(1924-1925)**

**CAXIAS DO SUL
2017**

ROSSANA ROSSIGALI

**O LUGAR DO SUJEITO FEMININO NA REVISTA CURITIBANA A *SEMPRE-VIVA*
(1924-1925)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, na Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Salete Rosa Pezzi dos Santos

CAXIAS DO SUL
2017

R834I Rossigali, Rossana

O lugar do sujeito feminino na revista curitibana A Sempre-Viva
(1924-1925) / Rossana Rossigali. – 2017.
153 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa
de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, 2017.

Orientação: Salete Rosa Pezzi dos Santos.

1. A Sempre-Viva. 2. O lugar do sujeito feminino. 3. Resgate de
escritoras brasileiras. I. Santos, Salete Rosa Pezzi dos, orient. II. Título.

**O lugar do sujeito feminino na revista curitibana
*A sempre-viva (1924-1925)***

Rossana Rossigali

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, Área de Concentração: Estudos de Identidade, Cultura e Regionalidade. Linha de Pesquisa: Literatura, Cultura e Regionalidade.

Caxias do Sul, 25 de agosto de 2017.

Banca Examinadora:

Dr. André Tessaro Pelinser
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Cecil Jeanine Albert Zinani
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Cinara Ferreira Pavani
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Salete Rosa Pezzi dos Santos
Universidade de Caxias do Sul
Orientadora

Este trabalho é dedicado a meus pais e a alguém que nunca teve a oportunidade de ler nenhuma das composições aqui mencionadas: minha avó paterna, Rosa Ribeiro da Silva Rossigalli, uma das mulheres mais inteligentes que já conheci, que, assim como outras de sua geração, fruto de um redutor sistema patriarcal, teve solapado o seu direito à alfabetização. Por quê? Ora, para não enviar cartas ao namorado...

AGRADECIMENTOS

À CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul.

À professora Salete Rosa Pezzi dos Santos, incansável incentivadora dos alunos e minha orientadora, pela carinhosa acolhida.

À minha família, pelo apoio e pelas caronas semanais à rodoviária e ao aeroporto.

À professora Gloria Lucia Perine, pela revisão atenta e valiosa troca de ideias.

À Teresa Teixeira de Britto/Centro Paranaense Feminino de Cultura, pelas inestimáveis contribuições.

À Dra. Etelvina Maria de Castro Trindade, orientadora da minha primeira Monografia, na UFPR, pelo encorajamento ao prosseguimento da pesquisa.

À Dra. Aparecida Maria Nunes, da Universidade Federal de Alfenas, pela elucidativa conversa durante o *III Congresso Nacional e II Congresso Internacional de Literatura e Gênero*, na Unesp/São José do Rio Preto.

À Cicília Branco Rodakoviski/Centro de Letras do Paraná, pela disponibilização do acervo da instituição.

À Malu de Almeida Scheleder, pelo variado rol de sugestões.

Ao Tiago Dutra, técnico de equipamentos da Área do Conhecimento de Humanidades da UCS, e ao colega de mestrado Marcos Antonio do Amaral de Freitas, pelo auxílio na formatação deste trabalho.

Ao Dr. Newton Carneiro Affonso da Costa, pela disponibilidade, cortesia e incentivo.

Comecei a pensar no esquecimento a que estão relegadas as nossas ancestrais, que foram pioneiras, aquelas poucas mulheres que tinham coragem de se expressar, numa época em que a mulher não tinha acesso à cultura e era bloqueada e cercada nas suas manifestações, de todas as maneiras possíveis. E essas vozes me comoveram. [...] Comecei a ler alguma coisa mais sobre essas mulheres, porque o material sobre elas é praticamente inexistente. Quando eu digo inexistente, ele pode até existir, mas é tão difícil de ser encontrado, que é como se não existisse. [...] Quem vai, então, se lembrar dessas mulheres? Quem vai se dar ao trabalho de ler essas mulheres hoje?...

RESUMO

No presente trabalho, discute-se a produção literária de mulheres na revista curitibana *A Sempre-Viva*, publicada em 1924/1925. Assim, investiga-se que lugar o sujeito feminino ocupa nessa publicação, a partir de aportes teóricos dos Estudos Culturais de Gênero. Para cumprir tal objetivo, foi necessário perscrutar a trajetória histórica da mulher ocidental, a qual explica os motivos que a levaram a exercer um papel submisso ao longo dos séculos, bem como o feminismo, que elucida os caminhos da reação a esse domínio. Além disso, investigou-se o percurso da imprensa – aí incluída a feminina e a feminista –, a qual, no Brasil, guarda estreita relação com a literatura. As poucas mulheres que conseguiam publicar confrontavam as normas vigentes, que as circunscreviam ao âmbito privado, o que fez da utilização de pseudônimos prática corrente. Constatou-se, ao final do trabalho, que as próprias organizadoras da revista, que tanto lutaram pelo resgate de escritoras desconhecidas, sucumbiram ao esquecimento.

Palavras-chave: *A Sempre-Viva*. O lugar do sujeito feminino. Resgate de escritoras brasileiras.

ABSTRACT

This work discusses the literary production of women in the magazine *A Sempre-Viva*, published in Curitiba, in 1924/1925. There is an investigation about the place of the feminine subject in this publication, based on Gender Cultural Studies. In order to accomplish that goal, it was necessary to study the history of western women, which explains the reasons for their submission over the centuries, as well as the feminism, which explains how they reacted to that domain. Furthermore, the history of the press – feminine and feminist – was also analysed. In Brazil, it is closely related to literature. The few female writers who succeeded in publishing were fighting the rules, which were very strict, keeping women only in private places. That is why many writers used pseudonyms. At the end of the work it is possible to conclude that the magazine organizers themselves were forgotten.

Keywords: *A Sempre-Viva*. The place of the feminine subject. Rediscovery of Brazilian female writers.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A FAMÍLIA E A MULHER	17
2.1	O PERCURSO HISTÓRICO DA FAMÍLIA.....	17
2.2	A MULHER DO SÉCULO XIX E DO INÍCIO DO XX.....	25
2.3	OS VALORES FEMININOS NA REVISTA <i>A SEMPRE-VIVA</i>	32
3	O FEMINISMO E(M) CURITIBA	45
3.1	AS ONDAS DO FEMINISMO.....	45
3.2	O FEMINISMO EM <i>A SEMPRE-VIVA</i>	52
3.3	A CURITIBA DA ÉPOCA DE <i>A SEMPRE-VIVA</i>	56
4	IMPrensa E LITERATURA	64
4.1	BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA IMPrensa NO BRASIL.....	64
4.2	A IMPrensa FEMININA NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX.....	71
4.3	AS ESCRITORAS EM <i>A SEMPRE-VIVA</i>	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
	REFERÊNCIAS	138
	ANEXOS	148

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre literatura encontra em Umberto Eco ressonância quando ele afirma que as “obras literárias [...] propõem um discurso com muitos planos de leitura e nos colocam diante das ambiguidades, da linguagem e da vida” (ECO, 2003, p.12).

Assim, considerando-se que a literatura representa a sociedade, busca-se, no presente trabalho, perscrutar a temática de como a mulher é representada pela imprensa feminina voltada à literatura nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, mister se faz esquadrihar as características ideais que se esperavam encontrar nas mulheres, bem como apontar a importância da instituição familiar. É necessário, ainda, proceder a uma breve retrospectiva acerca da imprensa e, particularmente, da imprensa feminina no Brasil, retrocedendo-se, então, ao século XIX.

O século XIX presenciou diversas transformações, como a consolidação do capitalismo, o desenvolvimento da vida urbana e a ascensão da burguesia. Passa a existir a valorização tanto da intimidade familiar quanto da maternidade. Pairava sobre a mulher brasileira, no final do século XIX e início do século XX, a necessidade de ser mãe modelar. Em consonância com Nelly Novaes Coelho (1989), a imagem de mulher ideal surgiu na Idade Média, na Europa, em torno dos séculos XI–XII, tendo por pressuposto a castidade. A Igreja procurava cristianizar a mentalidade “bárbara”, vigente nos séculos anteriores, enaltecendo a mulher como requisito para a realização do homem, e transformando o ato sexual em um ato moral, visto que o amor passou a ser associado à própria realização do ser humano e às noções de Bem/Mal, Virtude/Pecado.

Assim, a partir do século XII começa a ser observado, nas cortes europeias, o amor cortês, que preconiza a pureza da “amada inacessível”, a qual se configura em condição *sine qua non* para a completa realização masculina.

No século XVI, o Concílio de Trento, ao estabelecer os fundamentos do catolicismo, não apenas aprova esse ideal, como acaba por se imiscuir na instituição matrimonial, a ponto de proibir a prática do sexo que não fosse destinada à procriação. Conforme atesta Coelho,

daí a sexofobia que caracteriza a sociedade burguesa, hoje conhecida como “sociedade tradicional”. E, também, na mesma linha de ideias, se compreende melhor que a sexofilia (o sexo liberado) seja a característica mais notória deste nosso século de arrebentações e descobertas... A libertação da mulher vai começar por aí. Mas, antes, é necessário que examinemos a época em que a mulher aceitava, como verdade absoluta, o comportamento e reações que a Sociedade lhe exigia, para que fosse considerada uma mulher perfeita, realizada (COELHO, 1989, p. 5).

Para essa autora, os escritos femininos do século XIX (muita poesia e escassos

romances¹) corroboram as concepções sobre a mulher em voga na época.

A partir da metade do século XIX, surge um modelo de mulher que valoriza o trabalho, a castidade e o esforço individual. A criança passara a ser considerada sob um novo enfoque, que a associava “aos cuidados médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas camadas pobres da população, como força de trabalho industrial” (RAGO, 1985, p. 62).

As demandas da urbanização exigiam que as mulheres frequentassem os espaços públicos das cidades, e introduziam-nas no mundo do trabalho. As mulheres ricas deveriam ter acesso a uma boa educação, que seria utilizada para a consecução de um bom casamento. As pobres poderiam exercer ofícios, por exemplo, em fábricas, lojas, escritórios comerciais e na Companhia Telefônica. Entretanto, esse contato com os espaços públicos não exime a mulher de manter uma rigorosa conduta moral. Margareth Rago salienta que,

quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize (RAGO, 1985, p. 63).

Tanto assim que não era de bom tom as mulheres saírem de casa desacompanhadas, fato narrado, por exemplo, em *A Falência*, romance de Julia Lopes de Almeida, publicado em 1901, quando a personagem Joana não aprova o fato de sua sobrinha Mila, às vezes, sair sozinha: “Não fica bem uma senhora sair só...” (ALMEIDA, 1978, p. 143). Mesmo em sua residência, a mulher deveria guardar o recato. A título de exemplo, no mesmo romance, o patriarca Francisco Teodoro chega a casa e lá encontra várias pessoas, além da mulher. Então, “Francisco Teodoro foi direito a eles e cumprimentou-os, sem se atrever a roçar os lábios na face da mulher, com todo o escrupuloso pudor das suas ações em família” (ALMEIDA, 1978, p. 20).

E, para compreender as qualidades esperadas dessa mulher/mãe modelar, é necessário perquirir as razões que conduziram a tal panorama histórico, as quais envolvem a constituição da família, a urbanização, o papel desenvolvido pelo médico sanitário e a assistência aos pobres, tópicos que serão analisados nesta pesquisa. Conforme referido, será efetuado um

¹ No Brasil, o início do romance, como gênero literário, ocorre em meados do século XIX. Por conseguinte, a maior parte da literatura da época passava ao largo desse gênero, o que incluía, naturalmente, a produção feminina.

breve panorama sobre a imprensa feminina, observando-se como a mulher é representada em alguns veículos e, especificamente, na revista *A Sempre-Viva*, que foi publicada em Curitiba/PR nos anos de 1924 e 1925.

Sobre esse assunto, nada foi detectado em termos de estudos acadêmicos, tanto em pesquisas realizadas em sites específicos quanto em indagações realizadas com professoras da UFPR, tanto da área de Letras quanto da área de História. Conforme assevera Constância Lima Duarte (2016), trata-se de um campo com ainda amplas possibilidades de pesquisa a serem efetuadas.

Com base no problema de pesquisa “Qual é o lugar da mulher escritora no início do século XX na revista *A Sempre-Viva*, publicada em Curitiba nos anos de 1924 e 1925, e como o sujeito feminino é representado nesse veículo de comunicação?”, o objetivo deste trabalho é investigar o lugar que o sujeito feminino ocupa em *A Sempre-Viva*, a partir de uma perspectiva de aportes teóricos da crítica feminista, observando como ocorre o processo de representação de identidade feminina. Para tal, procura-se: cotejar o perfil da mulher no século XIX e início do XX, em consonância com os estudos históricos acerca das mulheres, levando em consideração a influência do sistema patriarcal na constituição da identidade feminina; situar historicamente a imprensa brasileira no século XIX e início do XX; situar historicamente a imprensa feminina; analisar a revista para verificar como ocorre a caracterização da mulher à luz do referencial teórico proposto; identificar se havia, na revista, uma proposta de feminismo, e, em caso afirmativo, em que consistia.

A Sempre-Viva foi uma revista que circulou em Curitiba nos anos de 1924 e 1925, em um total de 20 edições conhecidas. Seus exemplares foram obtidos a partir da digitalização realizada pela Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. O corpus em estudo é composto por 19 números, pois a edição de número 3 não está disponível no site da BN. Em Curitiba, a Biblioteca Pública do Paraná conta com apenas 8 edições originais, fato que inviabilizaria a realização deste trabalho. Esta pesquisa, portanto, é totalmente tributária da Hemeroteca Digital.

A revista media 23,5 cm X 32,5 cm. Era colorida, chegando a ser empregada mais de uma cor no mesmo número. O total de páginas variava de edição para edição, sendo que os primeiros números contavam com uma quantidade menor de páginas – o número inaugural, por exemplo, possuía apenas 4 páginas. A partir do número 7, a revista passa a ter um cabeçalho, no qual aparecem flores sempre-viva – no canto inferior direito, há uma assinatura que, supostamente, é de Sylvia Carneiro. Era editada pela oficina gráfica L. Mundial. Além das assinaturas anual, semestral e no estrangeiro, era possível também adquirir números

avulsos.

Organizada pelas irmãs Lygia e Sylvia Carneiro, conta com colaboradoras que escrevem sob pseudônimos, alguns de fácil dedução (como a Secretária Elvira Rebello, que assina Ari V. Le), outros quase impossíveis de serem decifrados, como a redatora Lia, cuja verdadeira identidade foi descoberta graças a uma extensiva pesquisa paralela realizada nos jornais curitibanos da época. Há ainda a participação eventual de uma outra irmã, Carmen Carneiro, muito jovem à época. As três eram filhas de Petit Carneiro, médico fundador da Universidade do Paraná, atual UFPR, em 1912. Pertenciam, conseqüentemente, à elite intelectual da capital paranaense, assim como para essa elite era dirigida essa publicação. Entretanto, não fosse esse fato, não teria sido possível a descoberta de várias informações, obtidas em um verdadeiro esforço detetivesco, com o objetivo de completar um quebra-cabeça com diversas peças faltantes – a sensação que fica é a de que essas irmãs desapareceram da memória dos curitibanos, mesmo daqueles pertencentes a círculos literários.

A revista publicava textos tanto de homens quanto de mulheres. Porém, esta pesquisa delimitou somente aqueles de autoria feminina – ou de autoria ignorada – como objeto de análise. Adite-se, ainda, que *A Sempre-Viva* difundia as atividades da Pequena Academia de Letras e Artes, a qual contava com a presença ativa de Lygia Carneiro – esse tipo de simbiose não era, em absoluto, inusual.

Para alcançar o intento deste trabalho, observa-se uma estrutura que prevê a divisão em Introdução, três capítulos e as Considerações finais.

No segundo capítulo, são tecidas considerações acerca da evolução histórica da família, a partir da mudança do modelo feudal para o moderno, fato que trouxe repercussões para a instituição familiar no Brasil. Além disso, é apresentado o percurso histórico da mulher no século XIX e começo do XX, e quais desses valores femininos estão presentes nos textos publicados em *A Sempre-Viva*.

A partir de uma retrospectiva histórica, procura-se compreender, no terceiro capítulo, a trajetória do feminismo ocidental, observando-se, na sequência, de que modo ele está presente nas páginas de *A Sempre-Viva*. Neste ponto, merece destaque o trabalho de Mariana Coelho, o que encaminha o trabalho para a investigação de como era a capital paranaense da época dessa feminista, e no que consistia ser mulher nessa sociedade.

O foco do quarto capítulo consiste em traçar um breve panorama da imprensa no Brasil, estendendo essa investigação para o início da imprensa feminina no país, procurando-se, para tanto, salientar alguns jornais e revistas da época em análise. Em seguida, trata-se das

escritoras publicadas pela revista, o que ocorre em três frentes: as que possuem sua biografia acompanhando seu texto, as que somente têm seu texto publicado, com a devida identificação, porém sem nenhuma indicação bibliográfica, e as que estão em ambas as categorias, com trabalhos publicados em mais de um número. É de se salientar que esse resgate de escritoras desconhecidas tem suscitado um expressivo número de pesquisas levadas a efeito pela Academia nas últimas décadas.

As razões para esse esquecimento são diversas. A criação artística era concebida como um dom primordialmente masculino, cabendo à mulher a reprodução. As poucas mulheres que conseguiam publicar estavam confrontando as normas vigentes, que as circunscreviam ao âmbito privado. Tanto é assim que, não obstante a existência de alguns registros, localizar uma autora nos manuais de literatura e nas antologias mais renomadas antes dos anos 1940 era menos frequente que encontrar um autor.

A mulher escritora lutou contra várias adversidades, inclusive no tocante a sua autoridade discursiva, para alcançar um lugar no universo das letras. Já em 1928, a escritora inglesa Virginia Woolf alertava, em sua obra *Um teto todo seu*, que, até o final do século XIX, a mulher não foi encorajada a desenvolver seu potencial estético, e as poucas que tentaram foram ridicularizadas ou repudiadas. Conforme assevera Cecil Jeanine Albert Zinani, Woolf

reivindicava para as mulheres uma pensão de 500 libras e um quarto com chave, pois somente com independência financeira e com privacidade as mulheres conseguiriam produzir literatura de qualidade. O cumprimento dessas condições básicas era quase impossível de concretizar-se numa época em que as mulheres eram consideradas cidadãos de segunda classe, uma vez que a legislação vedava-lhes a posse de propriedades, e o trabalho feminino, mesmo mal remunerado, era uma raridade, o que inviabilizava a obtenção de qualquer rendimento. Também o discurso médico se opunha ao desenvolvimento intelectual da figura feminina, sob o pretexto de ser esse pernicioso para o equilíbrio emocional e fisiológico, comprometendo a geração de filhos saudáveis. (ZINANI, 2012, p. 150).

Uma estratégia da qual algumas escritoras lançaram mão foi a utilização de pseudônimos. A própria Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), escritora norte-riograndense pioneira do feminismo no Brasil, utilizava esse expediente, pois seu nome era Dionísia Gonçalves Pinto². Consoante Salette Rosa Pezzi dos Santos, “entre uma maioria de mulheres submissas, sem instrução e anônimas de seu tempo, Nísia Floresta destaca-se por sua capacidade de transgressão e de abertura de um espaço para difundir suas ideias, em pleno século XIX, época em que havia falta de participação da mulher na política, na literatura, no ensino, em outras áreas sociais” (SANTOS, 2010, p. 37).

² Para Constância Lima Duarte. Para Nelly Novaes Coelho, o nome é Dionísia Freire Lisboa. E, para Maria Lygia Quartim de Moraes, trata-se de Dionísia Pinto Lisboa.

Traduziu livremente *Vindications of the rights of woman*, de Mary Wollstonecraft – a primeira feminista inglesa e mãe da também escritora Mary Shelley, autora da famosa obra *Frankenstein*. Em português, a obra se intitulou *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), e é a primeira de que se tem notícia que discute o direito das mulheres tanto à instrução quanto ao trabalho. Segundo Constância Lima Duarte, é “o texto fundante do nosso feminismo.” (DUARTE, 1999, p. 87). Essa tradução livre foi objeto de controvérsia, gerada a partir do artigo “Pela liberdade das mulheres”, de Maria Lúcia Garcia Pallares Burke, publicado no jornal *Folha de S.Paulo* em 10 de setembro de 1995, no qual a pesquisadora afirma que o texto de Nísia Floresta é um plágio, e que a autora teria cometido uma “travessura literária”. Maria Lygia Quartim de Moraes argumenta que, “nessa época, o acesso à informação não era fácil, o que infelizmente possibilitava erros desse tipo.” (MORAES, 2016, p. 14). Para Duarte, não ocorre nem plágio e nem erro: o que Nísia Floresta “faz é **se apropriar de e adaptar** [...] à realidade brasileira [...] as muitas ideias a respeito do tema que circulavam na época, e tratar a questão feminina a partir de uma perspectiva nacional”. (DUARTE, 1999, p. 86).

Lúcia Osana Zolin destaca a relevância de resgatar a literatura produzida por mulheres, “relegada ao esquecimento pela tradição canônica sob o pretexto de consistir numa produção de baixo valor estético em face da chamada alta literatura de autoria masculina. No Brasil, o resultado desse trabalho aponta para a descoberta de inúmeras obras de escritoras do século XIX, que, apesar de sua qualidade estética, jamais foram citadas pela crítica”. (ZOLIN, 2009, p. 328). Elódia Xavier (1999) salienta que foram localizados até textos dramaturgicos, raros entre as mulheres. Entretanto, adverte: “é preciso [...] não ir com muita sede ao pote, para que não se valorizem esteticamente textos carentes de qualidades literárias; o fato de serem de autoria feminina não se constitui num critério de valor.” (XAVIER, 1999, p. 20).

Levando essa gama de fatores em consideração, os textos da revista são analisados em todos os capítulos desta dissertação, cada qual buscando examinar um aspecto de *A Sempre-Viva*. A análise, portanto, não é estanque, perpassando verticalmente o trabalho, visto que os temas abordados encontram-se interligados. Registre-se, ainda, que o propósito da presente pesquisa é perfeitamente descrito por Sylvia Paixão: “através da visão de mundos dessas autoras, podemos ler não só a respeito da condição feminina, como também sobre a maneira como apreenderam as mudanças” (PAIXÃO, 1997, p. 77) por elas vivenciadas.

Por fim, traçam-se as considerações finais, momento em que serão retomadas as investigações realizadas, buscando verificar, neste cotejamento, se/como o trabalho respondeu ao problema de pesquisa proposto.

2 A FAMÍLIA E A MULHER

O colar mais precioso em que se possa ornar uma mãe são os braços de seu filho.
Gracia da Cunha Mattos

2.1 O PERCURSO HISTÓRICO DA FAMÍLIA

O advento da sociedade industrial restringiu ao âmbito doméstico o lugar da mulher, que passou a desempenhar somente o papel de mãe e esposa. Na era pré-industrial, a mulher ainda não era considerada incapacitada para o trabalho físico pesado, e o fato de cuidar das crianças não a excluía das atividades econômicas. Como destaca Maria Lúcia Rocha-Coutinho,

enquanto os dois setores – família e trabalho – não estavam separados, as mulheres trabalhavam ao mesmo tempo na produção e na reprodução [...]. Aos poucos, as transformações político-econômicas da sociedade desencadearam o desaparecimento da estrutura ampla de parentesco como eixo básico, e as funções domésticas e sociais começaram a ser separadas, ao mesmo tempo em que começaram a mudar também seus conteúdos específicos, até constituírem o que hoje em dia denominamos âmbito privado (no sentido de doméstico) e âmbito público. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 31-32).

A partir do século XVIII, o papel da família, e de cada um de seus membros especificamente, assume um novo caráter de intimidade, de família fechada à contaminação popular: um fenômeno eminentemente burguês.³

Processa-se, assim, uma mudança: a antiga família medieval e moderna, que passava toda sua vida no espaço público, em meio à multidão de serviçais, amigos e clientes, é substituída pela família nuclear, reclusa ao espaço privado e constituída apenas por pai, mãe e filhos.

Essa família nuclear tem em si uma nova intimidade, que anteriormente não existia. Segundo Philippe Ariès (1986), há uma série de transformações que visam a estabelecer essa nova intimidade familiar, enfatizando-se o particular, o privativo.

Houve uma grande transformação na família europeia ocidental a partir do momento em que suas relações internas com a criança foram modificadas, fato ocorrido nos séculos XVI–XVII. Não era possível para a família forjar, nesses tempos, laços sentimentais profundos com as crianças. Havia uma outra maneira de amar os filhos: os pais, de acordo

³ Esta seção amplia o escopo da monografia realizada por Andréa Puppi e Rossana Rossigali, intitulada *Maternidade do Paraná: vigilância e controle* (Curitiba: 1914-1920), apresentada ao Curso de História da UFPR, em 1990.

com Ariès (1986, p. 231), “se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família”, que se traduzia em uma realidade muito mais moral e social que propriamente sentimental.

A sociedade familiar do final da Idade Média até o século XVII baseou-se no privilégio do filho, tanto aquele beneficiário de sua condição de primogênito, quanto aquele beneficiado pela escolha dos pais. Essa situação, porém, não perdurou até o século XVIII, pois a família-casa, paulatinamente, transformava-se na família sentimental moderna, que primava pelo respeito à igualdade entre os filhos.

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito à lactação. Até o fim do século XIX, as crianças eram entregues a amas-de-leite, as quais, gradualmente, começaram a morar na casa da família, em substituição à prática anterior de o bebê residir com a ama. Elisabeth Badinter salienta que a contratação de amas-de-leite é muito antiga na França: a primeira agência de amas remonta ao século XIII. Inicialmente restrita à aristocracia, essa prática espalhou-se para as outras classes sociais, chegando a haver escassez de amas no século XVIII. Muitas delas eram extremamente mal remuneradas, e aceitavam cuidar de vários bebês ao mesmo tempo. Muitas crianças morriam ou voltavam mutiladas para casa, e muitos pais não procuravam se inteirar sobre o desenvolvimento delas. A autora salienta que, além das famílias economicamente miseráveis, também as mulheres

sobre as quais não pesa nenhuma hipoteca econômica [...] entregaram os filhos a amas-de-leite, recusando-se a dar-lhes o seio. [...] A atitude dessas mulheres é ainda mais notável por ter sido nas classes dominantes a que pertenciam que nasceu, como o mostrou P. Ariès, o sentimento da infância. [...] Apesar dos progressos realizados, certos indícios revelam, ainda no século XVIII, uma indiferença persistente da sociedade que tenderia a mostrar que a criança nem sempre adquirira uma posição verdadeiramente significativa. (BADINTER, 1980, p. 66).

Os sentimentos, no âmbito familiar, acompanham os progressos da vida privada. Para cultivá-los, é necessário um caráter de intimidade no interior da família, característica que, no século XVII, ainda não estava consolidada, tendo em vista que “não existia separação entre a vida profissional, a vida privada e a vida mundana ou social. O essencial era manter as relações sociais com o conjunto do grupo onde se havia nascido, e elevar a própria posição através de um uso hábil dessa rede de relações” (ARIÈS, 1986, p. 239).

Nos séculos XVI e XVII, a casa grande exercia uma função pública, e foi justamente aí, na residência dessas figuras ricas e proeminentes, que nasceu a primeira família moderna, um ambiente que, se, por um lado, representava o meio cultural do sentimento da infância e da família (essa relação afetiva, ou, ao menos, a consciência dela, era algo realmente novo),

por outro, propiciava situações de permanente promiscuidade.

Nessa época, residia numa casa grande número de habitantes. Ela proporcionava a clientes, amigos, protegidos e parentes um local único, onde se encontravam e conversavam. Essa incessante visitação dava a impressão de ser uma ocupação em si mesma, chegando a comandar a vida da casa. De acordo com educadores do século XVII, a frequência e o horário das visitas impediam a imposição de uma rotina regular.

Além disso, a casa grande, por ser pública, não oferecia momentos de privacidade, uma vez que as visitas com finalidades profissionais ocorriam nos mesmos cômodos ocupados pela família. Aliás, com exceção da cozinha, não havia utilização específica para as partes da casa, as quais eram interdependentes. Assim, para se chegar a um cômodo, era preciso atravessar outro, visto que não existia corredor de acesso. Fica, então, muito fácil imaginar como seria “caótica” a vida doméstica, na época.

No século XVIII, a família começa a se separar da sociedade, delimitando mais claramente os espaços públicos e os privados. Desse modo é que ocorre uma redefinição das funções tanto do local que abriga a família, como de seus próprios componentes. É assim que a arquitetura da casa modifica-se, objetivando criar espaços independentes, que atendiam especificamente às necessidades de seus destinatários. Como exemplo pode-se citar o quarto do casal, que passa a abrigar sua intimidade, evitando “atitudes promíscuas” em meio às crianças.

Tal divisão constituiu-se em uma das mudanças mais significativas da vida diária – e surgiu, primeiramente, com a burguesia e a nobreza. No entanto, o conceito de vida familiar foi se estendendo, lentamente, a quase toda a sociedade, a tal ponto que, praticamente, foram esquecidos seus antecedentes históricos aristocráticos e burgueses. Essa lentidão deve ser enfatizada, pois, em pleno início do século XIX, a maior parte da população – a mais pobre – ainda vivia segundo os costumes das famílias da Idade Média, com as crianças morando separadas dos pais.

A organização da casa – já moderna – passou a refletir uma nova necessidade de defesa contra o mundo e de isolamento. Tanto é que os criados agora ficavam confinados às áreas que lhes eram destinadas, e não mais era educado ir à casa de um amigo a qualquer hora e sem aviso prévio. Uma nova etiqueta se impunha, a qual propugnava pela discrição e pelo respeito à intimidade alheia.

A família, no século XVIII, reduzia-se aos pais e às crianças, excluindo-se os criados, clientes e amigos. A saúde e a educação seriam, doravante, as duas preocupações centrais dos pais, externadas nas correspondências da época.

Uma das características mais marcantes dessa nova família é a preocupação com a igualdade entre os filhos. A partir do final do século XVIII, a desigualdade entre os filhos era injustificável. Verifica-se, então, que o sentimento de família presente nessa época já era o que perdurou pelo século XIX e começo do século XX.

A nova família constitui-se e mantém-se unida fundamentada em valores como o sentimento, o costume e o gênero de vida, pois “a família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes” (ARIÈS, 1986, p.11).

Como visto, até o início da Idade Moderna o sentimento de infância era praticamente inexistente — daí resultando uma insignificante preocupação com o alto índice de mortalidade infantil. Badinter sintetiza que é o “reinado do Menino-Rei, centro do universo familiar, [...] que começa a ser ruidosamente celebrado nas classes ascendentes do século XVIII, por volta dos anos 1760-1770”. (BADINTER, 1980, p. 45). Nessa época, surge uma série de obras que conclamam a mãe a exercer o amor materno:

Foi Rousseau, com a publicação de *Émile*, em 1762, que cristalizou as novas ideias e deu um verdadeiro impulso inicial à família moderna, isto é, a família fundada no amor materno. [...] Durante dois séculos, todos os pensadores que se ocupam da infância retornam ao pensamento rousseauiano para levar cada vez mais longe as suas implicações. (BADINTER, 1980, p. 46).

Antes disso, a ideologia familiar do século XVI, em declínio nas classes dominantes, ainda se encontrava em vigência nas outras classes sociais. Na verdade, “a criança tem pouca importância na família, constituindo muitas vezes para ela um verdadeiro transtorno. Na melhor das hipóteses, ela tem uma posição insignificante. Na pior, amedronta.” (BADINTER, 1980, p. 46). Partindo dessas constatações, Badinter sustenta que o amor materno, incondicional em quaisquer circunstâncias, configura-se em um mito. Tanto assim que, no fim do século XVIII, será necessário “lançar mão de muitos argumentos para convocar a mãe para sua atividade ‘instintiva’. Será preciso apelar ao seu senso do dever, culpá-la e até ameaçá-la para reconduzi-la à sua função nutritícia e maternante, dita natural e espontânea”. (BADINTER, 1980, p. 120).

Portanto, quem mais usufrui dessa mudança para a família nuclear é a própria criança, que agora se torna o centro das atenções e preocupações da família e da sociedade: “o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral” (ARIÈS, 1986, p.162).

Até o século XVIII, a medicina negligenciou não só a mulher como também a criança: o termo “pediatria” apareceu somente em 1872. Badinter destaca que as doenças infantis eram

consideradas mais difíceis de serem tratadas, pois a medicina baseava seus diagnósticos nas informações prestadas pelos pacientes, os quais, quando eram crianças, obviamente não podiam fazer relatos muito precisos. Em 1775, continua a autora, o médico inglês G. Buchan condena, além da indiferença dos pais, o fato de a criança não possuir valor a longo prazo. Como disse Montaigne: “Perdi dois ou três filhos com amas, não sem pena, mas sem aborrecimento”. (BADINTER, 1980, p. 74).

Com a valorização da família, esse quadro modifica-se. A criança, principalmente, tornou-se alvo não só de médicos, mas de educadores e moralistas, preocupados com sua formação e bem-estar:

conservar as crianças significará por fim aos malefícios da criadagem, promover novas condições de educação que, por um lado, possam fazer frente à nocividade de seus efeitos sobre as crianças que lhes são confiadas e, por outro lado, possam fazer com que todos os indivíduos que têm tendência a entregar seus filhos à solicitude do Estado ou à indústria mortífera das nutrizas voltem a educá-los (DONZELOT, 1986, p. 2).

A preocupação maior, assim, é proteger a burguesia de todos os perigos (e daqueles que causam os perigos) físicos e morais, de modo que a família pareça uma estufa protetora frente aos perigos externos, imagem difundida durante todo o século XIX e parte do XX.

Margareth Rago (1985) salienta que é nesse cenário que aparece a medicina doméstica e o tão decantado médico de família, cuja preocupação primordial é assegurar a saúde física e moral da célula básica do corpo social. No século XIX, é cada vez mais frequente a presença do médico de família, que se torna um aliado da nova mãe, ansiosa por cuidar da saúde do filho. Assim, os médicos “adquiriram rapidamente uma considerável importância no seio da família e fizeram da mãe a sua interlocutora, sua assistente, sua enfermeira e sua executiva.” (BADINTER, 1980, p. 176).

A política médica vigente na Europa no século XVIII resulta na organização da família como o patamar imediato da medicalização dos indivíduos. Em consonância com Michel Foucault,

ela permitiu articular uma ética “privada” da boa saúde (dever recíproco de pais e filhos) com um controle coletivo da higiene e uma técnica científica da cura, assegurada pela demanda dos indivíduos e das famílias, por um corpo profissional de médicos qualificados e como que recomendados pelo Estado. Os direitos e os deveres dos indivíduos concernindo à sua saúde e à dos outros, o mercado onde coincidem as demandas e as ofertas de cuidados médicos, as intervenções autoritárias do poder na ordem da higiene e das doenças, a institucionalização e a defesa da relação privada com o médico, tudo isto, em sua multiplicidade e coerência, marca o funcionamento global da política de saúde do século XIX, que entretanto não se pode compreender abstraindo-se este elemento central, formado no século XVIII: a família medicalizada-medicalizante (FOUCAULT, 1979, p. 200-201).

O discurso médico, a partir da metade do século XIX, apresenta higienistas e sanitaristas como autoridades imprescindíveis responsáveis pelo bom andamento da saúde e da higiene na cidade. Também fazia parte de sua missão proporcionar o crescimento econômico e suprir o país com trabalhadores saudáveis tanto física quanto moralmente.

Como já referido, algumas estratégias foram utilizadas para convencer as mulheres a se dedicarem à maternidade novamente. O discurso econômico, direcionado aos homens esclarecidos, foi uma delas. No século XVIII, acreditava-se que a França estava se despovoando. Esse fato, apesar de não ser verdadeiro, levou a uma preocupação com relação às taxas de mortalidade infantil. Segundo Badinter, “a verdade é que a criança, especialmente em fins do século XVIII, adquire um valor mercantil. Percebe-se que ela é, potencialmente, uma riqueza econômica.” (BADINTER, 1980, p. 128). A autora sublinha, ainda, que “o ser humano converteu-se numa provisão preciosa para um Estado, não só porque produz riquezas, mas também porque é uma garantia de seu poderio militar. Em consequência, toda perda humana passa a ser considerada um dano para o Estado.” (BADINTER, 1980, p. 129).

Para Jurandir Freire Costa, a família burguesa é simbolizada pela família conjugal e nuclear, “higienicamente tratada e regulada”. (COSTA, 1983, p. 13). Assim, a vida privada das pessoas vinculou-se ao destino político da burguesia, de duas formas:

por um lado, o corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe. Por outro lado, a ética que ordena o convívio social burguês modelou o convívio familiar, reproduzindo, no interior das casas, os conflitos e antagonismos de classe existentes na sociedade. As relações intrafamiliares se tornaram uma réplica das relações entre classes sociais (COSTA, 1983, p. 13).

O catolicismo opunha-se a dois tipos de desvios sexuais no casamento: o da gratuidade, oposto à finalidade de procriação, e o do excesso. Os higienistas mantêm as ressalvas ao primeiro, porém recuperam o segundo sob um novo prisma, e com objetivo distinto. A sexualidade passa a desempenhar um papel central

na coesão do casal e na concretização do casamento modelo. O sexo, dentro da legalidade do matrimônio, tornou-se objeto de regulação médica, não por seus excessos mas por suas deficiências. [...] Do bom desempenho sexual dos cônjuges dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação (COSTA, 1983, p. 227–229).

Os higienistas também propagaram a noção de que o homem “culto” era melhor que o “inculto”. Ao médico higienista são atribuídas as funções do controle social e do controle da saúde da população, assim como o esquadrinhamento da cidade e aplicação das normas de higiene – o que é sujo deve ser limpo ou isolado – o espaço, o corpo, as pessoas... Trata-se, em síntese, de um verdadeiro processo de desodorização, como bem destaca Foucault:

e constitui-se, igualmente, uma ascendência político-médica sobre uma população que se enquadra com uma série de prescrições que dizem respeito não só à doença, mas às formas gerais da existência e do comportamento (a alimentação e a bebida, a sexualidade e a fecundidade, a maneira de se vestir, a disposição ideal do *habitat*). (FOUCAULT, 1979, p. 202).

Além da medicalização da família, ao médico higienista cabe a preocupação com a elevada taxa de mortalidade infantil e o problema do menor abandonado, que, respectivamente, representam a ameaça de um despovoamento da Nação e o crescimento, como lembra Rago (1985), do número de vagabundos e marginais, seres inúteis ao Estado.

É sob esse prisma de controle da mortalidade infantil e da marginalidade do menor (e das classes pobres) que ocorre a convergência do papel do Estado e do médico higienista. Rago salienta ainda que os saberes populares foram desmerecidos e cunhados como primitivos/nocivos, e,

sobretudo em relação aos cuidados com a criança e o recém-nascido, domínio até então reservado às mulheres, as práticas tradicionais transmitidas oralmente, sem a intervenção dos médicos, foram desautorizadas como supersticiosas, selvagens e infundadas. Assim, a criança foi percebida pelo olhar disciplinar, atento e intransigente, como elemento de integração, de socialização e de fixação indireta das famílias pobres, e isto antes mesmo de afirmar-se como necessidade econômica e produtiva da nação (RAGO, 1985, p. 118).

Desse modo, verifica-se que o saber médico não permitia a coexistência com outras práticas populares, outorgando-se a primazia dos cuidados com as crianças em detrimento do saber autônomo das mulheres. Tais prescrições higiênicas alcançavam status de regras morais, as quais, se descumpridas, trariam graves resultados para os filhos, e, conseqüentemente, o sentimento de culpa para a mãe. Como bem compendia Rago,

em nenhum momento procura-se pensar positivamente as práticas tradicionais das mães no cuidado com os filhos e explicá-las em função de uma outra racionalidade. Ao contrário, o poder médico visa a impor-se como o único competente para determinar regras universais de conduta da população não apenas em relação ao corpo, desautorizando todos os saberes antigos fortemente enraizados nos meios populares. Batalha que certamente não foi vencida (RAGO, 1985, p. 128).

A inadequação dos cuidados com os recém-nascidos, à qual se creditava o alto índice de mortalidade infantil, era imputada apenas às mulheres pobres. Assim, essa ignorância, *per si*, já justificava a ingerência do poder médico nas camadas menos favorecidas da sociedade, procurando moldá-las em conformidade com o saber científico.

2.2 A MULHER DO SÉCULO XIX E DO INÍCIO DO XX

Na metade do século XIX, a opinião de viajantes estrangeiros sobre o Brasil era de que este se constituía em um país atrasado. Além disso, poucos comentários eram tecidos acerca da mulher brasileira. Em consonância com June E. Hahner, o estereótipo da família patriarcal brasileira correspondia ao “marido autoritário, cercado de concubinas escravas, que dominava os filhos e sua mulher submissa. Esta se tornava uma criatura passiva e indolente, que vivia enclausurada em casa, gerava inúmeras crianças e abusava dos escravos.” (HAHNER, 2003, p. 38).

A dominância masculina encontrava amparo legal. As Ordenações Filipinas indicavam o marido como o cabeça do casal, só podendo a mulher assumir essa posição com a morte do cônjuge.

Para o Direito Civil brasileiro do século XIX, oriundo das Ordenações Filipinas, a mulher era eternamente menor. As Ordenações Filipinas configuraram-se em um código de leis português que abarcava todas as leis do Reino em cinco volumes, o qual começou a vigorar a partir do final do século XVI e permaneceu em vigor mesmo depois da independência do Brasil, em 1822 – apenas em 1890 “foi aprovado o Decreto N. 181, com que se inicia a regulamentação, no país, da legislação civil moderna.” (STEIN, 1984, p. 28). O último volume tratava do Direito Penal, definindo os crimes e impondo as respectivas cominações legais. Para Helen Ulhôa Pimentel,

o sistema de punições era ambíguo e os privilégios sociais eram fielmente respeitados. Diferenças de gênero e de etnia também são demarcadas com nitidez. [...] A aplicação da justiça não se dedicava a extinguir comportamentos inadequados da mesma maneira para todos, ou seja, a inadequação de comportamentos não era uma concepção universalizada. A alguns era dado o direito de transgredir, para outros a justiça significava imposição de rótulos, de sinais discriminadores. A nova ordem que se impunha exigia que o rei mostrasse todo o seu poder, no topo de hierarquias sociais que deveriam estar em visíveis e estabelecidas. (PIMENTEL, 2012, p. 60).

Não obstante a autoridade do pai e do marido ser incontestável, a algumas mulheres era permitido participar do âmbito público, geralmente exclusivo do mundo masculino. Era o caso de certas viúvas, que administravam suas fazendas.

O Código Civil de 1916 manteve a autoridade marital no que concerne aos aspectos de criação e educação dos filhos, proibindo as mulheres casadas de “envolver-se no comércio, de alienar bens imóveis por venda ou doação, e, ainda, de administrar a propriedade sem o consentimento de seus maridos”. (HAHNER, 2003, p. 44).

Para a elite, o casamento era focado na propriedade. Então, era comum que meninas em tenra idade fossem casadas por seus pais com homens bem mais velhos, e não pudessem opinar sobre essa união. Aliás, se as moças chegassem à casa dos vinte anos sem pretendente, já seriam consideradas “solteironas”. Esse conceito perdurou por muito tempo, resistindo por toda a primeira metade do século XX, conforme explica Carla Bassanezi Pinsky: “‘solteirona’ era estigma, sinal de fracasso e esquisitice num tempo em que o casamento era garantia da ordem social e o destino dourado de toda mulher. A expressão designava a que ‘passou da idade’ de se casar.” (PINSKY, 2016, p. 490). Essa possibilidade gerava desespero nas “jovencinhas que desde sempre temiam a solidão, mas também se preocupavam com seu futuro econômico na falta de um homem que a sustentasse.” (PINSKY, 2016, p. 490). E a pesquisadora complementa:

as ‘solteironas’ são dignas de pena: mulheres incompletas, que falharam em cumprir a vocação feminina. ‘Ficar pra titia’ é algo terrível. Por toda primeira metade do século XX, as celibatárias estão condenadas à abstinência sexual; [...]. Devem ainda ser discretas e até um tanto sisudas para evitar as más línguas e contentar a todos que insistem em controlar seus passos. Consideradas uma ameaça aos casamentos constituídos, são temidas pelas ‘bem casadas’ ciosas de seus maridos. (PINSKY, 2016, p. 490).

Nesse ponto, cabe traçar um breve panorama histórico acerca do papel desempenhado pela mulher na instituição matrimonial, com destaque para a obediência devida pela esposa ao marido. Ao falar sobre o casamento no Brasil Colônia, Mary Del Priore menciona que a mulher que desejasse fugir dos castigos celestiais deveria enquadrar-se no matrimônio, citando a obra *Instrução às senhoras casadas para viverem em paz e quietação com seus maridos*⁴, de 1782, que preconizava: “Quando o marido a corrigir de alguma coisa mostre-se-lhe agradecida a seu bom afeto e receba a correção com humildade.” (DEL PRIORE, 1988, p. 17).

No século XVIII, em carta a D. Lourenço de Almeida, governador da capitania de São Paulo e terras das Minas (1721-1731), o monarca português D. João determina que “as pessoas principais [...] tomem o estado de casados [...] porque por este modo ficarão tendo mais amor à terra, [...] e conseqüentemente ficarão mais obedientes às minhas reais ordens, e os filhos que tiverem do matrimônio os farão ainda mais obedientes” (PIMENTEL, 2012, p. 71). O casamento, então, seria uma estratégia para “civilizar” a colônia, onde desordens aconteciam em virtude da “ausência de regras”. Percebe-se, assim, uma concepção etnocêntrica definindo certos valores como verdadeiros, estabelecendo-os em várias

⁴ Mary Del Priore não indica a autoria desse livro.

materialidades, tais como o casamento, que surge como elemento capaz de aquietar a população, sendo recomendado, notadamente, para as “pessoas principais”. Em vista disso, Pimentel salienta que, dessa maneira,

criam-se [...] espaços diferenciados socialmente, contribuindo para a construção da estrutura altamente hierarquizada do Brasil Colonial. A família surge como base da ordem social, como fator de reprodução das normas. [...] O acatamento das ordens deveria ser um atributo desenvolvido pelo casamento e pela paternidade. Os cargos devem ser dados aos que já se encontram [...] enquadrados nas normas sociais, pois eles serão também os moldadores, aqueles encarregados da conservação, da preservação dos valores. (PIMENTEL, 2012, p. 71).

O século XIX presenciou diversas transformações, como, por exemplo, a consolidação do capitalismo, o desenvolvimento da vida urbana e a ascensão da classe e da mentalidade burguesas. Nesse contexto, observa-se a valorização da intimidade e da maternidade.

De acordo com Maria Ângela D’Incao, o ideal social da época consistia em “um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo”. (D’INCAO, 1997, p. 223). Em princípio, constituíam obrigações da mulher: portar-se castamente na sua vida sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas e zelar pelo comportamento de seus descendentes. Além disso, a mulher devia refletir, em sua aparência, a posição social do marido, espelhando o seu sucesso.

Michelle Perrot afirma que a característica do século XIX está na polarização em torno do casamento, o qual englobava tanto a função de aliança quanto a do sexo, e salienta as palavras de Foucault: “A família é quem faz as trocas da sexualidade, e transporta a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança” (PERROT, 1991, p. 133). Cabe ressaltar, também, que as estratégias de casamento eram diversas e complexas, envolvendo o nome, a consideração, a classe social, o *status* e a beleza. Desse modo, o casamento entre famílias ricas e burguesas constituía-se em uma forma de galgar a pirâmide social ou de manter o *status*.

Simone de Beauvoir lembra que a mentalidade da época ditava o seguinte: o marido governa, a mulher administra, os filhos obedecem. Além disso, por muito tempo, o divórcio foi proibido, e as mulheres eram confinadas ao lar. Para exemplificar, a autora cita o pensador Bonald:

o homem está para a mulher como a mulher para a criança; ou o poder para o ministro como o ministro para o súdito. [...] As mulheres pertencem à família e não à sociedade política, e a natureza as fez para as tarefas domésticas e não para as funções públicas (BEAUVOIR, [s.d.], p. 152).

O contexto referido pelo autor, embora diga respeito ao cenário francês do início do século XIX, guarda semelhanças com certos aspectos da realidade brasileira. Miriam Lifchitz Moreira Leite (1984) também salienta que a vida cotidiana do século XIX, no Rio de Janeiro, capital imperial, mostrava diferentes graus de dominação exercidos sobre diferentes mulheres, as quais possuíam, entretanto, um triste elo em comum: a submissão.

Conforme assinala Perrot (1991), no início do século XIX, o adultério feminino corresponde ao mal supremo, contra o qual o marido possuiria todos os direitos, ao menos em princípio. No Brasil, o adultério era grave para ambos os sexos, “porém colocava a mulher numa situação inferior do ponto de vista jurídico” (DEL PRIORE, 2011, p. 70). Isso porque as Ordenações Filipinas determinavam que, “achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assim a ela como o adúltero, salvo se o marido for peão e o adúltero fidalgo ou nosso desembargador, ou pessoa de maior qualidade.” (DEL PRIORE, 2014, p. 34; PIMENTEL, 2012, p. 80).

Assim, era importante considerar a condição social do parceiro do adultério, mas não a da adúltera, que poderia ser assassinada pelo esposo ou confinada em um convento, o qual foi usado, como lembra Ingrid Stein, “por alguns pais e maridos [...] como uma espécie de casa de correção para mulheres de conduta moral indesejada”. (STEIN, 1984, p. 31). A esse respeito, a autora transcreve o testemunho do professor Burmeister, que, presente no Rio de Janeiro nos idos de 1850, informa: “contam-se casos como o de um marido que internou a esposa num convento por alguns anos a fim de poder viver com a amante na própria casa. A lei mesmo ajuda tal procedimento, pois, querendo alguém ver-se livre de sua mulher por certo tempo, basta recorrer à polícia, que a manda levar para um convento, ao qual o marido paga a mensalidade.” (STEIN, 1984, p. 31). Conforme esclarece Pimentel,

ao contrário da situação da mulher, a honra masculina era considerada muito mais como um atributo cívico, constituindo-se num valor moral e manifestando-se por meio de privilégios de classe. Nesse caso, alguns tinham mais honra que outros. [...] A construção de hierarquias, então, estabelece, para cada caso, uma conotação diferente. Entre homens, a diferença é de posição social; entre um homem e uma mulher, a divisão é dada pela própria ‘natureza’ que estabeleceu para eles diferentes papéis e funções. (PIMENTEL, 2012, p. 80-81).

Ao longo do século XIX, duas sexualidades angariam especial atenção: “a do adolescente [...] e a das mulheres, que sempre trazem a desgraça. Causa permanente de angústia, a sexualidade feminina é controlada pela Igreja” (PERROT, 1995, p. 272).

A família, a propriedade e o casamento encontravam-se intimamente conectados. Pela lei portuguesa, o dote que a esposa trazia imiscuía-se nos demais bens do casamento, não havendo, portanto, a garantia de um valor fixo caso ela ficasse viúva. O dote era, então, uma

“contribuição da casa paterna à subsistência da filha – e era administrado pelo novo responsável por este sustento, o marido.” (STEIN, 1984, p. 32).

No Brasil, a instituição matrimonial variava em conformidade com a raça e a classe. O casamento legal era raro entre as classes mais baixas, que, muitas vezes, não conseguiam fazer frente ao elevado custo dos casamentos religiosos legítimos. Além disso, era difícil conseguir reunir todos os documentos exigidos pela igreja, que incluíam o atestado de batismo (o qual certificava que a pessoa era católica, apostólica e romana), as provisões (que determinavam investigações para saber se os noivos já não eram casados, evitando-se, assim, a bigamia) e os banhos (os quais eram lidos, citando os nomes dos pais e dos noivos, na missa anterior ao casamento. Esse era o momento para registrar alguma objeção à cerimônia.). Já para a elite poderia significar a manutenção do patrimônio da família, bem como a perpetuação de sua posição social.

Em 1808, com a transferência da família real portuguesa para o Brasil, houve grandes mudanças na área urbana — especialmente na capital brasileira, o Rio de Janeiro. Influenciadas pela corte, as mulheres ricas começaram a imitar o modelo europeu, passando a frequentar cada vez mais o teatro, a igreja e as festas. Elas deveriam demonstrar habilidades sociais propícias à promoção da posição familiar. Todavia, a vida das mulheres pobres continuava praticamente inalterada, mesmo nos ambientes urbanos. Uma enorme distância social separava ricos e pobres. Havia um desprezo pelo trabalho manual, como é comum em uma sociedade escravocrata.

O trabalho, a moradia, a renda e o vestuário constituíam-se em elementos que diferenciavam a elite da pobreza nas cidades. O vestuário, particularmente, denotava a posição de classe e o tipo de tratamento a ser dispensado a cada pessoa – e, obviamente, apenas os ricos conseguiam vestir-se bem publicamente. Por exemplo, pessoas descalças poderiam ser impedidas de andar nos bondes. Já a classe média configurava-se em uma zona nebulosa. Conforme assevera Hahner, “pequena em tamanho, se comparada com a classe média da Europa ocidental ou dos Estados Unidos, a assim chamada classe média brasileira carecia de unidade e, sempre que possível, procurava imitar a classe alta em seu estilo de vida e aparência.” (HAHNER, 2003, p. 52).

Em 1872, é realizado o primeiro censo no Brasil. Os números mostravam que 15% da população era formada por escravos. Nesse ano, a maior parte das trabalhadoras urbanas era constituída de empregadas domésticas, fossem escravas ou livres. Essa situação permaneceria praticamente a mesma nos próximos cinquenta anos, de tal forma que, em 1920, metade da força de trabalho feminina da capital nacional encontrava-se empregada em trabalhos

domésticos. O mesmo Censo evidenciou que, dos 10.112.061 brasileiros, apenas “1.012.097 homens livres, 550.981 mulheres livres, 958 escravos e 455 escravas eram capazes de ler e escrever”. (HAHNER, 2003, p. 55). Observa-se, então, que poucas mulheres tinham acesso a algum tipo de escolaridade, independentemente da classe social.

Hahner (2003) relembra uma quadrinha mencionada por Luís Edmundo da Costa, a qual simboliza o papel da mulher na sociedade da época e a preparação para exercê-lo:

Menina que sabe muito
É menina atrapalhada,
Para ser mãe de família,
Saiba pouco ou saiba nada.

Aos poucos, porém, a ideia de educação escolar para meninas foi ganhando corpo, se bem que a escolaridade ofertada a meninos e meninas diferia. Poucos brasileiros frequentavam a escola, pois o acesso à educação, geralmente, era circunscrito à parcela mais rica ou bem-nascida da população, não sendo estendido à maioria das pessoas. Apenas no século XX a quantidade de alfabetizados aumentaria em relação ao total da população.

No século XIX, havia relativamente poucas escolas no Brasil, e às mulheres era ensinado somente o necessário para o convívio social. Em 1827, surge a primeira legislação concernente à educação feminina. No entanto, as jovens podiam cursar somente o ensino elementar, e não o superior. Às meninas, e nunca aos meninos, eram ensinadas prendas domésticas. Norma Telles sintetiza: “a situação de ignorância em que se pretende manter a mulher é responsável pelas dificuldades que encontra na vida e cria um círculo vicioso: como não tem instrução, não está apta a participar da vida pública, e não recebe instrução porque não participa dela.” (TELLES, 2015, p. 406).

Objetivando propiciar uma formação que superasse a inadequação dos professores primários, criaram-se escolas normais, sendo a primeira delas aberta em Niterói, em 1835. Entretanto, até o final do império, elas eram poucas, e funcionavam precariamente. O magistério era, na metade do século XIX, uma das poucas carreiras “honradas” que as “mulheres dignas” poderiam seguir. E, no final desse século, tais escolas constituíam-se em uma das poucas opções para as meninas darem prosseguimento a seus estudos. Conforme salienta Hahner,

a escola normal não atraía as mulheres dos estratos mais privilegiados da sociedade, pois jamais lhes ocorria tornarem-se professoras de escolas primárias públicas, muito menos de escolas particulares ainda que de renome. Mas para as mulheres da classe média, obrigadas a se sustentarem, existiam poucas alternativas aceitáveis, além do serviço de escritório antes do século XIX. Com a educação, podiam evitar aqueles pesados trabalhos inexoravelmente exercidos pelas mulheres livres da classe pobre, sobretudo o serviço doméstico (HAHNER, 2003, p. 80).

No final do século XIX, superadas algumas resistências à entrada das mulheres em sala de aula, o exercício do magistério era normalmente aceito como extensivo ao papel de nutriz. As professoras ganhavam menos que os professores, e, assim, houve uma grande substituição de homens por mulheres nas escolas primárias. Não obstante ser um trabalho mal remunerado, o ensino conferia mais independência econômica a algumas mulheres do que outras atividades, constituindo-se na mais digna ocupação para aquelas que possuísem educação e certo *status*.

2.3 OS VALORES FEMININOS NA REVISTA *A SEMPRE-VIVA*

As atividades filantrópicas, a caridade, a abnegação e o devotamento fazem parte das virtudes que deve possuir a mulher/mãe modelar – tais valores compõem o ideal burguês, que se tenta impor à mulher pobre. Esse ideário aparece em várias passagens de *A Sempre-Viva*, como a seguinte publicação, presente no número 11⁵:

A Caridade

Flor mimosa e rara, subtil e delicada que floresce na profundeza insondavel da alma, a caridade é um perfume que inebria, seduz, encanta, fascina. . . Rosea pétala aveludada que ao menor ciclar da brisa tomba murcha e ressequida, a caridade vae de casebre em casebre, distribuindo aos pobrezinhos pão e affecto. A verdadeira, a que no coração se expande, é aquella que, qual uma flôr silvestre, campezina, abre tremula a corolla, não para que os passeantes a vejam e admirem, mas que, bebendo os raios do sol que a procuram, ella perfume, abrigada entre folhagens, o ambiente.

Tão sublime é a caridade. Um só olhar, um sorriso tão somente, agazálha o coração de um pobrezinho. . . Não só o pão que mata a fome chamar-se-á caridade. Que de almas abatidas, exaustas, cahidas, não necessitam de uma palavra de amor, de uma palavra de paz...

Escuta, rico homem caridoso! Mandas, além, á várzea, um servo carregado de presentes para as orphãs e tristes criancinhas ? Porque não vaes tu? E' o pejo, a sociedade que te detém? Transpõe essa barreira, despreza-a; ella não abaixa o olhar ás lagrimas dos pobres.

Vae e abençoado serás. Por toda parte o teu nome se ouvirá. As flores fallarão ás abelhas a tua bondade; os pássaros, nos seus gorgeios, só pensarão em ti; a aragem branda, das noites suaves de verão, quando beijar cariciosa as folhas e a ramaria, ciciará com amor, com enlevo, com gratidão a tua caridade; as estrellas, a lua, o sol, beijar-te-ão, das alturas, com mais brilho, a tua alma de pae...

... Os astros rebrilham no céo; a caridade faz rebrilhar a alma.

CLEO.

Já no número 13 aparece o poema homônimo ao artigo anterior:

A caridade

A gentil senhorita Sylvia Carneiro

Oh! Virtude puríssima e celeste
Do santo amor de Deus sublime filha,
Um raio só de teus instantes brilha,
Folgam atribulados corações.
Ao ver-te foge a dôr, surge a esperança,
A fé enternecida a ti se abraça,
Apaga os vestígios da desgraça,
Deixem por onde passam orações.
Como é sublime o hymno de louvores

⁵ O primeiro número de *A Sempre-Viva* foi lançado em 15 de maio de 1924, e o último, em 15 de dezembro de 1925. A circulação era mensal, com exceção dos números 18-19, que estão em uma edição conjunta, datada de 15 de outubro/15 de novembro de 1925. Todas as datas constam da tabela com as edições da revista, disponibilizada no ANEXO A.

Pela voz da indigencia murmurando
 Misérias; da terra levantando
 Vão incensar o throno do Senhor.
 E Deus ao ver a gratidão dos pobres
 Do céu te abençôa oh! caridade,
 Só por ti contempla a humanidade
 Com olhos de perdão, paz e de amor.

Cabocla de Guarapuava

Ante a relevância assumida por esse valor feminino, cabe tecer considerações adicionais acerca dessa virtude idealmente cultivável. No Brasil, a preocupação dos médicos em preservar a infância começou na metade do século XIX, e aumentou nas primeiras décadas do século XX, com o surgimento de uma extensa literatura acerca da criança, a qual estabelecia uma infantilização exterior a ela. Nessa época, também são criadas as primeiras instituições de assistência e proteção à infância desamparada.

Na capital paranaense, assim como nas demais cidades em processo de urbanização, o médico sanitarista aparece como profissional de suma importância para o desenvolvimento de uma sociedade saudável – física e moralmente. Para tanto, conforme assevera Rago (1985), procura projetar-se no mundo da política, de modo a atuar como conselheiro da ação governamental e orientador das famílias, pois “é dever do médico exercer sua influência profissional...” (CARNEIRO, 1914). Essa era a opinião de Abdon Petit Guimarães Carneiro, médico fundador da Universidade Federal do Paraná, a primeira do Brasil, em 1912, e, justamente, pai de Lygia Carneiro, ativa redatora de *A Sempre-Viva*.

Assim, é criada em Curitiba, em 1914, a Maternidade do Paraná, cujo objetivo é amparar as parturientes sem recursos. A iniciativa da criação dessa instituição parte da Câmara Municipal, mas é logo abraçada pela classe médica da Universidade do Paraná (a qual forma sua diretoria), uma vez que o discurso médico encontra na sociedade o respaldo que lhe confere autoridade suficiente para ditar as normas a serem seguidas.

O médico lidera todo o trabalho de controle e de assistência aos pobres, contando com o apoio fundamental das senhoras da sociedade que praticam a filantropia. Destarte, a fim de auxiliar a manutenção da Maternidade, é criada a Associação das Damas de Proteção à Maternidade e à Infância, congênere a outras do Brasil (principalmente a Associação de Senhoras, da Maternidade do Rio de Janeiro, e a Associação Protectora dos Desamparados de São Paulo, conforme noticia o *Jornal Diário da Tarde*, na edição de 12/02/1914), a qual é integrada pelas senhoras da elite curitibana.

Quando a mãe de família é sócia da Associação das Damas, ela é investida de um maior poder de atuação, devido ao reconhecimento de sua utilidade educativa. Nesse sentido explica, com muita propriedade, Jacques Donzelot:

através da revalorização das tarefas educativas se estabelece, para a mulher burguesa, uma nova continuidade entre suas atividades familiares e suas atividades sociais. Ela descobre um domínio de missão, abre para si um novo campo profissional na propagação das novas normas assistenciais e educacionais. Pode, ao mesmo tempo, ser suporte de uma transmissão do patrimônio no interior da família e instrumento de irradiação cultural no exterior. A mulher do povo possui, por natureza, um trabalho antagônico com o seu status materno. Algumas vezes ele representa uma necessidade, mas é sempre obstáculo à realização de sua função de guardiã do lar (DONZELOT, 1986, p.47).

Analisando-se o discurso da época, verifica-se que tal premissa é verdadeira também no Paraná, como se pode observar na edição do *Diário da Tarde* de 18 de março de 1914:

as ilustres senhoras que se puzeram à frente deste nobre tentamen com a meiguice seductora de seus sorrisos, com o fulgor incomparavel de seus formosos olhos e com as doces palavras de seus espíritos bem formados, alcançarão, estamos certos, elevar neste recanto do nosso Estado uma obra imperecível que em todo tempo sirva para nobilitar o nome da mulher paranaense, de cujo coração sempre tem brotado, em uma rica exuberancia, as mais perfumadas flores do sentimento.

Todavia, há que se distinguir a filantropia da caridade. De acordo com Jacques Donzelot, de maneira geral, a primeira se diferencia da segunda, na escolha de seus objetivos, por uma preocupação de pragmatismo:

em vez de dom, conselho, pois este não custa nada. Assistência às crianças em vez de assistência aos velhos, às mulheres e não aos homens pois, a longo prazo, esse tipo de assistência pode, senão render, pelo menos evitar gastos futuros. A caridade desconhece esse investimento, pois só pode arder ao fogo de uma extremada miséria, com a visão de um sofrimento espetacular, a fim de receber, em troca, através do consolo imediato que fornece, o sentimento de engrandecimento do doador (DONZELOT, 1986, p.65).

Entretanto, tal diferenciação não se verifica na prática, sendo os termos empregados indistintamente, inclusive como sinônimos de *piedade e beneficência*. Para Petit Carneiro, por exemplo, “a beneficencia é templo e escola; a beneficencia ensina a beneficencia, como a bondade ensina a bondade” (CARNEIRO, 1919, p.151). A leitura do número 36 do jornal *O Dia*, de 10 de agosto de 1923, demonstra que tais ensinamentos eram seguidos pela família, pois essa edição noticia a participação de Lygia e Sylvia Carneiro nos preparativos para a comemoração do “Dia da Caridade” no Paraná, integrando a “Comissão para a confecção de flores”.

Por outro lado, ele também afirma que é pela filantropia que muitas obras sociais podem

se tornar realidade, assim como a futura criação de creches, projeto por intermédio do qual se

acolhe, vela e zela pela creança, substituindo inteligentemente a vigilância materna durante as horas de trabalho das progenitoras, chamadas, pelas contingências do pão quotidiano, às fabricas, às officinas, aos misteres de serviçaes, à faina rude das lavanderias, ao mercadejo ambulante (...) Assim, reuniremos a protecção medica à assistência educativa, que é a therapeutica do espírito (CARNEIRO, 1914, p.148-9).

É dever do Estado e dos cidadãos, encabeçados pela classe médica, criar instituições que disciplinem as classes pobres, a fim de evitar que se rebelem e promovam a desordem. Desse modo, a política de saúde é um encargo de toda a “sociedade civilizada”:

procurando salvaguardar as vítimas da sociedade presente, bem como fartos elementos da sociedade futura, num surto de altruísmo, entraram a ser criadas instituições de carácter popular, por vezes sob a égide do Estado, por vezes de carácter meramente particular, sempre sob a responsabilidade filantrópica de homens devotados, de apóstolos da ciência e da caridade (CARNEIRO, 1914, p. 168).

No entanto, é ao Estado que se imputa a maior responsabilidade pela formação dos indivíduos, segundo Carneiro: “[...] se tornando cada vez mais amplas as funções do Estado moderno, compete-lhe antes prevenir que remediar as consequências múltiplas que, no caso, poderiam sobrevir às manifestações das fraquezas de que a humanidade é tão susceptível [...]” (CARNEIRO, 1914, p.169).

Não se pode entender a filantropia, então, conforme bem salienta Donzelot,

como uma fórmula ingenuamente apolítica de intervenção privada na esfera de problemas ditos sociais, mas sim como uma estratégia deliberadamente despolitizante face à instauração dos equipamentos coletivos, ocupando uma posição nevrálgica equidistante da iniciativa privada e do Estado (DONZELOT, 1986, p. 55-56).

Assim, é justamente por meio da filantropia que se pode “garantir o desenvolvimento de práticas de conservação e de formação da população, dissociando-as de qualquer atribuição diretamente política a fim de lastreá-las, não obstante, com uma missão de dominação, de pacificação e de integração social” (DONZELOT, 1986, p.55).

No número 12 de *A Sempre-Viva*, encontra-se o artigo “Saber ser pobre”, assinado por Júlia Lopes de Almeida. Apesar de não especificado pela revista, trata-se do segundo capítulo da primeira parte do *Livro das noivas*, obra publicada em 1896 que Júlia Lopes dedica ao marido, Filinto de Almeida. Aqui, fala-se sobre como seria benéfico os pais presentearem sua filha com um livro que ensinasse, em caso de necessidade, a aprender: tratar-se-ia de “um dote providente e

util.” (p.6). Assim, se houvesse um desastre financeiro na família, a mulher, ao invés de se entregar a recriminações, daria aos filhos “o bello exemplo da resignação e do trabalho”, exercendo seu dever de “conselheira desvelada e meiga.” (p. 6). E detalha-se a situação: “Uma familia acostumada á ostentação e ao luxo, perde de repente o seu chefe. Com a sua morte cessam todos os recursos de dinheiro, e, portanto, as occasiões de «apparecer». Que faz essa familia?” (p. 6).

No artigo em análise, Júlia Lopes de Almeida afirma que “o ter-se nascido pobre é, nesses casos, um dos maiores benefícios que ha. Partida do berço, a educação da pobreza é muito mais efficaz para a vida.” (p. 6).

E ensina que compete, às mães ricas, “preparar os filhos para as eventualidades do futuro, ensinando-lhes carinhosa e suavemente a vida, que para todos tem amargores e decepções: prevenindo-os para a lucta constante da existencia, que, se para os pobres é mais acerba, não poupa completamente os remediados, os ricos, nem mesmo os opulentos.” (p. 6).

A fortuna perdida é um tema recorrente na obra de Júlia Lopes de Almeida. Essa questão também já havia sido tratada no anteriormente mencionado romance *A falência*, publicado pela mesma escritora em 1901. A trama se passa no Rio de Janeiro, então capital federal, nos anos que se seguiram à Proclamação da República – ou seja, em pleno Ciclo do Café – e gira em torno de Francisco Teodoro, um imigrante português sem instrução formal, que fez fortuna por méritos próprios e, posteriormente, em meio à crise do Encilhamento, foi à falência. Incapaz de suportar o que considera uma enorme vergonha, o patriarca comete suicídio, deixando a família à míngua. É forçosa a mudança do suntuoso palacete em Botafogo para uma residência mais modesta. Por fim, o que salvará a família será a pequena casa transferida para o nome da sobrinha Nina no dia de seu aniversário – único bem que restou do império de Francisco Teodoro –, o trabalho da fiel criada Noca como engomadeira e as aulas de violino que a filha Ruth começa a ministrar.

Outro assunto recorrente na obra de Júlia Lopes é, justamente, a caridade. Já no *Livro das Noivas* (1896), encontra-se a seguinte observação:

não é meu intento fallar agora de preconceitos sociaes, o meu fito limita-se puramente a apontar uma das missões mais bellas que a mulher exerce – a caridade. [...] As mães devem sempre dar a esmola pelas mãos das filhas, fazendo-as compreender dores alheias, respeitar a velhice, serem affaveis para com os inferiores, formando-lhes assim no coração uma fonte de inexgottavel doçura. Devem ter sempre em mente esta duvida apouquentadora: que lhes reservará o futuro? – e preparal-as para tudo, com o meio mais efficaz para exercitar o coração no bem – que é fazel-o caritativo (ALMEIDA, 1896, p.70).

Em *A falência*, d. Joana admoesta Camila, a esposa de Francisco Teodoro, no sentido de que ela “está muito perturbada por maus conselhos e exemplos de ateus sem caridade” (ALMEIDA, 1978, p. 111). Na mesma obra, a baronesa da Lage e Paqueta, sua irmã, vieram pedir a Mila para

Ruth abrilhantar um concerto que nós, protetoras do Sagrado Coração, pretendemos dar no dia quinze. Se não fosse coisa de religião, eu não me meteria nisto. Já me têm pedido para organizar festas em benefício de escola e de hospitais para pobres, como se na nossa América houvesse pobreza... Creia, minha amiga, no Brasil não há miseráveis, há ateus. Precisamos de regenerar o povo com exemplos de fé cristã (ALMEIDA, 1978, p. 114).

Ainda no mesmo romance, observa-se que Teodoro, após enriquecer, necessitava de reconhecimento social, o qual envolvia a prática da caridade como meio para conseguir um título – no caso, o de comendador:

atirou-se a proteger as instituições do seu país, a andar com medalhões e fazer mordomias na Beneficência. No fundo, não era só a distração que ele buscava, nem a caridade que ele exercia; uma outra causa lhe filtrava n'alma aquela vocação para o benefício...E a comenda chegou (ALMEIDA, 1978, p. 15).

Em *Cruel Amor* (1963), o seguinte excerto, que trata do enaltecimento de D. Constança por parte de Fortunata, denota como a caridade era uma qualidade crucial da mulher modelar: “alma franca, porta do casarão sempre aberta para os pobres, que enchia das melhores frutas do seu pomar variado e com os melhores bolos, dos seus armários...” (ALMEIDA, 1963, p. 36).

A seção “Cartas a uma noiva” aparece em *A Sempre-Viva* nos número 4, assinada por Ada, e nos números 13, 15, 16 e 18-19, assinada por Maria Amália Vaz de Carvalho. No artigo escrito por Ada, observa-se uma concepção de casamento que o coloca no centro das expectativas de uma moça: “O pedido de casamento é o facto capital na vida de um coração de mulher. Porque elle dá á mulher a primeira prova de que é verdadeiramente amada.” (p. 2).

Além disso, a autora afirma que a alegria de uma noiva “é tão grande que o seu coração não a pode conter toda: é preciso que as outras a conheçam, que a vejam, que participem della!” (p. 2). E, ampliando os desejos de felicidades aos nubentes, assevera que “o teu passado não o evocas porque a tua vida data de teu noivado; o teu futuro, tu o divisas todo côm do rosa porque teus olhos só vêm atravez do prisma roseo do amor. Vejo-te, no meu carinho, em pleno esplendor de tua ventura.” (p. 2).

Já com referência aos exemplares 13, 15, 16 e 18-19, verifica-se que a primeira carta dedica-se à iniciação conjugal. Tecendo comentários acerca do casamento, a autora atesta, no número 13, que “tal como nos apparece hoje, não ha nada mais difficil de manter na sua perfeita dignidade moral, mais proprio para exercitar na mulher as faculdades da paciencia, da bondade, da abnegação, do sacrificio quotidiano.” (p. 10). A autora dedica-se a prevenir a noiva de que o espírito amistoso do início do casamento não durará para sempre: “Não julgues que o amor de teu marido será sempre o que é hoje; nem consideres como uma festa ininterrupta e voluptuosamente alegre a vida que se desdobra diante do teu inexperiente olhar.” (p.11).

Também não crê a autora ser a lua-de-mel “o momento mais feliz, mais nobre, mas suggestivo de pensamentos e de sensações delicadas, do longo periodo do casamento”, pois faltam a esses primeiros momentos de convivência a “*consciencia da duração*” e a “*identificação perfeita e absoluta* que só virá mais tarde, se vier – e que não vindo, faz com que o casamento seja apenas uma formula social sem alma, sem significação moral, sem valor religioso e idealista...” (p. 10). Nesse estágio, os recém-casados procurariam impressionar favoravelmente o consorte, e, aqui, observam-se valores que seriam ideais na mulher:

Elle quer apparecer-lhe sob o melhor dos aspectos, e curva-se reverente e docil a todos os caprichos da sua amada; *ella* quer seduzi-lo e prende-lo, e procura mostrar-se meiga, submissa, incapaz de ter vontade sua, de impor a sua personalidade, de produzir, no concerto ideal que os dois pretendem formar, a mais ligeira dissonância, que perturbe a sua harmonia!.. (p. 10).

Se, no parágrafo anterior, a autora parece escrever no século XIX, na sequência ela tece críticas aos costumes vigentes, afirmando que o equilíbrio anteriormente referido é falso, e o mais prudente seria os cônjuges aproveitarem a lua-de-mel para “se combinarem moralmente melhor”, considerando que

os nossos costumes, ou demasiadamente prudentes, ou demasiadamente hypocritas, não permitem que uma menina, antes do casamento, seja outra cousa, além de um automato, um ser incharacterístico e nullo, que responde *sim* ou *não*, fazendo-se muito corada; escondendo tudo que lhe deixaram adivinhar; occultando tudo o que é e que sente; já que os nossos costumes nos dão como resultante esta creatura enigmatica, que amanhã será mulher, mas na qual se não podem adivinhar sequer os mais secundarios lineamentos do caracter futuro (p. 10).

Em seguida, Maria Amalia retoma uma posição de inferioridade da mulher, declarando que o marido possui ideias e gostos diversos dos da esposa, “faculdades inteiramente diferentes de tudo que constitue o teu organismo feminino mais delicado e melindroso, mais timido e

hesitante, menos capaz de alar-se ás abstracções e ás alturas do Pensamento ou do Sonho.” (p.11).

E a autora ainda admoesta a recém-casada para, principalmente, ser “solicita no desejo de entende-lo para nunca o contrariar, embora o não possas acompanhar sempre. Naquellas cousas fundamentaes em que o homem e a mulher precisam de formar um sêr uno, pede-lhe que te instrua e elucide, não para o combateres, mas para te harmonisares com elle.” (p. 11).

No número 15, há a carta II, intitulada “Vida social e vida domestica”. Aqui, a autora retrata o marido como, em geral, alguém mais experiente que a mulher, a qual gosta de “brilhar na sociedade”, ou “aparecer” (p. 3), expressão também utilizada por Júlia Lopes de Almeida no artigo “Esperando...”, a ser discutido na sequência. Para a missivista, a fim de que tal atividade seja conduzida adequadamente, é necessária a aplicação de um montante considerável de recursos, nem sempre ao alcance do marido. Assim, apresenta-se a solução:

O que seria, pois, necessário? Que ambos transigissem um pouco, e que o marido, muito mais experiente do que a mulher, a levasse, mansamente a renunciar de seu motu proprio, e depois de alguns ensaios de que ella mesma tivesse a iniciativa, a uma vida que não convém senão a quem pode te-la, na pompa e na ostentação que lhe são inherentes. (p. 3).

Desenvolvendo essa linha de raciocínio, a autora nomeia a Europa como o modelo das sociabilidades mais sofisticadas, bem ao gosto da época imediatamente pós *Belle Époque* na data dessa publicação. Contudo, a aspiração da burguesia tupiniquim, “endinheirada e desgraçosa”, de pertencer a essa “perfeita sociabilidade” é classificada como uma “aberração comica” (p. 3).

A continuação da carta II vem no número 16, na qual ela argumenta que “deste dilemma crú é que ninguém sabe; quando se tem uma fortuna mais que modesta e se quer hobrear com os ricos, ou se faz um papel ridículo ou se faz um papel criminosamente leviano.” (p. 9). E arremata:

E's uma encantadora burguezinha; tens uma educação perfeitamente adaptada aos, teus deveres e aos teus direitos de burgueza; teu marido reune hoje dois a trez contos de réis de rendimento annual; poderá, trabalhando absorventemente, esmagadoramente, brutalmente, vir a duplicar o seu rendimento daqui a vinte annos.
Como é que tu, em taes condições moraes, financeiras, intellectuaes e materiaes, queres viver a vida que só se alimenta e nutre de luxo, de ociosidade, de milhões?
Conseguirás ser ridícula sem nunca conseguires ser feliz, e, o que é peor ainda, tornando desgraçado e também ridículo teu pobre marido, bem digno de melhor sorte. (p. 9).

E a carta III, também denominada “Vida social e vida domestica”, encontra-se no número

18-19 – sua continuação foi anunciada, mas não foi localizada. Nela, a missivista deixa claro que a destinatária da carta anterior não concordou com seus conselhos. Retoma, então, seus argumentos, pontuando sua fala com um discurso sobre “civilizações superiores” e a importância do trabalho.

A autora critica a sociedade portuguesa, definindo seu defeito: “ambiciona-se a flôr, e não se quer concorrer para que desabroche. [...] para nós, [...] o *trabalho* é ainda e sempre o castigo hereditario, e a mancha plebeia.” (p. 3). Mais adiante, ela menciona que “muito basofios e muito afidalgados, temos a mania morbida de fingir de ricos e de ostentar costumes de ociosos e inuteis.” (p. 4).

Tal comentário possibilita a conexão com a novela *A isca*, de Júlia Lopes de Almeida, que é parcialmente epistolar. A trama gira em torno do elegante e perdulário Antonio Seixas, que abandona a pianista Vera Landim para casar-se com Isabel Maria de Mendonça, filha de um rico industrial, o qual enlouquece e é internado em um hospício, onde falece. Uma vez mais, aparece a temática da fortuna perdida.

Apesar do contratempo financeiro, é importante para o casal Antonio e Isabel manter as aparências, e naturalmente ir ao cinema faz parte de sua rotina, como se depreende pela leitura do seguinte fragmento: “E agora vamos ao nosso jantarzinho, e depois, toca para um cinema!” (ALMEIDA, 1923, p. 64-65).

No número 5 de *A Sempre-Viva*, Júlia Lopes de Almeida também se debruça sobre o tema do enlace matrimonial, em um artigo intitulado “O dia do casamento”. Assim como acontece com “Saber ser pobre”, a revista não informa tratar-se do primeiro capítulo da primeira parte do *Livro das noivas*. Aqui, fica claro o casamento como um ideal a ser alcançado pela moça, além de uma visão idealizada da mãe, como se pode observar no seguinte trecho: “Se realiza o sonho amado de sua mocidade, unindo-se áquelle que escolheu como o mais perfeito e o melhor dos homens, chora tambem por deixar a casa paterna, a mãe idolatrada, que mal disfarça a sua agonia, o pae que a aconselha, commovido, a ser para o futuro tão bôa como até então”. (p. 6). A mãe ainda aconselha a filha a acompanhar o marido: “vae, segue-o, segue-o até onde elle quizer levar-te, é o teu dever...”

Ao lado dessas, há observações que procuram valorizar a mulher, como no trecho em que essa mesma voz materna alerta: “Não te resignes a ser em tua casa um objecto de luxo. A mulher

não nasceu só para adorno, nasceu para a lucta, para o amor e para o triumpho⁶ do mundo inteiro!” (p. 6). E, posteriormente: “Ama sempre teu marido, sem humilhação, com sinceridade e alegria. Está nisto o segredo da ventura na terra. Que elle te ame igualmente, com o mesmo extremo, o mesmo carinho e caminhem assim, fortes unidos e serenos para os dias de risos ou de lagrimas que hão de vir.” (p. 6).

Destaque-se, ainda, uma passagem que faz referência à qualidade da educação recebida pela mulher:

A felicidade humana deriva do que vive sob a nossa responsabilidade. É a nós, como mães⁷ que a patria supplica bons cidadãos; é de nós, quando esposas, que a sociedade exige o maior exemplo de dignidade e de moral. Com a educação⁸ superficialissima que temos, não meditamos nisto, e levamos de continuo a queixar-nos de que é nullo o papel que nos confiaram... (p. 6).

No mesmo *Livro das noivas*, no capítulo “Educação”, a superficialidade da educação a que as mulheres têm acesso é novamente debatida, não obstante estar tal discussão presente em um contexto de melhora do nível educacional dos filhos. Apesar de extenso, faz-se necessária a transcrição deste segmento, pois é extremamente elucidativo, e exemplifica, com palavras de alguém que efetivamente presenciou esse problema, o que foi explicado em termos teóricos ao longo deste capítulo:

É um encargo esse que nenhuma mãe deveria declinar de si – o ensino dos filhos! Ao menos os primeiros passos: leitura, escripta, contas, um pouco de geographia e de desenho. Já não fallo em outras materias, como geometria, linguas, etc., porque desgraçadamente a nossa instrucção é em geral de uma pobreza pasmosa e não permittiria acompanhar até mais longe o estudo de uma criança, nem dirigil-o convenientemente.

[...]

A nossa educação superficial, essencialmente decorativa, não nos permite decerto responder a todas as perguntas curiosas dos pequeninos a quem temos o dever indeclinavel de guiar. Ahi a nossa desgraça! Se elles nos perguntam pelos phenomenos da natureza, os primeiros a attrahirem a sua attenção, que resposta lhes damos? [...] nós, a quem isso não foi nitidamente ensinado, ficamos envergonhadas, humilhadas com um profundo desgosto de nós mesmas.

Então é que nos vem á mente o desprezo pela instrucção ornamental, apparatusa, com que conquistamos nas salas o prestigio e o renome! São os labios innocentes e roseos das crianças que nos infligem o castigo do velho tempo perdido a dedilhar exercicios e musicas [...]!

[...]

Sem consultar vocações nem vontades, exige-se, em geral, que todas as moças toquem

⁶ No *Livro das noivas* (1896) está grafado “triumpho” (p. 13).

⁷ No *Livro das noivas* (1896) esse trecho inclui uma vírgula: “É a nós, como mães, que a patria supplica bons cidadãos; [...]”. (p. 13).

⁸ Consta “educação” no *Livro das noivas*.

piano, cantem, saibam *fazer sala* e fallar francez...

[...]

Isso é que nos pareceria ridiculo! Uma mulher interessada por botanica! uma mulher dada ao estudo das linguas, da mathematica, da physica ou da historia natural!

Pedantismo imperdoavel, na doce creatura nascida para o labor rotineiro da agulha e das receitas culinarias! Não nos lembramos que o tempo, afinal, não é tão pouco que nos não dê occasião para tudo que fazemos e para muito mais que fariamos se tivessemos incentivo, força de vontade e diligencia! [...] (ALMEIDA, 1896, p. 205-206).

Como se percebe, no último parágrafo Júlia Lopes de Almeida destila uma fina ironia, ao comentar que a mulher, “doce criatura”, estava fadada ao labor doméstico. Entretanto, a ampliação dos horizontes de conhecimento feminino seria plenamente factível, arremata a autora.

O número 13 de *A Sempre-Viva* traz um artigo de Júlia Lopes de Almeida denominado “Esperando”, no qual a autora, com seu enorme talento, consegue transformar uma trivialidade do cotidiano em matéria de interesse literário. No caso em apreço, acompanha-se todo o processo de realização do jantar, em um dia comum, na casa de Mimi, uma jovem burguesa casada há um ano com Luiz. Para que tudo saia à perfeição, Mimi participa de embates com o cozinheiro e com a copeira. Ela tem a delicadeza de revistar “as garrafas de cristal, os talheres, os pratos, escondendo dentro do guardanapo do marido uma hastesinha mimosa de avenca, onde espetara um cartão com esta palavra – ‘Adoro-te’”. (p.14). Além disso, a escolha da esmerada toalete prova ser árdua. Decide esperar o marido, que deve chegar às dezoito horas, ao piano. À medida que os minutos de atraso vão cedendo lugar às horas, a moça vai criando diferentes conjecturas, passando por explicações diversas, que chegam até a um acidente. Tudo isso regado, claro, a muitas lágrimas. Por fim, quando o bem-amado retorna ao lar, são e salvo, afirmando que a esposa terá que se acostumar a, muitas vezes, jantar sozinha, Mimi conclui que esse episódio marca o término do seu “inolvidavel periodo da sua lua de mel!” (p. 15).

É interessante observar que uma das justificativas aventadas por Mimi é a existência de uma amante: “- Elle ama outra, ama outra com certeza! A estas horas ri-se a seu lado... [...] Lembrou-se de fugir para a casa da mãe; sim, lá ao menos teria companhia, carinhos, alegria! E Luiz, quando chegasse, comprehenderia não ter por esposa uma mulher passiva, de quem pudesse zombar!” (p. 15).

Essa passagem remete à dicotomia mulher honesta x mulher perdida, presente no século XIX – e que perdurou por um tempo significativo século XX adentro – muito bem apreendida por Mary Del Priore:

o século XIX se abriu com as libertinagens de um jovem imperador e se fechou com o higienismo frio de médicos. Século hipócrita que reprimiu o sexo, mas foi por ele obcecado. Que vigiava a nudez, mas olhava pelos buracos da fechadura. Que impunha regras ao casal, mas liberava os bordéis. A burguesia emergente, nas grandes capitais, somada aos senhores de terras e entre eles a aristocracia rural, distinguia dois tipos de mulher: a respeitável, feita para o casamento, que não se amava, forçosamente, mas em quem se fazia filhos. E a prostituta, com quem tudo era permitido e com quem se dividiam as alegrias eróticas vedadas, por educação, às esposas (DEL PRIORE, 2011, p. 100-101).

Ainda sobre esse assunto, outra análise excelente é feita por Margareth Rago:

serão contrapostas no discurso burguês duas figuras femininas polarizadas, mas complementares: a santa assexuada mas mãe, [...] que padece no paraíso do lar e esquece-se abnegadamente dos prazeres da vida mundana, e a pecadora diabólica, que atrai para as seduções infernais do submundo os jovens e maridos insatisfeitos. A primeira, toda alma e sacrifício – símbolo do bem; a segunda, exclusivamente carnal e egoísta – encarnação do mal. Ambas, no entanto, submissas, dependentes, porcelanas do homem, incapazes de um pensamento racional e, conseqüentemente, de dirigirem suas próprias vidas (RAGO, 1985, p. 82).

Também esse tema, não pela primeira vez, encontra-se presente na obra de Júlia Lopes de Almeida, sendo o mote da já referida *A falência*. Camila e o Dr. Gervásio têm um caso, originado em virtude de o médico ter atendido e salvado dois dos filhos dela, logo após ela ter perdido um bebê. A gratidão aproximou-os, e a credibilidade advinda do fato de ele ser médico possibilitou que se imiscuísse na casa, contasse com a confiança da família e não levantasse suspeitas. Eis um diálogo entre os dois:

- Remorsos...remorsos de quê? Pensa, Gervásio, que, desde o primeiro ano de casado, o meu marido não me traiu também? Qual é a mulher, por mais estúpida, ou mais indiferente, que não adivinhe, que não sinta o adultério do marido no próprio dia em que ele é cometido? Há sempre um vestígio *da outra*... [...] Eles traem-se com as compensações que nos trazem...
 - Isso tudo é vago e abstrato.
 - Não importa. [...] Eu soube de muitas coisas e fingi ignorá-las, todas! Não é isso que a sociedade quer de nós? (ALMEIDA, 1978, p. 34).

O marido sequer desconfia da traição, uma vez que “tinha na mulher a fé mais cega” (ALMEIDA, 1978, p. 136). Quem está ciente dessa situação é o filho, Mário, que nutre uma profunda antipatia pelo médico. Quando ele se casa, sobrevém uma sensação de alívio para Camila e Gervásio, visto que a inoportuna testemunha do adultério fora-se. Por outro lado, ela torcia para que o primogênito encontrasse a felicidade. Assim, “Mila bendizia aquele casamento, que a libertava de uma humilhação constante, levando-lhe o filho para as terras do luxo e do prazer. Separando-se, ele ia ser feliz. Que mais poderia desejar um coração de mãe?”

(ALMEIDA, 1978, p. 176).

D. Joana também afirma já saber do caso entre Gervásio e Mila, o que desgosta o médico, o qual reflete que, em tempos anteriores, “ser amante de uma mulher bonita e cobiçada não é coisa que fique mal a um homem... Por ela, sim, devia ter cuidados e mistério” (ALMEIDA, 1978, p. 55). Ou seja, perante a sociedade, os relacionamentos fora do casamento podiam ser justificáveis para o homem, mas não para a mulher. Isso fica claro quando Mário, ao ser confrontado por Mila sobre o fato de ter uma amante, pondera, demonstrando ter conhecimento do adultério cometido pela mãe, que, justamente, não era o caso de se falar em reputação... Diante disso, Camila medita sobre

quantas vezes o marido teria beijado outras mulheres, amado outros corpos... e aí estava como dele só se dizia bem! Ele amara outras pela volúpia, pelo pecado, pelo crime; ela só se desviara para um homem, depois de lutas redentoras; e porque fora arrastada nessa fascinação, e porque não sabia esconder a sua ventura, aí estava boca do filho a dizer-lhe amarguras... (ALMEIDA, 1978, p. 60).

Esse trecho demonstra bem os papéis sociais de homens e mulheres no século XIX e início do XX, quando as infidelidades ocasionais masculinas não eram punidas. Como visto no decorrer deste capítulo, “a fidelidade conjugal era sempre tarefa feminina. A falta de fidelidade masculina, vista como um mal inevitável que se havia de suportar. Era sobre a honra e a fidelidade da esposa que repousava a perenidade do casal. Ela era a responsável pela felicidade dos cônjuges” (DEL PRIORE, 2011, p. 67). No caso de Camila, verifica-se que ela valorizou mais seu marido em tempos de pobreza do que em tempos de abundância, descobrindo sentir por ele uma grande amizade.

3 O FEMINISMO E(M) CURITIBA

O amor maternal é a única felicidade que sobrepuja todas as promessas da felicidade.

MAD. DE FLAHAUT

O termo *feminismo* foi primeiramente utilizado nos Estados Unidos, em torno de 1911. Duarte propõe que o feminismo seja “compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo.” (DUARTE, 2003, p. 152). Segundo Andréa Lisly Gonçalves, “é praticamente impossível situar um marco preciso para o início do movimento feminista, mesmo que organizado” (GONÇALVES, 2006, p. 16). Embora haja divergências entre os estudiosos do assunto, é relevante apresentar os principais fatos que delinearão a história desse movimento, indicando-se, ao menos, uma periodização. Há várias periodizações possíveis para as ondas do feminismo. Thomas Bonicci, por exemplo, afirma que a primeira onda vai desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, com a luta pelo direito ao voto feminino. A segunda onda começa em 1949, com a publicação da obra *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, enquanto a terceira onda, que possui uma agenda de reivindicações mais abrangente que o período anterior, iniciou-se em torno de 1990, nos Estados Unidos, em parte devido à crítica “conservadora de pós-feministas de que as mulheres têm todas as garantias sociais e legais para viver em paridade na sociedade contemporânea” (BONICCI, 2007, p. 252).

Entretanto, este trabalho detalhará a periodização proposta por Carla Cristina Garcia (2015).

3.1 AS ONDAS DO FEMINISMO

Garcia (2015) divide o movimento feminista em quatro etapas: o período pré-moderno e as três ondas do feminismo.

Inicialmente, é importante mencionar que, por ocasião do Renascimento, a ideia defendida por teólogos era a de que a mulher era “naturalmente” inferior ao homem, a ele devendo obedecer: “questionado se o escravo liberto poderia ser sacerdote, São Tomás de Aquino respondeu que sim, pois o escravo é ‘socialmente inferior’, enquanto a mulher é ‘naturalmente inferior’.” (GARCIA, 2015, p. 25). Todavia, os diversos tratados pedagógicos

surgidos nessa época geraram a discussão acerca da natureza e dos deveres dos sexos, a qual durou vários séculos e denominou-se *Querelle de femmes*. Participaram desse movimento, conforme Virginia Woolf, as chamadas “filhas dos homens cultos”.

Na França, Christine de Pizan (1363-1431), considerada a primeira escritora profissional, rebelou-se contra a literatura misógina vigente desde a Antiguidade. Em 1405, ela escreve *A cidade das mulheres*, obra em que questiona a autoridade dos grandes pensadores que forjaram uma tradição desfavorável às mulheres.

Na época do Antigo Regime francês, um importante fenômeno é o do *Preciosismo*, concebido, concomitantemente, como um “modelo de comportamento, uma corrente literária, um movimento de ideias” (GARCIA, 2015, p. 32), notadamente feminino, o qual englobava assuntos que excediam em muito o tema da cultura. Para as preciosas⁹, se as mulheres tivessem acesso à cultura escrita, teriam condições de desenvolver o pensamento crítico. Julgavam um dever o cultivo do espírito e o domínio dos sentidos, sendo contrárias ao casamento e à maternidade.

Ironizadas por alguns, como Molière – autor de *As preciosas ridículas*, encenada pela primeira vez em 1659 –, as preciosas parisienses angariaram inimizades diversas. Badinter ressalta a coragem e a perseverança necessárias para realizar leituras proibidas, ainda mais quando se tem em conta a parca educação que recebiam:

as intelectuais autênticas, como Mademoiselle de Scudéry, não eram numerosas. A grande maioria das mulheres tinha uma desvantagem inicial muito grande, sua ignorância absoluta, para que pudessem esperar, a menos que fossem geniais, superá-la realmente. No máximo podia esperar, com algum talento, dissimular sua ignorância.” (BADINTER, 1980, p. 91).

A autora ainda salienta que “toda educação propriamente intelectual lhes era proibida. [...] O conteúdo do ensino das meninas foi de uma mediocridade espantosa até a primeira metade do século XIX, pois a finalidade era sempre a mesma: fazer delas esposas crentes, donas-de-casa eficientes.” (BADINTER, 1980, p. 91-92). Todavia, essa ânsia de cultura não era aprovada por pais e maridos, e, do final do século XVI até a metade do século XVIII, houve um discurso masculino, endossado até por nomes do porte de Montaigne e Rousseau, no sentido de conclamar essas mulheres a retomarem suas naturais atribuições de dona-de-casa e de mãe, visto que, como diziam, o saber “estraga a mulher, distraíndo-a de seus deveres mais sagrados.” (BADINTER,

⁹ Em conformidade com Cecil Jeanine Albert Zinani, “a produção literária feminina teve lugar a partir do momento em que as mulheres se apropriaram da palavra. Inicialmente, nos salões do século XVII, criou-se um ambiente onde circulavam informações, estabelecendo-se uma espécie de jogo, que possibilitava réplicas entre as vozes de ambos os gêneros. É o período em que pontificavam as preciosas”. (ZINANI, 2012, p. 150).

1980, p. 93).

A **primeira onda feminista** é associada à publicação da obra do filósofo François Poulain de la Barre, autor da frase “A mente não tem sexo”. Seu trabalho *Sobre a igualdade entre os sexos*, de 1673, é pioneiro em focar manifestamente a reflexão sobre a igualdade sexual – a comparação entre homens e mulheres deixa, assim, de ser o centro das discussões.

O feminismo moderno também é tributário dos movimentos de mulheres ocorridos durante a Revolução Francesa, tanto na esfera popular, representada por aquelas que atuaram na frente de batalha, quanto na esfera intelectual, expressa “geralmente pelas burguesas, que se manifestaram especialmente nas sessões da Assembleia Constituinte, na produção de escritos sobre a revolução, na criação de jornais e grupos femininos empenhados nas lutas pelos direitos civis e políticos das mulheres.” (GARCIA, 2015, p. 41).

Um dos nomes de destaque nesse âmbito é Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze (1748-1793), diretora do jornal *L'Impatient* e autora de *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791), essencialmente uma alternativa à *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, “na qual ‘homem’ não era usado como sinônimo de ‘humanidade’, mas como representante do sexo masculino, o que lhe garantia o direito à cidadania.” (MORAES, 2016, p. 10). Morreu guilhotinada, acusada de traição, por opor-se publicamente a Robespierre, a quem chamou de tirano sanguinário.

Outro nome de relevo é Mary Wollstonecraft (1759-1797), autora de *A Vindication of the Rights of Woman/Reivindicação dos direitos da mulher* (1792), obra capital do feminismo, na qual a escritora “denuncia os prejuízos trazidos pelo enclausuramento feminino na exclusiva vida doméstica e pela proibição de acesso das mulheres a direitos básicos, em especial à educação formal, situação que fazia delas seres dependentes dos homens” (MORAES, 2016, p. 7). Em um dos trechos mais contundentes, a intelectual afirma que

seria uma tarefa sem fim descobrir a variedade de mesquinhez, preocupações e dores em que as mulheres se encontram mergulhadas pela opinião predominante de que foram criadas mais para sentir do que para raciocinar e de que todo o poder que elas adquirem deve ser obtido por meio de seus encantos e fragilidade:

Bela por seus defeitos e amavelmente frágil!

À exceção do que as mulheres conseguem por meio da influência ilícita, essa amável fragilidade as mantém completamente dependentes do homem, não apenas para sua proteção, mas para a formação de sua opinião. É surpreendente que, negligenciando as obrigações que a própria razão assinala e esquivando-se das provas destinadas a fortalecer sua mente, elas somente se esforçam para dar a seus defeitos uma cobertura agradável, que pode servir para aumentar seus encantos aos olhos do voluptuoso, ainda que isso as afunde na escala da excelência moral?

Frágeis em todos os sentidos da palavra, elas são obrigadas a contar com um homem para qualquer bem-estar. No perigo mais insignificante, apoiam-se nele com tenacidade parasita, pedindo socorro lastimosamente, e seu *natural* protetor estende o braço ou levanta a voz para guardar – de quê? – a amada trêmula. Talvez do cenho de uma velha vaca ou do assalto de um camundongo; uma ratazana seria um perigo mais sério. Em nome da razão e mesmo do bom senso, o que pode salvar tais seres do desprezo, ainda que sejam doces e belos?

[...] Se o temor nas meninas, em vez de ser acalentado e, talvez, criado, fosse tratado da mesma maneira que a covardia nos meninos, logo veríamos as mulheres sob aspectos mais dignos. É verdade que, então, elas não poderiam ser chamadas com igual propriedade de doces flores que sorriem no caminho do homem, mas seriam membros mais respeitáveis da sociedade e cumpririam as obrigações importantes da vida por meio da luz de sua própria razão. “Eduquem as mulheres como os homens”, disse Rousseau, “e quanto mais se parecerem com nosso sexo menos poder terão sobre nós”. Isso é exatamente o que pretendo. Não desejo que tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 88-89).

Virginia Woolf destaca que o ponto fulcral do pensamento de Wollstonecraft “era que nada importava a não ser a independência. [...] Para uma mulher a independência seria pois a primeira necessidade; não elegância ou charme, mas energia e coragem e a força de pôr sua vontade em prática eram-lhe qualidades indispensáveis.” (WOOLF, 2014, p. 310). Wollstonecraft, que “a vida inteira esteve revoltada – contra a tirania, contra as leis, contra as convenções”, escreveu, vivenciando a Revolução Francesa, “*Reply to Burke* e *A Vindication of the Rights of Woman*, que são tão verdadeiros que agora nem parecem conter algo de novo, pois sua originalidade se tornou nosso lugar-comum.” (WOOLF, 2014, p. 310). Esta afirmação é especialmente contundente quando se tem em mente o ano em que foi proferida por Woolf: 1929.

A Revolução Francesa significou um revés para o feminismo, pois, não obstante os esforços envidados pelas mulheres, “em 1794 proibiu-se explicitamente a presença de feministas em qualquer tipo de atividade política; fosse qual fosse sua tendência ideológica, compartilhavam o mesmo fim: a guilhotina ou o exílio.” (GARCIA, 2015, p. 49). Em 1804, entra em vigência o Código Napoleônico, que legitimava a menoridade perpétua das mulheres, as quais

eram consideradas apenas como filhas ou mães em poder de seus pais, maridos ou filhos. Não tinham direito de administrar suas propriedades, fixar ou abandonar seu domicílio, manter uma profissão ou um emprego sem permissão do homem da casa. A obediência, o respeito, a abnegação e o sacrifício foram fixados como virtudes obrigatórias. [...] Para todos os efeitos nenhuma mulher era dona de si mesma. Todas careciam daquilo que a cidadania assegurava aos homens: a liberdade. (GARCIA, 2015, p. 50).

A segunda onda feminista está indelevelmente associada ao movimento sufragista. Em

1840, as delegadas norte-americanas da *Convenção Mundial contra a Escravidão*, em Londres, foram impedidas de participar do debate, podendo tomar parte no evento apenas na condição de espectadoras. Alguns autores consideram esse o marco inicial do movimento feminino nos Estados Unidos, visto que, retornando, indignadas, ao seu país, começaram a coligir esforços visando ao reconhecimento de seus próprios direitos.

Duas dessas representantes, como revida ao insulto, organizaram, em 19 e 20 de julho de 1848, a *1ª Convenção para o Direito das Mulheres*, em Seneca Falls, Nova York. Trata-se de Lucrecia Mott, criadora da primeira sociedade feminina contra a escravidão, e Elizabeth Cady Stanton, que instituiu, em 1868, a *Associação Nacional pelo Sufrágio da Mulher* (AWSA). Nos Estados Unidos, o reconhecimento ao direito de voto das mulheres variou de Estado para Estado.

Em conformidade com Garcia, “o sufragismo foi um movimento de agitação internacional, presente em todas as sociedades industriais, que tinha dois objetivos centrais: o direito ao voto e os direitos educativos.” (GARCIA, 2015, p. 57). Investiu em modos não violentos de protesto, e também “inovou as formas de agitação e inventou a luta pacífica que logo foram seguidas por outros movimentos políticos como o sindicalismo e o movimento em prol dos direitos civis.” (GARCIA, 2015, p. 58).

Uma figura marcante para o feminismo foi o filósofo inglês John Stuart Mill, que, junto com sua esposa, a também filósofa Harriet Taylor, formulou os princípios da teoria política sobre os quais o sufragismo se desenvolveu. Em 1866, ele apresentou ao Parlamento inglês a primeira petição em prol do voto das mulheres, sendo, por isso, ridicularizado. Porém, tal iniciativa foi relevante para o movimento feminista.

No período entre a Primeira Guerra Mundial (1914-1948) e a Segunda (1939-1945), em diversos países as mulheres já haviam conquistado o direito de votar. Assim, para os movimentos feministas, foram anos de desarticulação. O início da **terceira onda feminista** está ligado à publicação, em 1949, de *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, obra que fornece a base teórica para essa nova fase e divide-se em dois volumes: “Fatos e mitos” e “A experiência vivida”.

Nesse livro, a escritora trata de assuntos discutidos pelo feminismo até hoje, discorrendo sobre

a teoria de que a mulher historicamente tem sido considerada como a *outra* em relação ao homem [...]. Ele é o centro, a medida e a autoridade – esta ideia será a que o feminismo chamará de androcentrismo: o homem como medida de todas as coisas. A

autora utiliza a categoria de outra para descrever qual é a posição da mulher em um mundo masculino em que os homens são os detentores do poder e os criadores da cultura. Esta categoria é universal, uma vez que está em todas as culturas. (GARCIA, 2015, p. 81).

Dessas análises, Beauvoir conclui que a mulher encontra-se em uma relação de assimetria com o homem, precisando ser por ele ratificada. Depreende, também, que não existe nenhuma explicação biológica ou natural para a subordinação feminina, formulando o célebre pensamento de abertura do segundo volume: “Ninguém nasce mulher. Torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro.” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). Conforme atesta Garcia,

esta é a base sobre a qual o feminismo posterior construirá a teoria do gênero. Com Poulain de la Barre até Wollstonecraft e Harriet Taylor já se havia afirmado que não há nada na biologia que justifique a discriminação feminina e que uma coisa era o sexo – diferenças biológicas – e outra coisa era o que a cultura dizia que tinham que ser e como deviam se comportar como homem ou mulher. [...] Ela separa natureza da cultura e aprofunda a ideia de que o gênero é uma construção social, ainda que ela não utilize a palavra gênero. (GARCIA, 2015, p. 82).

Nessa mesma linha de raciocínio, Zinani assevera que “o gênero, muito mais que um dado biológico, é um construto historicamente codificado que orienta o desempenho dos papéis sociais.” (ZINANI, 2012, p. 310). Dessa forma, em uma sociedade patriarcal, ao homem é reservada a realização das incumbências “relevantes”, externas à casa. Contrariamente, compete à mulher

administrar o lar e cooperar para o sucesso do homem, [...] ocupando-se com as pequenas ninharias que constroem o cotidiano, a fim de que o companheiro tenha o suporte adequado para que possa cumprir sua missão. Assim, nessa modalidade de sociedade, somente é considerado o papel do homem na construção da história, por isso, a narrativa histórica apresenta um caráter androcêntrico, refletindo somente o ponto de vista masculino. (ZINANI, 2012, p. 310).

A mesma autora ainda pontua que a experiência feminina começou a ser valorizada pela nova história, o que gerou uma ampliação de consciência, e, por conseguinte, a perspectiva de emancipação.

No final da década de 1960 e início da de 1970, o alcance do feminismo espraia-se internacionalmente, a exemplo do que ocorrera no século XIX. Essa expansão começa nos Estados Unidos, chegando, velozmente, à Grã-Bretanha e à Alemanha. Conforme explica

Dominique Fougeyrollas-Schwebel, “a explosão estudantil de 1968 é o terreno da propagação do feminismo, e a grande aparição pública do movimento norte-americano em 26 de agosto de 1970, para festejar os cinquenta anos do direito de voto nos Estados Unidos, dá força aos movimentos europeus.” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 146).

A mesma autora ainda afirma que, contemporaneamente, o feminismo estende as expectativas do século XIX, quais sejam, “a individuação do sujeito democrático e econômico, da cidadã e da trabalhadora, mas acrescenta fortemente a questão da autonomização da sexualidade feminina” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 145). A maternidade não mais se constitui no principal objetivo das mulheres – na verdade, a evolução dos métodos contraceptivos fez o desejo da “não maternidade” começar a ser visto de modo positivo.

3.2 O FEMINISMO EM A *SEMPRE-VIVA*

Alguns artigos publicados em *A Sempre-Viva* comentam explicitamente o feminismo e sua relação com o direito ao voto. No Brasil, essa ainda era uma discussão plenamente pertinente, visto que tal conquista só é alcançada com a Constituição de 1934. É o caso de *O feminismo na America*, transcrito do Rio-Jornal e de autoria ignorada, presente no número 13, no qual o(a) autor(a) discorre sobre o sufrágio feminino, afirmando que

apesar da existencia de algumas associações femininas, de character mais ou menos combativo, e a despeito de raros legisladores reformistas, como o sr. Justo Chermont, – a situação social da mulher brasileira continua a ser de manifesta inferioridade, comparada com a do homem, que é o unico a gozar, em toda a plenitude, os chamados direitos civicos e politicos. [...] A mulher ainda não adquiriu o direito de votar e ser votada, para o exercicio dos cargos políticos, deixando, assim, de influir nos destinos da nação. (p. 21).

Prossegue o artigo, informando que o sr. Chermont é senador pelo Pará e que, “não obstante ser velho, tem idéas novas”, configurando-se em “paladino do feminismo”, que defende o direito do voto “para as nossas patricias”. O político, contudo, é ridicularizado: “o seu projecto a esse respeito causou, como era natural, um paiz tradicionalista e rotineiro, como o nosso, uma verdadeira celeuma. Raros legisladores o tomaram a sério e toda a gente se julgou autorizada a mettê-lo a ridículo, crivando o illustre senador de epigrammas e pilherias duvidosas...” (1925, p. 21).

Duarte comenta esse episódio, afirmando que o grupo feminista liderado por Leolinda Daltro, após pressionar intensamente os políticos, conseguiu que o senador Chermont apresentasse o primeiro projeto de lei em prol voto feminino. A reação foi tão grande que

os antifeministas do Senado, da Câmara e da imprensa se uniram numa campanha sistemática de ridicularização das mulheres e dos poucos homens que as apoiavam, conseguindo atrasar o processo e arrastar a campanha do voto até 1928. Os argumentos continuavam os mesmos e expressavam a concepção masculina de família, de lar doméstico – onde a mulher era “rainha” – e dos “sagrados” deveres femininos, considerados incompatíveis com qualquer participação na esfera pública. (DUARTE, 2003, p. 160-161).

É de se observar, aliás, a similaridade desse caso com o vivenciado por John Stuart Mill. Diante desse contratempo, o projeto “foi dormir na poeira dos arquivos e seu autor nunca mais teve a lembrança de acordá-lo”. O artigo em questão fala, também, acerca da *Conferência Pan-Americana Feminina*, ocorrida nos Estados Unidos. A representante brasileira foi Bertha Lutz,

“secretária do Museu Nacional e que goza a reputação de ser uma mulher culta e de idéas avançadas”, eleita para a presidência da recém-criada *União Feminina Pan-Americana* (p. 21).

Na segunda página do número 16 de *A Sempre-Viva*, o artigo “A conferencia internacional de mulheres”, publicado na *Revista da Semana* e de autoria da própria Bertha Lutz, retoma esse assunto, informando que ela regressou da Conferência Interamericana de Mulheres, realizada em Washington, nos Estados Unidos. A autora informa que “versaram os trabalhos da Conferencia sobre a educação e instrução femininas, sobre a protecção da mulher que trabalha e sobre a situação da mulher perante as leis.” (p. 2). A bióloga Bertha Lutz (1894-1976) foi uma das mais proeminentes feministas brasileiras, dedicando-se à campanha pelo sufrágio feminino e à luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Em 1918, na mesma *Revista da Semana*, já havia publicado um texto “denunciando a opressão das mulheres e propondo a criação de uma associação para ‘canalizar todos os esforços isolados’. Com as companheiras, logo fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que se disseminou em praticamente todos os Estados e resistiu por quase cinquenta anos.” (DUARTE, 2003, p. 160).

Incrivelmente, havia quem opusesse resistência ao voto feminino em 1925. No mesmo número 13, no artigo intitulado “Feminismo”, assinado por Rosalina Coelho Lisboa, a autora tece considerações de cunho histórico acerca da igualdade de direitos entre homens e mulheres, começando pela Índia védica e passando pela Revolução Francesa – que, como visto neste capítulo, recusou “à cidadã qualquer direito político” (p. 36) – e por uma de suas vítimas, a já citada Olympia de Gouges, que teria exclamado: «Si a mulher tem o direito de subir á guilhotina, tem o direito de subir á tribuna!» (p. 36). Como se sabe, ela foi, efetivamente, guilhotinada.

Para Lisboa, a guerra europeia, com seus cinco anos de sacrifícios (deduz-se que seja a I Guerra Mundial, de 1914 a 1918) teve um caráter libertador para a mulher. Por isso, o feminismo na América do Norte e na Europa não teria como grande objetivo o direito ao voto. “Esse é o verdadeiro fim do feminismo: educar a mulher para que possa compreender seu valor pessoal e, livremente, desenvolvê-lo.” (p. 36).

Entretanto, Lisboa considera precipitado estender o direito ao voto naquele momento, alegando que “reconhecer direitos políticos á mulher brasileira neste momento não é, como erroneamente pensam, abrir caminho livre á victoria do feminismo no Brasil, mas antes oppor á sua natural evolução uma barreira, difficilmente transponivel de balburdia e ridículo.” (p. 36).

Na mesma linha de raciocínio está o artigo “Instrução feminina”, assinado por Maura de Senna Pereira, de Florianópolis, também presente no número 13. A (?) autora (?) afirma que o ideal feminino restringe-se ao direito ao voto, sendo esse assunto continuamente debatido em jornais do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e outras cidades. No entanto, devido a seu comodismo, a maioria das mulheres não estaria ciente desse movimento: “a brasileira, que é inteligente, encontra-se, não obstante, ainda aterrada aos preconceitos e sente-se bem na attitude passiva e indolente em que o egoísmo masculino a collocou. Uma das causas [...] desse deplorável indiferentismo é a deplorável deficiência de instrução.” (p. 46).

Segundo Maura de Senna Pereira, é necessário que a mulher adquira conhecimentos e ocupe cargos até então privativos dos homens, para que alcance sua independência econômica. E, para tanto, deve centrar esforços na sua instrução, deixando o debate do sufrágio feminino para uma “época melhor”: “discutamos este assumpto que conta considerável número de adversários, pesemos as suas vantagens, reflectamos nas suas consequências, escudadas sempre nas leis da razão e do bom senso e desejando unicamente, com a abnegação própria da mulher, o bem tríplice da Sociedade, da Patria e da Familia!” (p. 46). Essa ideia de Pátria será discutida mais pormenorizadamente na sequência deste trabalho, quando for abordado o Positivismo.

O número 13 ainda traz o artigo “Flagrante fluctuação”, de Mariana Coelho, parte do à época inédito livro *Evolução do Feminismo*, publicado em 1933. Nesse artigo, a autora trata de vultos históricos que tiveram atitudes contraditórias ao se referirem às mulheres, ora elogiando-as, ora detratando-as. Por exemplo: Platão equipara homens e mulheres em termos políticos, porém as considera intermediárias entre o animal e o homem. Molière, conforme já mencionado neste capítulo, ironiza as Preciosas, e Mariana Coelho não poupa críticas ao dramaturgo francês:

Molière também se não definiu completamente misógyno; ao mesmo tempo se manifestou, por vezes, a sua inspiração acariciada ao sopro conveniente dos meritos femininos, contraditoriamente dá a lume as «Preciosas Ridículas» e «Mulheres Sabias», cujas obras elle impregnou de revoltante sarcasmo no qual impunemente, e destituído de consciencia, nos envolveu. Mas afinal que conseguiu êle com as suas balôfas ironias? — O que neste sentido podia conseguir um poeta de muito valor ... comico. Fez rir e nada mais. (p. 48).

Até mesmo o anteriormente citado Poulain de la Barre, após declarar-se favorável à igualdade dos sexos em 1673, dois anos depois atesta a excelência dos homens. E Mariana Coelho comenta outro fato já discutido no presente capítulo: para ela, nem mesmo os santos “escaparam á influencia verdadeiramente epidemica da aludida fluctuação, ora julgando bem, ora

mal, da secular vítima dos mordazes sarcasmos masculinos!” (p. 48).

Dada a incontestável relevância de Mariana Coelho para o feminismo, cabe, neste ponto, tecer considerações adicionais sobre essa figura de proa desse movimento no Paraná.

Mariana Coelho, portuguesa nascida na segunda metade do século XIX¹⁰ e radicada em Curitiba, foi uma importante educadora e escritora. Rosana Cássia Kamita, cuja tese de doutorado debruça-se sobre a vida dessa feminista, afirma que ela, além de proferir palestras acerca de assuntos variados, dedicou-se a diversos gêneros literários, sendo “no ensaísmo que [...] produziu seus melhores textos, embora não fosse comum à época que as mulheres se dedicassem a expressar suas opiniões através do ensaio.” (KAMITA, 2004, p. 20).

Em 1933, Coelho publica *A Evolução do Feminismo – Subsídios para a sua história*. Nessa obra, em estilo elegante, ela destaca a relevância do trabalho na vida da mulher, citando o exemplo de um cidadão, pai de uma menina de sete anos, que procurava uma escola para matricular a criança. Entretanto, essa escolha inspirava muitos cuidados, uma vez que, segundo ele, as escolas modernas só ensinavam vícios, pois as educadoras interessavam-se por bailes e por assuntos políticos, além de escreverem em jornais. Esse genitor, entretanto, desejava que sua filha fosse dona de casa – condição a que toda mulher deveria aspirar, proclamava – e admitia a instrução somente para os homens. Contra esse pensamento, a mencionada feminista argumenta que

a mulher que apenas sabe ser *dona de casa* é incapaz de viver do seu trabalho, não se pode tornar independente – está fatalmente condenada a ser escrava – ou dos parentes ou dos estranhos, quando não consiga uma miserável pensão para não morrer de fome! De mais a mais que a sua profissão a não inibe absolutamente de ser, em *todo* o terreno, muito boa dona de casa (COELHO, 2002 a, p.47).

Para Muzart, organizadora da segunda edição desse livro, trata-se de uma obra rara, considerando-se a época em que foi escrita. Mariana Coelho ainda ressalta que as mulheres são tão competentes quanto os homens para realizarem o trabalho que escolheram.

Mariana Coelho foi uma pessoa extremamente ativa, que muito se empenhou para a melhoria da condição das mulheres de sua terra adotiva. Cabe, agora, traçar um sucinto panorama da cidade que acolheu a insigne feminista.

¹⁰ Consoante Rosana Cássia Kamita, há significativa divergência em relação a sua data de nascimento: 1857, 1858, 1872, 1873.

3.3 A CURITIBA DA ÉPOCA DE A *SEMPRE-VIVA*

No dia 29 de março de 1693, o antigo povoado de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais foi elevado à categoria de Vila, em resposta à solicitação da população, que queria “paz, quietação e bem comum”. (FENIANOS, 1996, p. 17). Na atual área da Praça Tiradentes, região central de Curitiba, o Capitão-Povoador Matheus Martins Leme realizou a eleição da Câmara de Vereadores e a instalação da Vila. A cidade desenvolveu-se em torno desse ponto.

Esse ato foi antecedido pela “Reunião do Povo e a Escolha dos Eleitores”, cujo texto diz que “[...] aos 29 dias do mês de março de 1693, nesta igreja de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, por despacho dessa petição se ajuntou o povo todo desta vila e pelo Capitão dela lhe foi perguntado o que pretendiam”. (BRITTO; SOUZA, 2011, p. 11). Como bem observam Teresa Teixeira de Britto e Beatrice Alves de Castro Souza,

pelo termo povo todo, compreendia-se somente o sexo masculino, visto que esse documento foi assinado por 62 varões. [...] As esposas dos pioneiros são conhecidas apenas porque seus nomes encontram-se registrados nos livros sacramentais da Igreja Matriz da Vila. A personalidade feminina aparece somente em ritos e confrarias religiosas. Como o caso de Isabel Antunes da Silva Preto, cuja presença nesta terra é constatada em 1684, ao batizar uma de suas netas, ao lado de seu marido Balthazar Carrasco dos Reis. (BRITTO; SOUZA, 2011, p. 11-12).

O território paranaense passou a integrar a Capitania Geral de São Paulo, fundada em 1710, denominando-se 5ª Comarca de São Paulo, sediada em Paranaguá. Nesse período de tutela paulista, a estrutura administrativa da Comarca era deficitária, o que ocasionava grande descontentamento.

Essa situação ensejou o início da luta pela liberdade político-administrativa, havendo, a partir de 1811, várias tentativas de emancipação, que redundaram na sanção, por D. Pedro II, da Lei nº 704, de 29 de Agosto de 1853, a qual criou a Província do Paraná, nome oriundo da língua Guarani que significa “semelhante ao mar”, em uma alusão ao Rio Paraná, “o maior curso d’água do território paranaense” (PRIORI, 2012, p. 22).

Em 19 de dezembro do mesmo ano, instalou-se solenemente a nova província, e toma posse o primeiro presidente, Zacarias de Góes e Vasconcellos, estabelecendo-se Curitiba como capital. Aliás, consoante Marta Morais da Costa (2009), essa sucessão de Curitiba a Paranaguá, como centro político da província, ocorreu de modo um tanto inesperado. Para as plagas curitibanas acorreram imigrantes de diversas nacionalidades, dentre eles italianos, alemães,

poloneses e ucranianos, no século XIX, e sírios, libaneses e japoneses no início do século XX.

Essa variedade, então, é uma característica de Curitiba na Primeira República (1889-1930). De acordo com Etelvina Maria de Castro Trindade, tratava-se de “uma cidade polêmica, cadinho de nacionalidades, crenças e opiniões. Republicanos idealistas, católicos conservadores, maçons e espíritas, feministas e antifeministas, todos disputam o predomínio do pensamento da urbe, envolvendo-a em um pródigo confronto de ideias. [...]; entrecruzam-se o anticlericalismo e a reação católica.” (TRINDADE, 1996, p. 105).

Em 1900, contava com 30.000 habitantes. Em pleno ciclo da erva-mate¹¹, beneficiava-se de sua situação geográfica, localizada entre as regiões produtoras de mate e o porto de Paranaguá. Na área urbana e arredores, existiam 25 fábricas beneficiadoras de mate e 100 fábricas de barricas, que o acondicionavam. Eis o que era a Curitiba da época, nas palavras de Costa:

Centro da administração pública e capital política, apresentava infraestrutura comercial de grande cidade para atender a uma população de funcionários públicos, pequenos lavradores operários e uma exígua burguesia, formada sobretudo por latifundiários e ‘barões’ da erva-mate. [...] A população era servida por farmácias, hotéis, restaurantes, confeitarias, armazéns, ourivesarias, fotógrafos, lojas de tecidos, confecções e armarinhos [...]

As ruas, em sua maioria sem calçamento, ofereciam triste espetáculo em dias de chuva ou de sol: a lama e a poeira maculavam o orgulho dos curitibanos. [...] As contínuas campanhas dos jornais pela urbanização das vias de acesso ao centro da cidade indicavam que a lama e o pó eram mais resistentes do que os ouvidos das autoridades administrativas” [...] (COSTA, 2009, p. 25-26).

No tocante ao lazer, a autora esclarece: “restringia-se [...] a visitas ao mal conservado Passeio Público, a espaçadas temporadas de circos e companhias teatrais itinerantes e aos prazeres de uma comunidade de hábitos domésticos.” (COSTA, 2009, p. 28). Com o advento da sétima arte, travava-se uma batalha entre o cinema e o teatro, conforme atesta a mesma estudiosa:

a má qualidade da maior parte dos espetáculos e companhias perdia para a má qualidade dos filmes, impulsionados pela novidade e pela propaganda. Curitiba, cidade pacata, divertia-se nos cinemas a 800 réis. As companhias preenchiam pequena parcela dos meses do ano. [...] O cinema, contínuo no restante do ano, fortalecia o hábito do público. O teatro continuava a ser evento. (COSTA, 2009, p. 241).

¹¹ Em consonância com Ruy Christovam Wachowicz, o mate era um produto de exportação que se tornou “o esteio da economia paranaense, sobretudo no período provincial” (WACHOWICZ, 1968, p. 96), chegando a responder por 85% das atividades econômicas.

A lotação esgotada dos cinemas, aliás, é fato relatado em *A Sempre-Viva*.

Na virada do século XIX para o XX, havia um acentuado movimento cultural na cidade, exemplificado pelos 30 periódicos publicados entre 1897 e 1898, tendo essa exuberância editorial durado décadas. Os simbolistas participaram da criação de diversas revistas “de apurada feitura visual e efêmera periodicidade, favorecendo a floração de novos periódicos.” (COSTA, 2009, p. 26). Revistas como *Azul*, *Pallium*, *Breviário* e *Turris Eburnea* tinham por redatores e colaboradores nomes como Emiliano Pernetá, Silveira Neto, Tiago Peixoto, Júlio Pernetá e Dario Veloso. Também havia uma variedade de jornais no ano de 1900: *A República*, *Gazeta do Povo*, *O Operário*, *O Comércio* e *Diário da Tarde*, o mais longevo periódico paranaense.

Essa imprensa espelha a mencionada pluralidade de opiniões: “nas páginas das revistas e jornais, dos almanaques, anuários e suplementos, o pensamento da cidade pulsa com raro vigor: ‘Diário da Tarde’, ‘Olho da Rua’ e ‘Electra’ são radicais e irreverentes; ‘Veritas e Estrela’ transmitem o fervor católico; ‘Cenáculo’ e ‘Esphynges’ são maçons; ‘Luz de Krotona’ é neopitagórica; ‘A Doutrina’, espírita.” (TRINDADE, 1996, p. 105). Há, então, expressiva diversidade temática nesses periódicos, os quais representam, amiúde, sociedades, agremiações e outros agrupamentos, e contam com a contribuição de uma plêiade de intelectuais dos mais variados matizes. Os tópicos discutidos vão desde o repúdio aos forasteiros e a exaltação da Pátria até a igualdade entre os sexos.

Na imprensa, a figura da mãe aparecia frequentemente. A idealização materna ligava-se ao propósito civilizador da mulher, que deveria, consoante o “ideário positivista, [...] ser instruída para aperfeiçoar o esposo e educar os filhos para a Humanidade.” (PEDRO, 2015, p. 293). Cabe, neste ponto, fazer um breve retrospecto acerca dessa doutrina, desenvolvida pelo francês Auguste Comte (1798-1857). Esse filósofo criou a ciência positiva, que considerava a experiência como o único meio capaz de atingir o conhecimento. O positivismo concebeu a noção de uma unidade coletiva de conhecimento, que conduziria à fraternidade entre os homens. Defendia, segundo Trindade,

o estabelecimento do regime republicano, com um Executivo forte e intervencionista, em que estariam separados Igreja e Estado. [...]

[...] Cabia também à República organizar idealmente a pátria, conceito-chave do pensamento comteano, só superado pelo de humanidade, pedra de toque de toda a doutrina. A pátria, expressa nos dons femininos do sentimento e do amor, estabeleceria a mediação entre família e humanidade. [...] Constituindo unidade de convivência, ela absorveria o cidadão em suas estruturas comunitárias; dessa forma, a pátria sobrepunha-

se ao cidadão e a humanidade à pátria.

[...] Era, porém, na família que se realizaria plenamente esse ideal, sendo evidente a necessidade de preservá-la para evitar a perda dos valores morais indispensáveis à manutenção da ordem social. (TRINDADE, 1997, p. 46).

Assim, os três pilares da atuação teórica e política do positivismo eram: Mulher, Família e Pátria. Também é de se mencionar a etapa religiosa do pensamento de Comte, correspondente à criação da Religião da Humanidade, que tomava a coletividade como deus, sem rechaçar, todavia, certos princípios do catolicismo medieval. A Humanidade seria o Grande Ser com capacidade de crescer e desenvolver-se rumo a um “sentimento do social que traria a felicidade e o progresso à terra.” (TRINDADE, 1997, p. 47).

No Brasil, foi grande a aceitação da teoria positivista, pois, como argumenta Trindade, “era significativa, às vésperas da República, a necessidade de adotar-se ideologias que embasassem as aspirações das elites pensantes rumo às transformações sociais e políticas essenciais ao país.” (TRINDADE, 1997, p. 48). No Paraná, contudo, no começo do século XX, a ação do positivismo não foi expressiva, em oposição ao que acontecia no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul, por exemplo. Somente em 1923 foi criada uma entidade de divulgação dos princípios comteanos: tratava-se do Centro de Propaganda do Positivismo no Paraná, fundado por João David Pernetta. Apesar disso, a influência dessa doutrina é detectável “nos textos literários, nas manifestações do sentimento patriótico, nas propostas educacionais e, especialmente, na visão idealizada e simbólica da mulher veiculada no período.” (TRINDADE, 1997, p. 49).

Os gêneros possuíam, em conformidade com a filosofia positivista, diferenças no que tange à capacidade intelectual – o que não queria dizer, entretanto, que a mulher fosse inferior. Competia-lhe, isso sim, uma organização mental de caráter mais sintético do que o homem, mais analítico. Tal condição justificaria separá-los no ensino, fornecendo conteúdos de aprendizagem distintos, com carga horária menor para a mulher, cuja instrução objetivava notadamente a transmissão de conhecimento à prole e o acompanhamento do marido. A formação cultural e intelectual das paranaenses balizava-se por esse padrão.

A função educadora atrelada ao gênero feminino era enaltecida pelo pensamento comteano, que previa a solução da questão social via questão moral e educação. Assim, a mulher atuaria como componente de formação das gerações vindouras, enquanto pela escola transmitiria a mensagem patriótica aos cidadãos.

O positivismo sublinhava as atribuições femininas de esposa, mãe e guardiã do lar. O pai, por sua vez, era o detentor da autoridade máxima na família, sujeitando-se a ele a mulher e os filhos. Como assinala Trindade,

a filosofia de Comte fundava, dessa forma, uma economia doméstica, e conseqüentemente cívica, conferindo ao marido a responsabilidade pelo sustento da esposa. Ao renunciar ao dote ou herança em favor do marido, a mulher privilegiaria o setor doméstico e contribuiria para a concentração de capital e de poder na mão daquele que seria um dos servidores práticos da humanidade. Dispensada do trabalho exterior para preencher convenientemente seu santo destino social, poderia a mulher garantir a reprodução da espécie e a saúde moral da humanidade. Dessa forma ficavam conciliados na família a separação dos trabalhos e a cooperação dos esforços, atribuindo-se ao homem as tarefas objetivas e práticas. [...]

A instituição familiar [...] seria o local das afeições sociais e também da aprendizagem da subordinação e do comando; do poder paternal e marital. (TRINDADE, 1997, p. 53).

Comte colocou as mulheres na categoria de musas, possuidoras das virtudes que levariam os homens ao lídimo sentimento de solidariedade social. Daí advém a elaboração do pilar basilar do positivismo, qual seja, “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim”. Em síntese, é prescrito o predomínio do coração sobre o espírito e a inteligência.

Em consonância com os preceitos positivistas, a mulher tinha por missão trazer para o núcleo familiar o altruísmo, o qual seria o fundamento do convívio em uma nova sociedade destituída da presença de Deus. Nesse sentido, criou-se uma virgem-mãe, tendo a figura materna os traços de Clotilde de Vaux¹². Aludia-se, assim, a uma humanidade apta a reproduzir-se sem ingerência externa, pois, consoante o pensamento comteano, o ser humano constituía-se na origem e no fim de tudo.

Os conceitos de Salvação e Além, prezados pelo catolicismo, corporificavam-se na doutrina positivista no

amor ao próximo que apenas se justifica no amor maior à humanidade. [...] A concepção de uma sociedade atea opunha-se, pois, ao culto católico da Virgem Maria, competindo então Igreja e República pela representação da nação. A partir dessa linha de pensamento, parecia muito natural que a mulher positivista fosse laica, como eram laicos os princípios republicanos. (TRINDADE, 1997, p. 55).

Na imprensa, nas conferências e nos livros, disseminou-se a representação da mulher associada à maternidade, ou seja, a mãe trazendo o filho em seus braços, simbolizando, assim, a pátria, a República e até a humanidade. Tais imagens objetivavam atingir os mais sensíveis e os menos instruídos, condição em que se enquadrava significativa parte das mulheres por ocasião da

¹² Musa inspiradora de Comte, por quem ele nutria uma paixão platônica.

proclamação da República. Então, divulgou-se, em todos os campos do ideário feminino, a figura da “mulher virtuosa, abnegada, cuidadosa e meiga”, “extensão da figura materna”. (TRINDADE, 1997, p. 56).

Pedro também faz referência à acirrada batalha travada, em Curitiba, entre os jornais no início do período republicano, com os positivistas, aliados aos maçons, esgrimando com os católicos conservadores em busca da hegemonia sobre o pensamento na cidade. Cada grupo idealizava as mulheres de um modo próprio – contudo, ambos “concordavam em que os papéis definidores da feminilidade eram os de esposa, mãe e dona de casa.” (PEDRO, 2015, p. 293). Nesse sentido, acompanhavam, então, o que os jornais das outras capitais dos estados sulinos estavam publicando.

Os anticlericais, que, além dos maçons, também se associavam aos espíritas, pretendiam libertar o Paraná do jugo dos jesuítas. A proposta da Igreja católica para as mulheres era similar às outras, porém conferia maior ênfase ao elemento feminino nas famílias, principalmente às mães. Essa proposta encontrou boa acolhida entre os imigrantes, notadamente os italianos, em virtude do papel efetivo desempenhado pelas mulheres na colonização. A religião configurava-se em agente de união e de identidade étnica. Na capital paranaense, a preservação da tradição era assegurada pelas mães, em conjunto com a escola, a religião e a língua. Observe-se que, ao chegarem, os imigrantes procuram integrar-se “nos espaços existentes. Sendo alijados, desenham novos formatos culturais, preservadores da identidade de origem”, assevera Maria Tarcisa Silva Bega, em sua alentada obra *Letras e política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha*. Por um lado, a imigrante foi valorizada nos jornais, havendo um estímulo à miscigenação, que estava relacionada, desde o último quarto do século XIX, ao branqueamento da população, bem como ao crescente desenvolvimento econômico das colônias e ao enriquecimento de alguns descendentes de imigrantes. Esses, ressalta Bega, “ingressam finalmente aos espaços sociais da cidade pelo expediente dos casamentos: há vários registros em estudos historiográficos que apontam casamentos entre imigrantes endinheirados com filhos(as) de famílias tradicionais empobrecidas.”¹³ (BEGA, 2013, p. 104). Em Curitiba, além do destaque dado às mulheres italianas, alemãs e polonesas, verificava-se, também, o desmerecimento das luso-brasileiras como esposas ideais.

¹³ Na literatura, embora em contexto diverso do curitibano, quem tratou desse tema de maneira magistral foi Alcântara Machado, que tomou “por matéria dos seus contos a vida difícil do imigrante ou a sua embaraçosa ascensão” (BOSI, 2006, p. 375), como fica claro em “A sociedade”, da obra *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927).

Por outro lado, via-se com preocupação o isolamento dos grupos. Pedro salienta que, “a partir da Primeira Guerra Mundial, o nacionalismo e o isolacionismo transformaram-se em xenofobia. Os luso-brasileiros passaram a reivindicar a nacionalização forçada e os imigrantes, em especial os de origem alemã, passaram a ver a miscigenação como uma ameaça à sua pureza racial.” (PEDRO, 2015, p. 296).

A questão da integração dos imigrantes na capital paranaense é detalhada por Bega. Na área econômica, essa assimilação subordina-se à atividade principal, o mate, não contrariando, portanto, os interesses dominantes. Na seara política, a integração acontecerá tardiamente, com a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal registrando candidatos de sobrenomes estrangeiros somente no final da República Velha. Já no campo sociocultural, os imigrantes “vivem diversas formas de constrangimentos advindos principalmente da segregação derivada do não domínio da língua e costumes. Este é o fato mais visível, gerando todo tipo de mal-entendido, registrado tanto nas notícias policiais como em crônicas do cotidiano.” (BEGA, 2013, p. 94). Os franceses, porém, facilmente impuseram seus hábitos culturais, particularmente como professores de pintura, música e de sua língua materna, pois o estilo de vida francês era referência para a sociedade brasileira.

A mesma autora assevera que tais aborrecimentos, corriqueiros à época, atualmente são difíceis de serem reconstituídos,

uma vez que se criou, principalmente nos últimos 25 anos do século XX, um imaginário sobre Curitiba totalmente calcado em sua origem europeia e branca, isto é, o mito de cidade moderna porque europeia. As etnias são dessa forma reintroduzidas em sua positividade, esquecendo-se dos conflitos do final do século XIX, que se atenuam no entreguerras e novamente se exacerbam no conflito de 1939-45, como parte da propaganda bélica que recria as imagens demonizadas dos italianos e alemães. (BEGA, 2013, p. 94-95).

A maioria da intelectualidade curitibana encontrava-se vinculada à estética simbolista, que, oriunda

do descontentamento de jovens intelectuais europeus contra as formas literárias vigentes, objetivas e materialistas, [...] traz consigo ideais de subjetividade, interiorização e espiritualismo. Sua proposta plena do ilógico, do misterioso, do vago, do indireto, seduz os participantes do ativo círculo de pensadores, enriquecido por nomes como Emiliano Pernetta, Dario Vellozo, Júlio Pernetta, Silveira Neto, Leite Júnior. Em seu estilo hermético e sugestivo, os simbolistas da época expõem sua visão de mundo em um sem-número de poesias, artigos, livros, opúsculos, contos e crônicas. (TRINDADE, 1996, p. 109).

Em consonância com Bega, o ápice do ciclo do mate possibilitou a formação de uma sociedade e economia urbanas, “cujos contornos culturais formam o substrato para a emergência do Simbolismo” (BEGA, 2013, p. 513), o qual teve, no Paraná, “manifestação duradoura e intensa.” (BEGA, 2013, p. 155).

Concomitantemente à atuação efervescente desse grupo, dois outros segmentos integram o pensamento curitibano do período: o movimento operário e as feministas. Quanto ao primeiro, comente-se que, nele, conviviam posições discrepantes, como o anarquismo e o comunismo, difundidas por diversos jornais e relevante quantidade de Sociedades Benéficas, tais como as Sociedades Benéficas do Portão, do Cabral, do Batel, da Água Verde e a Sociedade Operária Benéfica Livorno, posteriormente D. Pedro II.

No que tange ao feminismo, é importante registrar que ele chegou em Curitiba na passagem do século XIX para o XX, desencadeando uma apaixonada controvérsia entre grupos contrários nitidamente delineados. Assim,

homens e mulheres filiam-se [...] a favor ou contra seu ideário, envolvendo nomes conhecidos na cidade. Advogam pela causa, Marianna Coelho, Elvira Paraná, Leonor Castelhana¹⁴, Pamphylo d’Assumpção; na posição oposta encontram-se Nestor de Castro, Gastão Faria, Flavio Suplicy de Lacerda e, surpreendentemente, uma mulher de vida social e profissional bastante ativa, Georgina Mongruel¹⁵. (TRINDADE, 1996, p. 110).

A mesma autora ainda ressalta que esse feminismo incipiente começou a questionar a “condição ao mesmo tempo idealizada e apolítica da mulher nos quadros da nação” (TRINDADE, 1997, p. 59), tal qual apregoada pelo positivismo. Nesse enfrentamento, sem rechaçar os papéis femininos tradicionais, o feminismo, no Paraná, encaminhou-se para a abertura de novos perfis contrários ao paradigma positivista.

¹⁴ Na sequência, a autora utiliza a grafia “Castellano”, que é a correta.

¹⁵ De acordo com o livro *Um século de cultura: história do Centro de Letras do Paraná – 1912-2012* (o qual cita o segundo volume do livro *Almas das ruas*, de Maria Nicolas, de 1974), Georgina Leonard Mongruel nasceu na Bélgica, em 1º de abril de 1861, e faleceu em 26 de novembro de 1952, no Rio de Janeiro. Era poetisa, cantora, pianista e jornalista, tendo colaborado com diversos periódicos. Viveu por 16 anos em solo paranaense, sendo uma das fundadoras, em Curitiba, do Centro de Letras do Paraná, em 1912.

4 IMPRENSA E LITERATURA

A arte é ânsia de conter o infinito numa expressão.
Gilka Machado

Como sempre aconteceu, a marginalização da mulher colocou fora do cânone toda essa produção que, agora, ao ser resgatada, se nos afigura enorme. Mesmo fora do cânone, raramente a mulher foi estudada em comparação com outros poetas, outros escritores, nem em comparação com outras poetisas...

Zahidé Lupinacci Muzart

Sonhei ser útil à humanidade. Não consegui, mas fiz versos. Estou convicta de que a poesia é tão indispensável à existência como a água, o ar, a luz, a crença, o pão e o amor.
Gilka Machado

4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA IMPRENSA NO BRASIL

A história da imprensa e a história da sociedade capitalista caminham *pari passu*. Se em Portugal, desde o século XVI, a circulação de livros estava sujeita a restrições, inclusive com fulcro nas Ordenações Filipinas, é de se imaginar, então, a situação da colônia brasileira.

O historiador Peter Burke estabelece uma ligação direta entre a invenção da imprensa, ocorrida em torno de 1450, a Reforma Luterana, iniciada em 1517, e a formação do público leitor na Europa setentrional. Ser um membro das igrejas reformadas equivalia, inicialmente, a alfabetizar-se, visto que “as denominações protestantes marcaram sua diferença na adoção da livre leitura e interpretação dos livros sagrados.” (COSTA, 2012, p. 64). Em conformidade com Burke, a publicação da Bíblia em diversas línguas constituiu-se em “um grande acontecimento cultural que influenciou largamente a linguagem e a literatura dos respectivos países. [...] No século XVIII, quando as estimativas começam a se tornar possíveis, a taxa de alfabetização era muito mais alta na Europa protestante do que na Europa católica ou ortodoxa.” (BURKE, 2010, p. 172). Nos países europeus mediterrâneos, majoritariamente católicos, não apenas não houve o incentivo da religião para o aprendizado da leitura, como a Igreja, temendo materiais heréticos, obstaculizou o acesso a publicações e submeteu os desobedientes à Inquisição – a qual, em Portugal, foi instalada em 1536, tendo começado a censura de livros em 1539.

Na colonização dos Estados Unidos, pretendia-se fundar “uma pátria futura”, e, portanto, houve a criação “de instituições sólidas, como foi o caso da própria imprensa (alguns dos pais fundadores da democracia americana, como Benjamin Franklin, eram tipógrafos)” (COSTA,

2012, p. 67-68). Inversamente, no período colonial brasileiro, os governantes não instituíram uma política de formação e de ensino, além de proibirem livros e outras publicações, como as que versavam sobre o Brasil, como é o caso de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar; plantar e beneficiar tabaco; tirar o ouro das minas; e descobrir as de prata; e dos grandes emolumentos, que esta conquista da América Meridional dá ao reino de Portugal com estes, e outros gêneros, e contratos reais*, do jesuíta italiano Antonil, obra de 1711 que, por pormenorizar as riquezas brasileiras, foi destruída, somente sendo reimpressa em 1837.

Para Nelson Werneck Sodré, no Brasil, o livro constituiu-se em “instrumento herético [...], visto sempre com extrema desconfiança, só natural nas mãos dos religiosos e até aceito apenas como peculiar ao seu ofício, e a nenhum outro.” (SODRÉ, 1999, p. 11). As raras bibliotecas encontravam-se apenas nos mosteiros e colégios, e as particulares começaram a surgir somente no final do século XVIII – “os autos das ‘inconfidências’ as revelam, no intuito de agravar a sorte dos acusados: ler não era apenas indesculpável impiedade, era mesmo prova de crimes inexpríveis. [...] As entradas de livros – salvo aqueles cobertos pelas licenças da censura – eram clandestinas e perigosas.” (SODRÉ, 1999, p. 12), vindo esses materiais proibidos ocultos em sacos de farinha e outros produtos.

Os esforços isolados para o estabelecimento de tipografias no Brasil, no século XVIII, foram coibidos pela metrópole, que não queria correr o risco de ver publicadas ideias divergentes dos interesses estatais. Havia decretos proibindo a instalação de gráficas na colônia, e os que ousaram violar essa determinação foram severamente punidos. Conforme pondera Isabel Lustosa, “imprensa, universidades, fábricas – nada disso nos convinha, na opinião do colonizador. Temiam os portugueses deixar entrar aqui essas novidades e verem, por influência delas, escapar-lhes das mãos a galinha dos ovos de ouro que era para eles o Brasil.” (LUSTOSA, 2004, p. 7).

Em 1808, a família real portuguesa, empreendendo fuga de Napoleão Bonaparte, transferiu-se para terras brasileiras, trazendo, a bordo da *Medusa*, uma das naus da frota, um jogo de prelo, encomendado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares (COSTA, 2012). Aqui chegando, D. João VI anulou essas leis, o que viabilizou o aparecimento de jornais e revistas, bem como a criação da Imprensa Régia. Todavia, adverte Zahidé Lupinacci Muzart:

essa liberalização não significava liberdade de imprensa. Por decisão do governo, a

administração da Imprensa Régia caberia a uma junta composta por três autoridades encarregadas de “examinar os papéis e livros que se mandasse publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”. Assim, o ato que criava a imprensa na Colônia criava, também, a censura. A aplicação da censura aos livros fez com que houvesse, nessa época, um intenso contrabando de publicações para abastecer a elite letrada da Corte. (MUZART, 2003, p. 232).

Lustosa explica que “a liberação da imprensa, em 1821, possibilitou a escritores e leitores brasileiros a abertura para uma multiplicidade de ideias e atitudes que lhes passaram a ser oferecidas todos os dias pelos jornais.” (LUSTOSA apud LUCA, 2008, p. 134). E o fim da censura acabou também com o monopólio estatal, viabilizando a existência de outras tipografias, as quais, paulatinamente, começam a funcionar em diferentes províncias – um processo demorado, como sublinha Costa (2012), notadamente quando se faz a comparação com o ritmo do desenvolvimento da imprensa nos Estados Unidos, onde, já em 1775, havia 42 jornais.

Tania Regina de Luca acrescenta que “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo.” (LUCA, 2008, p. 133). Essas taxas representaram um entrave para a rentabilidade das tipografias no Brasil, visto que “não havia demanda por obras impressas, periódicos ou livros, pois a leitura não fazia parte do cotidiano do brasileiro. Não se formara, como ainda não se formou até hoje, um público leitor estável.” (COSTA, 2012, p. 73). Por exemplo, para trazer alento às finanças da Imprensa Régia, foi-lhe anexada, em 1811, a Fábrica de Cartas de Jogar, depositando-se, assim, as expectativas de lucro na comercialização de baralhos.

Lustosa afirma que o primeiro jornal brasileiro foi o *Correio Braziliense*¹⁶, publicado entre 1808 e 1822, em Londres, por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça (1764-1823), considerado o fundador da imprensa no Brasil. Ele trabalhava para a Imprensa Régia, em Lisboa, em 1800. Dois anos depois, em viagem oficial a Londres, trava contato com a maçonaria inglesa, instituição que pressuporia a liberdade religiosa. Devido aos contatos feitos nessa viagem, por influência do Santo Ofício, foi preso ao retornar a Portugal, onde permaneceu encarcerado por três anos, sujeito a severos interrogatórios, a despeito das tentativas de libertação perpetradas por

¹⁶ Carlos Costa não compartilha dessa opinião, afirmando que o *Correio Braziliense* “nem era editado aqui, não refletia acontecimentos locais, e nem era jornal (o formato e a extensão de mais de 100 páginas por exemplar, [...] além do tom didático e doutrinário de suas longas matérias, remete o *Correio* a uma revista que de fato era)”. (COSTA, 2012, p. 74, nota de rodapé 26). Para esse estudioso, o primeiro periódico brasileiro foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, criada em 1808, publicação similar a um diário oficial.

seus amigos maçons, dentre os quais o duque de Sussex.

Entretanto, o poder da Inquisição provou ser superior, e Hipólito da Costa só ficou livre ao fugir do cárcere, em 1805, voltando, na sequência, à capital inglesa. Seis anos após sua chegada, publicou um relato no qual discorria sobre o “absurdo que era viver num país europeu submetido ao sistema da Inquisição em plena idade das Luzes.” (LUSTOSA, 2004, p. 9).

Contemporâneo de um raro fato histórico, qual seja, a transferência da corte portuguesa para o Brasil, iniciada em novembro de 1807, o jornalista enxerga aí uma oportunidade de grandes mudanças, decidindo trabalhar em prol dessas transformações por intermédio da palavra escrita. Objetivando denunciar o despotismo, dedicava parte significativa da publicação para tecer comentários e críticas acerca das autoridades lusitanas e seus erros administrativos. Com o referido final da censura, Hipólito começa a entrar em contato com os primeiros jornais e jornalistas independentes no Brasil. E, com a independência do país, considerou finalizada a sua missão, encerrando a publicação do *Correio* em 1822.

Nesse período, eram rudimentares as comunicações entre as cidades brasileiras, as quais se realizavam por navios ou via correio a cavalo. Contudo, dois fatos vêm a colaborar para o desenvolvimento da incipiente imprensa brasileira. Em 1827, começou a operar um serviço regular de vapores entre Rio e Santos. E, em 1839, todas as províncias marítimas encontravam-se ligadas por navegação a vapor.

Os estudantes da Academia de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, criada por D. Pedro I em 1827, eram verdadeiros aprendizes do poder, que frequentemente expressavam-se pela imprensa. Ana Luiza Martins ressalta que a tradição desses alunos de “refletir sobre o Brasil, colocar-se em suas lutas, ocupar cargos da estrutura sociopolítica, formular leis e dominar a vida nacional não se deu só pelos caminhos formais da colocação pública, mas através da imprensa como agente de visibilidade e poder.” (MARTINS, 2008, p. 59). Esses textos, influenciados pelo Romantismo, encontraram “na imprensa periódica o veículo ideal para sua colocação, o suporte preferencial de homens letrados que conjugavam a política e a literatura na atividade jornalística.” (MARTINS, 2008, p. 60). Para a autora, “no Brasil, mais ainda que em outros países, a literatura conduziu ao jornalismo e este à política.” (MARTINS, 2009, p. 35).

Entretanto, o literato sofria preconceito no meio político, e, em vista desse fato, até José de Alencar publicou *O Guarani* sem assinatura no *Diário do Rio*. Assim, muitos publicavam

anonimamente ou sob pseudônimos. Vários fatores contribuíram para a utilização dessa estratégia, adotada tanto por escritores desconhecidos quanto por famosos. Para Socorro de Fátima Pacífico Barbosa, “uma das razões, a mais óbvia talvez, diz respeito à necessidade de proteção, seja da autoridade, seja da reputação, ou até mesmo, no caso das mulheres, de algum pai ou marido ciumento. Por isso o uso mais sistemático do artifício encontra-se em escritos amorosos, políticos, em debates e contendas pessoais.” (BARBOSA, 2007, p. 33). E Aparecida Maria Nunes complementa:

sabe-se que até o imperador Dom Pedro I se valia desse estratagem para provocar seus adversários políticos por meio dos jornais, com os pseudônimos de Duende ou Inimigo dos Marotos. Machado de Assis é outro escritor que lançou mão de vasto número de pseudônimos ao publicar seus contos na imprensa carioca. Camilo da Anunciação, Eleazar, Job, Lélío, Manassés, Boas Noites são alguns nomes adotados por Machado, além, é claro, das iniciais J.B., J.J., M.A.. Nas crônicas que escrevia para o *Jornal das famílias*, Machado curiosamente se apresenta como Lara. (NUNES, 2014, p. 84).

A vida literária do Brasil, nas últimas décadas do século XIX, é formada quase que unicamente por bacharéis. Exceções a essa regra são Machado de Assis e José do Patrocínio, autodidatas, bem como Olavo Bilac: nenhum dos três era advogado. Martins exemplifica:

a simples menção dos acadêmicos e bacharéis Castro Alves, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela – a tríade romântica – de José de Alencar, Bernardo Guimarães, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, entre tantos outros, já situa as respectivas produções literárias e políticas no âmbito da imprensa, fossem como talentosos escritores do Romantismo e escolas subsequentes fossem como esgrimistas da palavra no debate ideológico. (MARTINS, 2009, p. 34-35).

Abolicionistas e imprensa estavam, frequentemente, imbricados. Nas belas palavras de Martins: “a conjunção mais estreita entre literatura, história e imprensa, intensa e arrebatadora, posto que na pena dos talentosos literatos do Romantismo, pôde ser observada na campanha abolicionista” (MARTINS, 2009, p. 37), que contou com nomes do jaez de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Raul Pompeia¹⁷. No Brasil, na vigência do período imperial, o jornal encampou a “política, a literatura e qualquer manifestação relativa à palavra impressa, espaço exclusivo para escritores de talento colocarem-se em letra de forma.” (MARTINS, 2009, p. 37). Nesse contexto histórico, “a identidade nacional passou pela criação de uma literatura pátria e coube àquela imprensa condoreira divulgar a produção literária local.” (MARTINS, 2009, p. 38).

Presença marcante no século XIX foi o folhetim, que vagarosamente conquistava o

¹⁷ Ana Luiza Martins grafa “Pompeia”, e Nelson Werneck Sodré “Pompéia”.

grande público para a literatura e constituía-se, geralmente, no “melhor atrativo do jornal, o prato mais suculento que podia oferecer, e por isso o mais procurado. Ler o folhetim chegou a ser um hábito familiar”. (SODRÉ, 1999, p. 243). Em folhetim saíram algumas das melhores obras brasileiras, como *A mão e a luva* (*O Globo*, 1874) e *Iaiá Garcia* (*O Cruzeiro*, 1878), de Machado de Assis, e *O Ateneu* (*Gazeta de Notícias*, 1888), de Raul Pompéia. Machado de Assis, aliás, era um assíduo colaborador da imprensa, tendo publicado a maior parte de seus contos na revista carioca *Estação*.

A Primeira República foi marcada por um jornalismo atuante e definidor dos caminhos trilhados pelo Brasil. Não obstante, esse também foi o período em que se tornou lugar comum o governo comprar a opinião da imprensa. Segundo Martins e Luca, essa fase venturosa ocorreu em virtude

da especial conjuntura vivida pelo país, definida pelo momento econômico de apogeu do café e diversificação das atividades produtivas; pela nova ordem política republicana, com programas de alfabetização e remodelação das cidades; pela agilidade introduzida pelos novos meios de comunicação; pelo aperfeiçoamento tipográfico e avanços na ilustração, enquanto as máquinas impressoras atingiam velocidades nunca vistas. (MARTINS; LUCA, 2006, p. 37-38).

Sodré assinala que “os homens de letras viviam praticamente da imprensa: ela é que lhes permitia a divulgação de seus trabalhos e o contato com o público.” (SODRÉ, 1999, p. 246). Tania Regina de Luca argumenta que “sobreviver da pena implicava transitar pelo mundo da publicidade, a exemplo de Olavo Bilac e Emílio de Menezes, e produzir textos de natureza variada, adequados às demandas do cliente em termos de forma e conteúdo.” (LUCA, 2008, p. 124). Frequentemente, os intelectuais ficavam à mercê das ideologias dos proprietários de jornais, fato que é brilhantemente retratado por Erico Verissimo em *O tempo e o vento*, conforme se pode observar no seguinte excerto:

A redação e as oficinas de *O Arauto* ficavam numa meia-água quase em ruínas, apertada entre o Paço Municipal e o casarão dos Amarais. Toda a gente em Santa Fé sabia que o jornal dirigido por Manfredo Fraga se mantinha graças ao apoio financeiro que lhe dava o cel. Bento, o qual da janela lateral de sua residência costumava berrar sugestões para os artigos de fundo: “Ataque esses republicanos duma figa. Diga que são uma corja de traidores!”. Ou então: “Responda ao artigo de Júlio de Castilhos e conte que A Federação é financiada pela maçonaria”. [...]

Da outra casa, [...] o diretor de *O Arauto* escutava-lhe as ordens num silêncio servil e depois ia sentar-se à mesa de trabalho, molhava a pena na tinta e com caligrafia caprichada traçava o artigo de fundo, de acordo com as instruções do Chefe. Nunca publicava nada em seu jornal sem primeiro pedir a aprovação do cel. Bento. (VERISSIMO, 2004, p. 192).

A esses escritores das primeiras décadas do século XX, até 1922, Sérgio Miceli chama “anatolianos”, os quais procuravam atender – via elogios, editoriais, críticas – às demandas feitas pela grande imprensa e pelas oligarquias. Para Miceli,

no início do século XX, o jornalismo tornara-se um ofício compatível com o *status* de escritor [...]. O que fora para alguns autores românticos (por exemplo, Alencar e Macedo) uma atividade e uma prática “tolerada”, tornando-se depois para certos escritores da geração de 1870 (por exemplo, Machado de Assis) uma atividade regular, que lhes proporcionava uma renda suplementar cada vez mais indispensável, tornou-se a atividade central do grupo dos “anatolianos”. (MICELI apud LUCA, 2008, p. 124).

Com a criação do mercado jornalístico, o profissional que não se coadunasse com o sistema estava fadado a dele não participar. Lima Barreto, consciente dessas regras excludentes, colaborou com diversas revistas, agora espaços alternativos para os banidos da imprensa política, tendo sido remunerado por essa participação ou trabalhado *pro bono*.

4.2 A IMPRENSA FEMININA NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Com a urbanização do Brasil na segunda metade do século XIX, algumas mulheres, pertencentes a uma minoria alfabetizada das classes média e alta, especialmente no Rio de Janeiro, propugnaram a emancipação das mulheres no país, notadamente, por intermédio da imprensa.

O fato de alguns veículos de comunicação serem redigidos por mulheres não os torna, automaticamente, femininos, pois o grande balizador é o sexo de suas consumidoras. Conforme explica Dulcília Schroeder Buitoni, “imprensa feminina é aquela dirigida e pensada para mulheres. A feminista, embora se dirija ao mesmo público, se distingue pelo fato de defender causas.” (BUITONI, 1990, p. 16). Para Duarte, “ambas tiveram participação decisiva na formação intelectual da mulher e na construção cultural e discursiva de sua identidade” (DUARTE, 2016, p. 14-15).

A palavra inglesa *magazine*, oriunda do francês *magasin*, de mesma origem árabe de *armazém*, nomeava as publicações de conteúdo variado, equivalendo à chamada “revista”, em português. Ainda assim, os primeiros periódicos femininos brasileiros levavam o nome de *jornal*, não obstante serem revistas.

A literatura e a moda acompanharam a imprensa feminina nos primeiros tempos. Nos séculos XVIII e XIX, os direitos femininos ocuparam lugar de destaque, ao mesmo tempo em que ganhavam espaço assuntos referentes a utilidades, como conselhos de saúde, de economia doméstica e trabalhos manuais.

O avanço dos correios, que possibilitou uma melhor distribuição dos jornais, concorreu para o início de sua circulação, em torno do século XVII. O primeiro periódico feminino conhecido foi o *Lady's Mercury*, surgido na Inglaterra, em 1693, que já trazia uma seção que seria extremamente popular na maior parte dos veículos da imprensa feminina: o consultório sentimental. Na sequência, tem-se uma publicação que durou mais de um século: trata-se do *Ladies' Diary* (1704 a 1840).

Considerando-se a Europa, a França foi o país em que a imprensa feminina mais se desenvolveu, sendo o primeiro veículo de que se tem notícia o *Courrier de La Nouveauté*, de 1758. A nascente imprensa feminina brasileira buscou inspiração no modelo francês.

Nos Estados Unidos, o *American Magazine* foi o primeiro jornal. Entretanto, o *Ladies'*

Magazine, de Sarah Josepha Hale, de 1828, é o mais conhecido, dedicando-se ao “entretenimento, esclarecimento, serviço. Estava cunhada, assim, a expressão que se tornaria uma das grandes vertentes do jornalismo americano, em todos os campos.” (BUITONI, 1990, p. 27).

A imprensa feminina, até meados do século XIX, destinava-se à elite, uma vez que apenas as mulheres da aristocracia e da burguesia sabiam ler e possuíam tempo para tal atividade. Nos Estados Unidos, esse perfil da leitora vai sendo transformado pelo crescimento industrial, pela Guerra de Secessão (1861-1865) e pelo desenvolvimento das editoras como negócio.

A propagação dos moldes de papel foi uma grande inovação, que resultou no notável aumento das tiragens. A partir de uma ideia de Mr. Butterick (1863), passou-se a imprimir a modelagem em série: nascia, assim, nos Estados Unidos, a democratização da modelagem.

Segundo Buitoni, a

democratização da moda foi a primeira grande consequência dessa expansão da imprensa feminina, que crescia não só nos EUA, como na Europa, um pouco mais vagarosamente talvez. A influência dos moldes sobre as vestimentas das pessoas, homens e mulheres, foi enorme; a padronização do talhe das roupas começava a atenuar a diferença entre as classes. (BUITONI, 1990, p. 29).

A imprensa feminina desenvolveu-se notadamente na Alemanha, Itália e França, nesta como resultado parcial da Revolução Francesa. Perrot assevera que,

no século XIX, *Le Journal des Dames* e *Le Journal des Demoiselles* são autênticas revistas femininas, relativamente abertas e dotadas de correios das leitoras, que esboçam uma rede. É um processo clássico, que reencontramos nas grandes capitais europeias; é o caso de Atenas, onde a professora primária K. Parren transforma o *Journal des Dames* num centro eficiente de consciência feminina. Antes de ser colonizado pelos cosméticos e pela publicidade, esse tipo de revistas muitas vezes serviu de matriz e de tribuna para a expressão das mulheres. Fazer um jornal tornou-se um modo de expressão do feminismo em quase toda a Europa. (PERROT, 1998, p. 80-82).

Em prol do voto feminino, surge, em 1881, *La Citoyenne*, o primeiro jornal das sufragistas, criado por Hubertine Auclert, que, durante os casamentos nas prefeituras, protestava contra os artigos do Código Civil francês que demandavam das mulheres a promessa de obediência aos maridos. Também dessa época é *La Fronde*, de Marguerite Durand, fundado em 1897, que contava somente com mulheres para sua composição, inclusive a tipográfica, o que “não era o mais fácil, tendo em vista a hostilidade dos ofícios do livro ao emprego das mulheres”. (PERROT, 2016, p. 35). De acordo com Perrot, “toda associação que se forma tem

agora seu jornal. Imprensa efêmera, na maior parte dos casos, mas renascente, ela assinala a entrada das mulheres na esfera pública do jornalismo” (PERROT, 1998, p. 82), profissão que era restrita aos homens. Na Inglaterra, Miss Fawcett e Miss Pankhurst foram as sufragistas de maior renome, com o jornal *International Women Suffrage News*, de 1913.

Observa-se que, enquanto na Europa a imprensa feminina cumpria um relevante papel já no século XVIII, a imprensa no Brasil ainda nem existia, visto que a autorização para seu funcionamento data somente do começo do século XIX.

Ao longo dos séculos XIX e XX, fundaram-se muitos periódicos no Brasil, alguns com curta e outros com longa existência. As defensoras da emancipação feminina conclamavam as mulheres a lerem os jornais, para que pudessem se inteirar de seus direitos e obrigações.

Em 1827, é publicado o primeiro jornal brasileiro – conhecido até o presente momento – voltado ao público feminino. Trata-se de *O Espelho Diamantino* – “Periódico de Política, Literatura, Belas Artes, Teatro e Modas. – Dedicado às Senhoras Brasileiras”, lançado no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1827, e editado pelo jornalista francês Pierre-René François Plancher de la Noé (1779-1844), renomado impressor que veio ao Brasil para fugir de perseguições políticas em seu país natal, ocorridas por conta da restauração da monarquia, a qual provou ser incompatível com os autores que havia publicado.

O Espelho Diamantino circulou até 28 de abril de 1828. Em seu editorial inaugural, explica-se a escolha do título do periódico:

Tendo as mulheres uma parte tão principal nos nossos interesses e negócios, necessário é que se lhes dê conta destes mesmos negócios, e dos princípios que originam os deveres e os acontecimentos, para que elas fiquem à altura da civilização e dos seus progressos, pois que pretender conservá-las em um estado de preocupação, e estupidez, pouco acima dos animais domésticos, é uma empresa tão injusta como prejudicial ao bem da humanidade, e as nações que a tem ensaiado têm caído no maior embrutecimento e relaxação moral.

Tais verdades, tão antigas como a raça dos filhos de Eva, não são hoje desconhecidas por nação alguma da Europa, e lá, as ciências, artes e novidades estão ao alcance do belo sexo até em obras, aulas e periódicos privativos delas [...].

Devemos aqui declarar que o título de *Espelho Diamantino* não foi meramente escolhido por fantasia. O espelho é o confidente mais estimado das Senhoras, e poucas há que com ele se não entretendam um bom bocado cada dia... Além disso, ninguém se persuada que o nosso *Espelho* está simplesmente alegórico... [...]. (*O Espelho Diamantino*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 20 set. 1827, p. 3-4, apud DUARTE, 2016, p. 40).

A publicação também aborda a necessidade de as mulheres terem acesso à instrução, com o intuito de estarem aptas a bem governar a educação dos filhos: “o nosso objeto principal é de

fornecer às Mães e Esposas a instrução necessária (*ao menos o sentimento da necessidade de tal instrução*), para dirigir a educação dos filhos, e idear as ocupações, perigos e deveres da carreira que os esposos e filhos são chamados a seguir.” (*O Espelho Diamantino*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 20 set. 1827, p. 3-4, apud DUARTE, 2016, p. 41).

Em 1833/1834, Maria Josefa Barreto Pereira Pinto (1775¹⁸-1837) editou, no Rio Grande do Sul, um jornal denominado *Belona Irada Contra os Partidários de Momo*, de acordo com Pedro Maia Soares (1980), ou *Belona Irada Contra os Sectarios de Momo*, em consonância com Muzart (2003) e Constância Lima Duarte (2016), no qual se posicionava a favor do Império e, obviamente, contra os Farrapos. Para Muzart, esse teria sido o primeiro periódico brasileiro fundado por uma mulher, o qual possuía, aliás, caráter político, o que demonstra como as iniciativas de Maria Josefa encontravam-se à frente de seu tempo. O próprio título é *sui generis*, visto que *Belona* era uma deusa romana associada à guerra. Além de jornalista, Maria Josefa Barreto foi também escritora e professora, tendo fundado, em Porto Alegre, como meio de subsistência, um curso primário misto, que seria o primeiro desse gênero no Brasil.

Na mesma época, foi redatora do jornal *Idade de Ouro*, como referido por Pedro Maia Soares (1980), ou *Idade d'Ouro*, conforme grafado por Zahidé Lupinacci Muzart (2003), o qual seguia a mesma orientação política de *Belona*.

Na segunda metade do século XIX, alguns jornais foram publicados por mulheres, como o *Jornal das Senhoras*, do Rio de Janeiro, iniciado em 1º de janeiro de 1852 pela editora argentina Joana Paula Manso de Noronha¹⁹ (1819-1875). Ela, assim como outras redatoras de jornais feministas no Brasil, cria no progresso, avaliando os exemplos advindos da Europa e dos Estados Unidos. Hahner ressalta que, “como as mulheres de outros países durante o século XIX, inclusive dos Estados Unidos e Grã-Bretanha, as brasileiras podiam ressentir-se da assim chamada imagem vitoriana que se fazia delas, apresentando-as como bonecas, figuras unidimensionais, e lamentar-se por não serem levadas a sério”. (HAHNER, 2003, p. 85).

O *Jornal das Senhoras* utilizava como estratégia a cooptação do interesse masculino, a fim de aprimorar a situação das mulheres, usando a preocupação dos homens em relação à

¹⁸ Há divergências quanto a sua data de nascimento. Para Guilhermino César, este ocorreu em 1775; para Constância Lima Duarte, em 1786. Hilda Agnes Hübner Flores afirma que, após minuciosas pesquisas, não foi possível localizar nenhum documento comprobatório, estabelecendo, então, como data provável, “por volta de 1786/88 quando Maria Josefa teria idade mínima para se casar em 1800” (FLORES, apud MUZART, 1999, p. 75).

¹⁹ Zahidé Lupinacci Muzart grafa Juana Paula Manso de Noronha (MUZART, 2003).

educação de seus filhos como motivo para a melhoria da educação das mães, a exemplo do que ocorria com *O Espelho Diamantino*. A linha de atuação do periódico pode ser observada no artigo “Emancipação moral da mulher”:

Sem dúvida que há deveres naturais que prendem a mulher ao lar doméstico, porém é precisamente desde o seio de sua família que Ela pode ter uma influência direta sobre essa mesma família, sobre a nação e sobre a humanidade inteira.

Perguntar-me-eis: Como? Pois a mulher pode ter outra influência que não seja sobre as panelas? Outra missão além das costuras, outro porvir que não seja fazer o rol da roupa suja? [...].

Eis pelo que desejamos a emancipação moral da mulher; porque lutaremos sempre em demonstrar que ela não é inferior ao homem em inteligência, e porque pugnaremos sempre pelos seus direitos desprezados, e pela sua missão desconhecida. (*O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, 11 jan. 1852, p. 14, apud DUARTE, 2016, p. 118-119).

Esse periódico pioneiro enfrentou algumas dificuldades, desde o receio das colaboradoras de divulgarem seus nomes – havendo a exigência, assim, do anonimato – até problemas financeiros. Joana Paula Manso de Noronha passa, então, a editoria do *Jornal das Senhoras* para Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco, a qual, por sua vez, a repassa, um ano depois, a Gervásia Nunésia Pires dos Santos, que a assume entre junho de 1853 e dezembro de 1855, data da última edição.

Na sequência, as editoras de jornais feministas passaram a não desejar tanto um pedestal e a assumir um tom mais moderado, considerando que ser mulher e, particularmente, mãe, era de *per si* uma posição respeitável e, de certo modo, elevada.

Também no Rio de Janeiro, em 1862, vem a lume o jornal *Bello Sexo* – “Periódico Religioso, de Instrução e Recreio, Noticioso e Crítico Moderado”, que adota um método diverso para resolver os mesmos problemas. Um grupo de mulheres reunia-se regularmente para discutir a pauta do jornal, e a editora, Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, declarava que não publicaria artigos sem autoria, o que pode ser observado na primeira edição:

[...] eu só tenho em mente obrigar o meu sexo a vir à imprensa concorrer com o seu contingente para o progresso social, para esse grande bem público, e assim fazer com que se desenvolvam grandes inteligências, grandes capacidades, grandes gênios que existem no meu sexo, olhados com pia indiferença, abandonados pelos homens de letras, esquecidos pela fraqueza de sua constituição própria. [...]

A essas senhoras, que fazem honra ao nosso sexo, apenas pedirei que exerçam para comigo a benignidade do coração de que é capaz e natural em nós; a elas pertence esta folha: dignem-se, pois, cooperarem para a sua importância com o fruto de suas inteligências, assinando-os sempre com os seus nomes. (*Bello Sexo*, Rio de Janeiro ano I, n. 1, 21 ago. 1862, p. 2, apud DUARTE, 2016, p. 159-160).

Na década de 1870, surgem novos jornais comandados por mulheres, como *O Sexo Feminino* (1873), de Francisca Senhorinha da Mota Dinis²⁰, em Campanha da Princesa, Minas Gerais; *O Domingo* (1874), de Violante Ximenes de Bivar e Velasco e *Jornal das Damas*, do mesmo ano, ambos no Rio de Janeiro; *Myosotis* (1875), de Maria Heráclia, em Recife; *Echo das Damas* (1879), de Amélia Carolina da Silva Couto, também na capital imperial. Todavia, essas mulheres ainda encontravam-se parcialmente isoladas, pois as editoras acabavam por se distanciar de seus colegas homens, que também publicavam jornais destinados ao público feminino. Assim, enquanto tais jornais, que versavam quase que exclusivamente sobre literatura ou moda, existiram por décadas, os periódicos que atuavam em prol da emancipação feminina às vezes desapareciam em semanas. (HAHNER, 2003).

Francisca Dinis variou as estratégias de atuação em relação às utilizadas pelo *Jornal das Senhoras* duas décadas antes: ao invés de recorrer à imagem da Virgem Maria, ela procurava despertar as mulheres para sua situação e acreditava na igualdade de potencialidades entre homens e mulheres, assim como no fato de que “a dependência econômica incentivava a subjugação da mulher e que uma melhor educação poderia ajudar a elevar o seu status”. (HAHNER, 2003, p. 95). Essa crença na educação estava vinculada à concepção de progresso.

Assim, centrando a sua luta maior na educação da mulher, e sendo ela mesma uma professora primária, dialoga com outros educadores da época. Aliás, conforme ensina Nunes, “Francisca Senhorinha sempre conciliou atividades jornalísticas com as do magistério.” (NUNES, 2014, p. 99). Enxergava no jornalismo a melhor forma de batalhar por esses princípios, mas, curiosamente, não se considerava, propriamente, uma feminista. Então, “conclama sua interlocutora (ou seu interlocutor) a vir para a imprensa, para reagir contra o despotismo masculino. Admite que é somente pela discussão, notadamente a veiculada pela imprensa, que serão capazes de persuadir a opinião pública até a conquista do ideal de emancipação da mulher.” (NUNES, 2014, p. 101). A título de curiosidade, Nunes afirma não existir nenhuma fotografia de Francisca Senhorinha – a que é veiculada na internet não é dela, apesar da indicação em contrário.

Em 1875, objetivando um maior alcance do semanário com a mudança para a corte, *O Sexo Feminino* é transferido para o Rio de Janeiro – onde, porém, os custos de publicação eram maiores que em Campanha. Na capital, está junto da intelectualidade. Faz traduções para outros

²⁰ Constância Lima Duarte grafa Francisca Senhorinha da Motta Diniz (DUARTE, 2016).

jornais e cria outros periódicos, como *A Voz da Verdade*, abolicionista. É interessante observar que ela não fecha os jornais à participação dos homens.

Francisca Dinis sente que seu jornal parecia ser desconhecido pela maior parte das mulheres da capital, e, além disso, que nem todas mostravam interesse em suas ideias emancipatórias. Forçada a deixar o Rio em 1876, devido a uma epidemia de febre amarela, em 1889 a editora retoma, juntamente com as filhas, as atividades do jornal, o qual chegou a alcançar uma tiragem de 2.400 exemplares. Todavia, a sua vida é marcada por restrições financeiras – tanto assim que, no final, acaba indo à falência.

Nessa nova etapa, o jornal denomina-se *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, e tem por objetivo “convencer tanto os homens quanto as mulheres da necessidade de se educar as crianças e as jovens, não apenas para os afazeres domésticos, mas também para a participação política.” (DUARTE, 2016, p. 337). O seguinte fragmento exemplifica bem a importância dada pelo periódico à educação:

Não queremos representar na sociedade o papel de adorno dos palácios dos senhores do sexo forte, não devemos continuar na semi-escravidão em que jazemos, vendo-nos mutiladas em nossa personalidade, em seus códigos ou leis por eles legisladas, tal como a da outrora escravidão sem que pudesse ser pela escrava protestada.

Não nos perturba a negativa. Seu sofisma é tal, que nos tratando de rainhas só nos dão o cetro da cozinha, da máquina de procriação etc. Não nos consideram senão como objeto de incrível necessidade! Somos a flor de Cactus e nada mais.

A emancipação da mulher pelo estudo, é o facho luminoso que pode dissipar-lhe as trevas pela verdade em que deve viver, e que leva-la-á ao templo augusto da ciência, de bem viver na sociedade civilizadora. (*O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, ano III, n. 14, 6 abr. 1890, p. 1-2, apud BUITONI, 2009, p. 49; DUARTE, 2016, p. 339).

É de se observar que a expressão “templo augusto da ciência” deixa transparecer uma influência do Positivismo, corrente filosófica então muito em voga. De fato, João Ribeiro Júnior afirma que o positivismo domina o pensamento do século XIX, tanto como método (“embasado na certeza rigorosa dos fatos de experiência como fundamento da construção teórica”) quanto como doutrina (“apresentando-se como revelação da própria ciência”). (RIBEIRO JÚNIOR, 1995, p. 8). Adite-se ainda que, para Rita Terezinha Schmidt, a ciência se tornou uma condição indispensável ao conhecimento, envolvendo critérios de imparcialidade do método e neutralidade da teoria. Segundo a mencionada pesquisadora, “essa postura positivista engendrou uma determinada noção de saber que se propagou no contexto das Ciências Humanas com consequências devastadoras” (SCHMIDT, 1994, p. 26), notadamente para a crítica feminista.

O Sexo Feminino, em resumo, configurou-se em um jornal que “não somente denunciava a condição subalterna da mulher na sociedade patriarcal, mas também nitidamente apregoava o direito feminino à educação e à posição de co-protagonista da sociedade familiar e gestora do patrimônio amealhado” (NUNES, 2014, p. 108). E Nunes ainda adita que foram esses fatores que, combinados ao desejo de a mulher “ter voz e de ser cidadã, luta que já estava eclodindo a favor do sufrágio feminino, garantiram a longa vida de *O Sexo Feminino*, que conseguiu sobreviver por duas décadas, acompanhando episódios significativos da história brasileira: o governo de D. Pedro II, o advento da República e a abolição da escravatura.” (NUNES, 2014, p. 108).

Em 1875, *O Domingo* deixou de circular, em virtude do falecimento de Violante Vellasco. *O Echo das Damas*, suspenso em 1880, ressurgiu em 1885. Nas décadas de 1880 e 1890, apareceram novos jornais que versavam sobre as mulheres, tais como *O Direito das Damas* (1882), de Idalina d’Alcântara Costa, no Rio de Janeiro; *Revista Alagoana* (1887), dirigido por Maria Lúcia de Almeida Romariz — que também assina Maria Lúcia Duarte — e Rita de Mendonça Barros, em Maceió; *A Mocinha* (1888) e *O Jardim* (1888), ambos de Curitiba; e *O Abano* (1892), de Paranaguá/PR, dedicado, conforme Buitoni, “às esbeltas paranaguenses”. (BUITONI, 2009, p. 45).

A Família, de Josefina Álvares de Azevedo, surgiu em São Paulo, em 1888. No ano seguinte, foi transferido para o Rio, cidade onde foi publicado até 1897. Pouco se sabe sobre a vida da proprietária, nascida em 1852 e irmã (ou prima) do poeta romântico Álvares de Azevedo²¹.

O jornal propugnava a emancipação feminina, o direito da mulher à educação superior, ao voto, ao trabalho remunerado e ao divórcio. Contando com diversas colaboradoras, inclusive do exterior, o periódico “se destaca de seus contemporâneos justamente pela veemência com que defende as ideias e pela argumentação sempre lúcida e coerente.” (DUARTE, 2016, p. 314). O seguinte trecho comprova essa assertiva:

Até hoje têm os homens mantido o falso e funesto princípio de nossa inferioridade. Mas

²¹ Consoante Ana Luiza Martins, em sua obra *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922), Josephina Álvares de Azevedo era irmã de Álvares de Azevedo (p.373). Entretanto, a professora Aparecida Maria Nunes, da Universidade Federal de Alfenas, estudiosa da imprensa feminina no Brasil, declarou que não há elementos para fazer tal afirmação peremptoriamente, em conversa realizada por ocasião do *III Congresso Nacional e II Congresso Internacional de Literatura e Gênero*, realizado de 10 a 12 de maio de 2017, na Unesp/São José do Rio Preto.

nós não somos a eles inferiores porque somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. Temos, segundo a nossa natureza, funções especiais, como eles, pela mesma razão, as tem. Mas isso não é razão de inferioridade, porque essa traz o animal na escala natural de suas aptidões. Portanto, em tudo devemos competir com os homens – no governo da família, como na direção do estado. (*A Família*, São Paulo, ano I, n. 1, 18 nov. 1888, apud DUARTE, 2016, p. 314).

A Mensageira – “Revista Literária Dedicada à Mulher Brasileira” foi publicada em São Paulo, de 1897 a 1900, com direção de Presciliana Duarte de Almeida, criadora da Academia Paulista de Letras e prima de Júlia Lopes de Almeida, que vaticina:

a mulher brasileira conhece que pode querer mais, do que até aqui tem querido; que pode fazer mais, do que até aqui tem feito. [...] Uma mãe instruída, disciplinada, bem conhecedora dos seus deveres, marcará, funda, indestrutivelmente, no espírito do seu filho, o sentimento da ordem, do estudo e de trabalho de que tanto carecemos. Parece-me que são esses os elementos de progresso e de paz para as nações. (*A Mensageira*, São Paulo, ano I, n. 1, 15 out. 1897, p. 3, apud DUARTE, 2016, p. 372).

A partir desse excerto, Duarte (2016) conclui que havia um “movimento” feminista no Brasil, ainda que incipiente, contando a revista com a contribuição de diversas colaboradoras, que defendiam a emancipação por intermédio de jornais e revistas. Eram publicados na revista textos de relevantes escritores, e principalmente, escritoras da época, como Júlia Cortines, Zalina Rolim, Anália Franco, além da anteriormente mencionada Júlia Lopes.

Em consonância com Carlos Costa, a importância desse periódico ocorreu “tanto pela fama de suas colaboradoras, como por sua ampla distribuição e pelas ideias que defendia (o acesso das moças à educação superior e o voto feminino, em favor de uma maior participação da mulher na sociedade, sem que isso interferisse no seu papel prioritário de mãe e esposa no lar; nas palavras da poetisa, ‘a igualdade pela diferença’”. (COSTA, 2012, p. 404).

O aludido estudioso ainda acrescenta que os temas tratados por *A Mensageira* eram similares aos de outros periódicos femininos da época, ou seja, “o papel da mulher na sociedade a luta feminina pela emancipação. Prega-se a valorização da mulher como pedra-base da família e respeito às vocações.” (COSTA, 2012, p. 410). Entretanto,

a superioridade masculina ainda é aceita como o correto, até mesmo pelas mulheres. Nesse sentido, Presciliana Duarte de Almeida não inovou, apenas reproduziu fórmulas. [...] No entanto, coube a periódicos como *A Mensageira* modelar a figura da mulher rainha do lar, emancipada, educadora, esportista, forte e moderna, quando o mundo era, predominantemente, voltado ao masculino. (COSTA, 2012, p. 410-411).

Ana Luiza Martins sintetiza, acertadamente: “Presciliana Duarte de Almeida, de São Paulo, e Júlia Lopes de Almeida, do Rio de Janeiro, ilustram com propriedade esse segmento

vitorioso da imprensa feminina, cujas revistas entravam ‘nas casas de família’, apregoando também em unísono com a fala do poder – “o engrandecimento de nossa terra.” (MARTINS, 2001, p. 383).

Em janeiro de 1898, Andradina América Andrada de Oliveira (1878²²-1935) publica nas cidades gaúchas de Bagé e, posteriormente, Santa Maria, o jornal *Escrínio*, que tem como lema “Pela Mulher!”. O editorial de lançamento esclarece que

o *Escrínio* surge também como um incitamento à mulher rio-grandense, convidando-a a romper o denso casulo de obscuridade e vir à tona do jornalismo trazer as pérolas de sua cultivada inteligência! O *Escrínio* aparece como um verdadeiro propagandista da instrução, do cultivo do espírito feminil. A mulher deve ser instruída, deve ser educada para melhor cumprir a sua divina missão na Terra – ser mãe. (apud SOARES, 1980, p. 142).

O argumento era, novamente, o de que, para ensinar seu filho, a mãe deveria ter repertório suficiente – porém, agora, não só a educação é relevante, mas também a instrução. Andradina de Oliveira procurava assegurar que o trabalho da mulher em nada afetaria a adequada manutenção das tarefas domésticas, contrariando a opinião corrente que “propugnava a nocividade da emancipação política e social da mulher para o lar e a família.” (SANTOS, 2010, p. 50).

Após nove anos de publicação, o *Escrínio* tem sua circulação interrompida em virtude do falecimento do filho de sua fundadora, Adalberon de Oliveira, em 1908, sendo retomado em Porto Alegre, no ano seguinte, no formato de uma revista semanal ilustrada. Apesar de não haver atuado politicamente, Andradina de Oliveira considerava-se uma feminista, tendo conseguido, por intermédio desse jornal, lutar pelos direitos da mulher e divulgar suas conquistas, obtidas tanto nacionalmente quanto no âmbito internacional. Aliás, era de praxe, como destaca Pedro Maia Soares, as feministas elaborarem “retrospectos, apontando a opressão através dos tempos e as mulheres que se distinguiram nas diversas épocas históricas.” (SOARES, 1980, p. 144). Nessa nova fase, o *Escrínio* teve o apoio de 40 colaboradoras literárias do país inteiro, dentre as quais a feminista Mariana Coelho.

Além de jornalista, Andradina de Oliveira também teve outras profissões, como professora, dramaturga e romancista, tendo, dentre outras, publicado, em 1912, a obra *Divórcio?*,

²² Há divergências no tocante à data de nascimento de Andradina América Andrada(e) de Oliveira. Pedro Maia Soares e Nelly Novaes Coelho estipulam-na em 1878, Constância Lima Duarte em 1864 e Salette Rosa Pezzi dos Santos, citando Rita Terezinha Schmidt, situa-a em 1870.

na qual questiona aspectos do casamento então em voga. Em consonância com Salete Rosa Pezzi dos Santos, esse trabalho “alcançou grande repercussão por apresentar um tema polêmico para a época. Com formatação epistolar, o livro consta de 25 cartas ao todo, cada qual com um argumento diverso, em que é posta à mostra a hipocrisia da sociedade em relação à indissolubilidade do casamento.” (SANTOS, 2010, p. 142). Além disso, a romancista foi ainda responsável por dirigir o *Correio de Porto Alegre*.

O *Corymbo* destaca-se pela sua longa existência: foi editado pelas irmãs Revocata Heloísa de Melo (1860-1945) e Julieta de Melo Monteiro (1863-1928), em Rio Grande/RS, de 1884 a 1944. Interessante observar que elas eram netas de Manuel dos Passos Figueroa, editor do *Idade de Ouro*, juntamente com Maria Josefa Barreto. Pedro Maia Soares destaca que era comum a presença de flores no discurso feminino, e lembra que “corimbo” significa, justamente, uma “inflorescência em que as flores, saindo de pontos diversos da mesma haste, se elevam à mesma altura.” (SOARES, 1980, p. 146).

O mesmo estudioso ressalta que, nessa época, as escritoras não estariam mais isoladas, possuindo até mesmo uma certa “consciência de classe” que as mantinha unidas a outras escritoras do Rio Grande do Sul e do Brasil. Esse periódico possuiu diversos formatos, e enfatizou diferentes aspectos ao longo de sua história: até aproximadamente 1910, destaca a educação, sem, contudo, que isso seja uma regra; de 1917 a 1924, na esteira do surto feminista mundial advindo da I Guerra Mundial, defende a emancipação feminina, a “necessidade da mulher tornar-se uma unidade econômica independente, [...] a abertura de todas as profissões às mulheres, [...] o direito de voto”. (SOARES, 1980, p. 147). O jornal publicava trabalhos de escritores como Castro Alves e Cruz e Sousa, e contava com a colaboração de um amplo rol de escritoras, dentre as quais Maria Lacerda de Moura, Cecília Meireles, Cora Coralina e Andradina de Oliveira. Por ocasião do falecimento desta, Revocata dedicou-lhe elogiosas palavras, que relembraram a carreira da ficcionista gaúcha, no mês de novembro de 1935.

Não existia, entretanto, uma unidade ideológica, visto que eram transcritos artigos de tendências diversas. Todavia, como sublinha Duarte, no decorrer de sua existência “as principais propostas do jornal foram mantidas, como o empenho em divulgar a produção literária feminina e assuntos de interesse da mulher e publicar artigos variados, poemas, contos e romances em folhetim [...]”. (DUARTE, 2016, p. 278).

A partir da morte de Julieta Monteiro, em 1928, Revocata de Melo passa a contar com o

jornal para sobreviver. Sem recursos, ela é amparada pela maçonaria, até mesmo no momento de seu falecimento.

De acordo com Buitoni, “o século XIX foi um século de imprensa artesanal, das folhas tipográficas, que raramente ultrapassavam quatro páginas, a maioria de curta duração. Era ainda a pequena imprensa combativa, feita mais de ideias e polêmicas do que de informações”. (BUITONI, 2009, p. 46). Foi um século marcado pelo surgimento e, muitas vezes, pela curta existência de um grande número de periódicos. Em contrapartida, no século XX, haverá a diminuição da quantidade de jornais.

A aludida pesquisadora ainda explica que, “no século XIX, encontramos duas direções bem definidas na imprensa feminina: a tradicional, que não permite liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades ‘femininas’; e a progressista, que defende os direitos das mulheres, dando grande ênfase à educação.” (BUITONI, 2009, p. 47).

Na primeira década do século XX, nas grandes cidades brasileiras, a imprensa já havia entrado na era capitalista, com os jornais sendo concebidos como empresas. Havia, ainda, no país inteiro, os efêmeros periódicos operários, bem como as igualmente efêmeras revistinhas humorísticas, presentes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Merece destaque, nessa época, também a imprensa anarquista. Nessa década, verificou-se, também, um crescimento das revistas ilustradas, como a *Revista da Semana* (fundada em 1901, passando na sequência ao controle do *Jornal do Brasil* e sendo vendida em 1915), a *Ilustração Brasileira*, *Kosmos* e *Renascença*. Geralmente, as revistas ilustradas também eram literárias, como a *Fon-Fon*, publicada a partir de 1907, que se identificava com o simbolismo, e a *Careta*, surgida em 1908, alinhada com o parnasianismo, ambas do Rio de Janeiro. A caricatura foi um fator importante para as revistas ilustradas, que, se, por um lado, foram criadas em um tempo em que imprensa e literatura se misturavam, por outro, foram, paulatinamente, “buscando uma feição particular, [...] se afastando da literatura para se tornarem revistas mundanas, de variedades, ou femininas. [...] Mas, sem dúvida, a grande catalisadora da consciência crítica era a caricatura.” (BUITONI, 2009, p. 53). A *Careta*, por exemplo, publicou, na década de 1920, diversas charges satirizando a derrubada do Morro do Castelo. Essa faceta da urbanização carioca será retomada na próxima seção deste capítulo.

É relevante mencionar que a campanha pelo sufrágio feminino estava na pauta da imprensa feminina, por intermédio, por exemplo, do jornal *Voz Feminina*, criado em Diamantina,

no ano de 1900. Nesse período, ainda continuam a aparecer pequenos periódicos femininos de curta duração, como os paulistas *O Chromo* (1901), revista mensal de literatura, arte e ciência voltada às mulheres; *O Colibri* (1904), com redação de Zoraide M. Siqueira e Olympia D. Ribeiro; *O Sorriso*, órgão literário de periodicidade mensal, que contava com a colaboração de Ida Scholoembach, Isabel de Serpa Vieira e Adélia Vaz. Conforme salienta Buitoni, “não há ainda veículos femininos de maior porte e duração. Sobrevivem apenas as formas do século passado, ligados a uma imprensa artesanal, muitas vezes criadas por uma ou duas pessoas.” (BUITONI, 2009, p. 53).

Em 1914, surge, também em São Paulo, a *Revista Feminina*, fundada por Virgilina de Souza Salles. Ao contrário de muitas de suas antecessoras, essa revista teve vida longa, circulando até 1935. Voltada para as mulheres, notabiliza-se por uma formulação que explorava mais a potencialidade desse público, trazendo uma diversidade maior de seções, característica ainda não presente nos produtos do segmento feminino. Esse caráter inovador faz com que essa publicação possa ser considerada como precursora dos atuais veículos que focalizam a mulher, pois, além de apresentar uma variedade temática aliada ao aspecto comercial do empreendimento, nela existia

até um estreito intercâmbio com as leitoras a demonstrar sua vitalidade como produto editorial mais ‘moderno’, que abre espaço para uma resposta que sempre redundava em capitalização de mais simpatias (e hoje se transforma numa arma de mercado, em que as leitoras que escrevem a uma revista têm seus nomes relacionados pelas editoras e vendidos a empresas como mailing para envio de propostas de venda por reembolso postal etc.). (BUITONI, 2009, p. 58).

A evolução das pesquisas possibilitou ampliar a observação feita no livro pioneiro de Hahner, *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940* (2003), no sentido de que poucos jornais que lutavam pela emancipação da mulher floresceram longe do Rio de Janeiro. Buitoni afirma que “a imprensa feminina não era apenas um fenômeno do Rio de Janeiro e São Paulo, mas [...] também representava uma aspiração concretizada em vários pontos do país.” (BUITONI, 2009, p. 46). Na realidade, houve várias publicações longe da capital brasileira, como se pode depreender da leitura da obra *Imprensa feminina e feminista no Brasil*, de Duarte, que declarou, em palestra proferida no *III Colóquio Internacional Literatura e Gênero*, em outubro de 2016, em Teresina/PI, que há mais a ser pesquisado visando a complementar o mencionado trabalho. Tanto é assim que surge em Curitiba/PR, em 1924, o jornal feminino *A Sempre-Viva*, objeto de estudo desta pesquisa.

4.3 AS ESCRITORAS EM A *SEMPRE-VIVA*

As pesquisas sobre mulher e literatura no Brasil mostram que, até a década de 1970, somente três escritoras eram devidamente reconhecidas pela crítica: Rachel de Queiroz, Cecília Meireles e Clarice Lispector.

Uma explicação reside no fato de que a criação artística era definida como um dom essencialmente masculino, cabendo à mulher o papel da reprodução. Assim, tem-se um cânone literário predominantemente masculino. Conforme argumenta Duarte,

poderia [...] lembrar inúmeras histórias [...] que testemunham as dificuldades e as tentativas das mulheres ao longo da história, para serem consideradas escritoras e, assim, integrarem o cânone literário. Poderia, por exemplo, lembrar a utilização que muitas fizeram de pseudônimos masculinos, como forma de driblar a crítica e os leitores e, ao mesmo tempo, se protegerem da opinião pública. [...] E vejam: estamos falando de mulheres instruídas do século XIX e que pertenciam a uma classe social de recursos. Nem se cogita de mulheres do povo porque é sabido que estas não teriam a menor chance de se tornar escritoras, por maior que fosse sua vocação. (DUARTE, 1997, p. 54-55).

Rachel Soihet esclarece que a maledicência que acompanhava as escritoras grassava não somente no Brasil, mas também na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, e deve ser atribuída, “segundo Peter Gay, ao comportamento escandaloso ou devido à presença do erotismo na obra de algumas autoras do século XVII.” (SOIHET, 2004, p. 160).

Graças a pesquisas acadêmicas realizadas no Brasil nas últimas décadas, foi possível a recuperação de nomes silenciados na historiografia oficial, como Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, Maria Benedita Câmara Bormann e Carmen Dolores, dentre muitas outras. Nessa área, um trabalho de fôlego é a antologia *Escritoras brasileiras do século XIX*, composta por três volumes e organizada pela professora Zahidé Lupinacci Muzart.

Antecipando esse resgate de escritoras, é criada, em Curitiba, em 1924, a Pequena Academia de Letras e Artes, cujos progressos são reiteradamente relatados por *A Sempre-Viva*. Já no primeiro número do periódico, há menção a uma reunião da Pequena Academia de Letras e Artes de Curitiba, porém o trecho encontra-se ilegível.

No número 2 (p. 1) de *A Sempre-Viva*, o objetivo de propagar a literatura feminina fica claro:

Agradecida, caros leitores, a benevolencia com que recebestes a "Sempre Viva". Como penhor de gratidão para convosco, para com a imprensa que tem feito tantas referencias sobre nossa modestíssima folha belletrista, hypothecamos o nosso reconhecimento.

Avante iremos nós, contando com o publico curitibano, principalmente com nossas conterrâneas, que, firmando mais a reputação de amparar sempre as causas nobres, estenderam suas mãos fidalgas para com benevolencia receberem este, hoje, tão pequenino jornal, mas que breve, sob protecção, tornar-se-a grande, muito grande!... Com as felicitações e o apoio geral com que foi recebida nossa folha mensal, esperamos triumphar em nosso proposito, cujo quasi unico fim é o de propagar a literatura femenina, bem pouco conhecida, e facilitar o ensejo daquellas que desejarem ensaiar nessa tão linda sciencia e arte.

No número 5 (p. 4), há o seguinte relato, que evidencia a existência de sócias correspondentes em outros Estados:

Realizou-se no dia 6 de steuma das animadas reuniões sociaes da Pequena Academia de Letras e Artes.

A secção foi solemne para o recebimento de duas novas socias, que occuparão, uma, a cadeira patrocinada por Francisca Julia, outra a de Celina Branco. O programma litero-musical foi splendidamente desempenhado, abrindo-se a secção pelo discurso de recepção ás novas socias, pronunciado pela Senhorinha Elvira Rebello. Executaram com raro sentimento e muitissimo estudo ao violino, «A Kavatine» de Raff²³ e "«Romance» de Arthur Napoleão, as Senhorinhas Yvonne Parigot de Souza e Doris Deter. Ao piano, fez-se ouvir, Antonieta Leite que, com technica e bastante expressão tocou «Phantasie-Improptu» de Chopin. A senhorinha Ruth Camargo leu o elogio da patrona de sua cadeira. Maria Julia Leite e Lygia Carneiro, leram delicados trabalhos originaes e escriptos enviados pelas socias correspondentes de S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro.

No número 7 (p. 3), é iniciada a publicação da “Folha Acadêmica”, que tem por finalidade divulgar as notícias referentes à Pequena Academia:

A folha academica

Por gentileza da redacção da «Sempre-Viva» iniciamos hoje a publicação desta folha, destinada ás noticias officiaes da Pequena Academia de Letras e Artes, como tambem a collaboração de suas muitas socias e distinctas patronas que a honrarem com o fulgor de suas pennas.

Esta será por ora o orgão em miniatura da novel sociedade belletrista e artistica, que tem como alvo intensificar a litteratura feminina fazendo conhecidas as brasileiras muitas, que se hão destacado grandemente no meio das letras e artes. Assim, a folha academica, alem de trabalhos ineditos, publicará paginas de autoras consagradas, proporcionando aos inumeros leitores deste jornalsinho, bôa leitura de delicados lavores de mãos femeninas.

No mesmo número, explica-se o objetivo da instituição, que consiste em popularizar as escritoras brasileiras, geralmente desconhecidas do público.

O nosso objectivo

²³ Trata-se do compositor suíço Joseph Joachim Raff.

Duma ligeira conversa nasceu a ideia de fundarmos uma sociedade, que proporcionasse ás socias algumas horas de distração²⁴ fazendo-as executar e ouvir peças musicas e trechos litterarios.

Proposta, logo foi acceita por um pequeno numero de moças essa ideia.

Mais tarde, noutra reunião, falou-se de cada socia escolher por patrona uma artista brasileira, notavel.

Então ficou decidido que, a sociedade chamada «Pequena Academia de Letras e Artes» tenha como fim popularisar as artistas brasileiras, que são desconhecidas, e incitar nosso espirito para as Artes e o Bello.

Louvavel idea, e mais louvavel é a sua realização. Mas para conseguirmos isto, precisamos dum pouco de trabalho e muita perseverança.

Somos um numero muito pequeno de moças, para realizarmos o que almejamos, porem estou certa que chegaremos ao fim, se todos se tiverem compenetrado de seu dever e pozerem a disposição da «Pequena Academia » toda a intelligencia e esforço.

Somos pequenas, mas nosso ideal é grande. Todas as maiores descobertas, as revoluções historicas, os espantosos emprehendimentos scientificos, tudo depende da persistencia no trabalho. Não esqueçamos que para descobrir a electricidade, que nos é tão cara, foram precisas gerações dum labor constante.

Tomemos como exemplo a perseverança de Bernardo de Palissy, que consagrou toda a sua vida para executar seu projecto e conseguiu vel-o realisado.

Cito tambem o sympathico vulto de Maria Carpenter, que com um trabalho insano poude minorar a vida de muitos infelizes. Nada a fez recuar para a realização²⁵ do ideal. Passava a existencia cheia de soffrimentos procurando conhecer o viver dos pobres no meio de villas e beccos. Com tanto poder de vontade e perseverança venceu e chamou a atenção do governo para a causa que defendia e propagava e teve a²⁶ felicidade de ser attendida.

Bernardo de Pallissy, assim como Maria Carpenter, trabalhou muito e soffreu demais, porem, no fim, a descoberta não lhe trouxe nem felicidades nem regalias.

Comnosco dá-se o contrario, Precisamos de perseverança para executarmos esse projecto que só nos trará immensos beneficios.

Tenhamos ante nossos olhos os esforços, os trabalhos que exigiram tudo que nos cerca, feito por mãos humanas ou sugerido por cerebros humanos e fiquemos certas que para o trabalho e perseverança não ha obstaculo intransponivel.

Maria Julia A. Leite.

No número 13, na página 25, narra-se mais uma reunião da Pequena Academia, na qual foi dada posse à nova diretoria, e também uma homenagem a Júlia da Costa e a Margarida Lopes de Almeida, filha de Júlia Lopes de Almeida. Observa-se que Lygia Carneiro sempre ocupa lugar de destaque na organização dos trabalhos:

Foi realmente encantadora a festa realizada sabbado ultimo pela «Pequena Academia de Letras e Artes», distincta sociedade feminina ha um anno fundada nesta Capital.

A' reunião, que se revestiu de grande solemnidade, compareceram somente as academicas, pois, foi na maior intimidade que o grupo de senhorinhas que da «Pequena Academia» fazem parte, festejou a posse da nova directoria e recepcionou duas novas consocias.

Conforme consta nos estatutos dessa bem organizada aggremação feminina, foi a ultima socia recebida quem pronunciou o discurso de saudação ás novas companheiras.

Yvonne Parigot de Souza disse em phrases breves e significativas toda a alegria, toda a satisfação de que ella e as demais socias estavam possuidas, recebendo no seu meio

²⁴ Está grafado “distração”.

²⁵ Está grafado “realisações”.

²⁶ Está grafado “o felicidade”.

mais duas intellectuaes que cooperarão para o exito do ideal pelo qual a «Pequena Academia» trabalha.

Dirce Guimarães e Haydéa Paz de Miranda, as senhorinhas recepcionadas, agradeceram a gentil acolhida, lendo cada uma o elogio das respectivas patronas.

Margarida Lopes de Almeida e Julia da Costa, uma interprete da Poesia, outra apreciada poetisa, tiveram, pelas academicas que vão occupar as cadeiras por ambas patrocinadas, uma linda homenagem, um preito de admiração. A senhorinha Dirce fez a biographia e apreciação de Margarida num discurso rico em colorido, onde deixa transparecer toda a admiração que sente por sua patrona. A senhorinha Haydéa P. de Miranda falou na personalidade de Julia da Costa, a poetisa paranaense. Após algumas palavras sobre a vida artistica dessa escriptora, declamou com bastante expressão uma das mais bellas poesias, uma verdadeira joia das muitas que se encontram no livro de versos dessa paranaense que tanto se distinguiu no meio literario de nossa terra.

Logo em seguida foi empossada a nova directoria que vae dirigir durante o novo anno social, os destinos da sociedade. Senhorinha Elvira Rebello saudou em nome de suas collegas, as companheiras suas que tomaram posse de seus cargos. A senhorinha Lygia Carneiro agradeceu em seu nome, como presidente, e em nome das que com ella vão dirigir os trabalhos da «Pequena Academia».

O programma litero-musical organizado, foi admiravelmente desempenhado pelas senhorinhas que nelle tomaram parte.

Foi um verdadeiro triumpho, a reunião do dia 23.

Com essa, já é a segunda vez que essa academia feminina conquista brilhante successo.

Quando pela primeira vez fez uma festa, a recepção offerecida a Margarida Lopes de Almeida, para a qual convidou diversas familias gradas, nós predissemos á «Pequena Academia» um futuro grandioso.

E a nossa predicção se vae cumprindo. Curityba já tem o prazer de proclamar ser a unica a possuir uma associação de letras e artes exclusivamente de mulheres.

«A Sempre-Viva» se regosija com a «Pequena Academia» que será grande um dia, saudando-a cordialmente e almejando-lhe um futuro glorioso.

M. A.

Essa recepção à declamadora Margarida Lopes de Almeida já havia sido referida pela Folha Acadêmica no número 12 de *A Sempre-Viva*, no qual foram publicadas duas fotografias – as quais, digitalizadas, ficaram com uma qualidade péssima. Embaixo da segunda foto, lê-se a seguinte legenda: “Photographias tiradas no Portão por ocasião da passagem da grande declamadora Margarida Lopes de Almeida, para quem a Pequena Academia de Letras e Artes muito se esforçou para bem homenagea-la.” (p. 12).

Porém, restava a pergunta: onde, exatamente, foi realizada tal reunião? Com qual propósito? Para responder a tais questões, era necessário realizar uma pesquisa em outras fontes. Uma pista foi dada por essas fotos, que contêm as palavras “O Dia”. De posse dessa informação, foi realizada uma pesquisa em jornais de Curitiba, dentre os quais o próprio *O Dia*. O *Commercio do Paraná*, em sua edição 4753, de 10 de março de 1925, por exemplo, informa que o encontro ocorreu no Templo das Musas, do Instituto Neo-Pitagórico, localizado em um bairro de Curitiba denominado Vila Izabel, vizinho do bairro (anteriormente arrabalde) Portão, mencionado na fotografia. Sempre utilizando exagerados elogios, o artigo detalha a reunião,

especificando que, tendo sido aberta pela presidente da Pequena Academia, Lygia Carneiro, a programação seguiu intercalando números musicais e leitura de peças literárias, dentre as quais o conto “Esperando...”, de Júlia Lopes de Almeida, já discutido no capítulo 2. Essa cerimônia contou, obviamente, com a presença de Dario Vellozo, que, segundo o Dr. Newton da Costa, era professor de Sylvia Carneiro (ver ANEXO B).

Graças a essa pesquisa, foi possível descobrir que algumas das responsáveis pela publicação de *A Sempre-Viva* também o eram pela seção “O Dia Feminino”, do jornal *O Dia*: Lygia Carneiro, Sylvia Carneiro, Júlia Leite, Antonieta Leite (que, supõe-se, é a Nietta da revista). Além dessas, há, também, a presença de Herminia Schulmann. A edição 516, de 12 de março de 1925, traz o discurso proferido, por Elvira Rebello, oradora oficial da Pequena Academia, na reunião em homenagem a Margarida Lopes de Almeida, uma das patronas da instituição. Nessa oportunidade, foi exposto o intuito da Pequena Academia, e ressaltado o fato de ser a primeira “n’esse genero fundada na America do Sul, por ordem chronologica”: “ – Que é a Academia? Um conjuncto de moças que se esforçam para mais e mais lustrar o espirito feminino, seguindo os exemplos, os esforços, os triumphos de nossos Patricios, no cultivo das artes, das letras e das sciencias.” (p. 2). A edição 514, de 10 de março de 1925, noticia que, após a reunião, a declamadora visitou o ateliê do pintor Alfredo Andersen, após o que voltaria para o Rio de Janeiro, e, na sequência, seguiria para a Europa.

A seguir, serão feitas breves considerações acerca de escritoras cujos trabalhos foram publicados por *A Sempre-Viva*, tanto as contemporâneas da revista quanto as que tiveram seus nomes resgatados pela publicação. É importante lembrar que a revista dá espaço tanto a escritoras conhecidas como a desconhecidas. Às vezes, os trabalhos de algumas autoras são acompanhados de suas biografias, enquanto outras têm seus textos divulgados sem nenhuma apresentação.

Serão elencadas, inicialmente, as autoras da primeira categoria.

No número 2 de *A Sempre-Viva*, já na primeira página, encontra-se a biografia de Julia Cortines:

Julia Cortines Laxe

Desejamos iniciar neste numero una serie de biographias das mais talentosas poetisas, escriptoras ou musicistas brasileiras, para que se tornem conhecidas, pois notamos muito, a falta de conhecimento acerca das mulheres que honraram e honram o Brasil. E' uma tarefa ardua, porque nos faltam quasi que todos os elementos para fazel-a como desejamos, e pedimos perdoem os leitores certas faltas que existem, e empreste-nos todo o apoio para o proseguimento do nosso desejo.

Abrimos a serie com a poetisa Julia Cortines, que nos parece, muito pouco lida é:
 D. Julia Cortines Laxe, nasceu em Rio Bonito, no estado do Rio de Janeiro a 12 de Dezembro de 1868. Está classificada entre os nossos melhores poetas, quer pela metrica empecavel e viva imaginação, quer pelo sentimento que nas suas poesias existe.
 D. Julia Cortines, possuiu uma penna segura, é nas peças de sua lavra reconhecemos o seu alto valor artistico.
 O imparcial critico Jose Verissimo comparou-a com a celebre poetisa italiana Ada Negris. Entre os livros de sua auctororia notam-se: "Versos" e "Vibrações".
 Entre as bellas e innumeras poesias que compoz, existem as duas encantadoras e adoraveis que adiante trancrevemos:

EXILADO

Longe a patria querida. A' linguagem das gentes
 Extranho, extranho a toda alegria e doçura,
 Debalde o céu do exilio ao teu olhar fulgura;
 Em meio á multidão, solitaria te sentes.

Rolam pelo teu rosto as lagrimas ardentes
 Da saudade. Que importa? Impossivel ou dura
 Em torno a face vês de cada criatura:
 A impiedade dos maus e dos indifferentes.

Longe o doido prazer da infancia turbulenta,
 Longe o sonho que attrae, a esperança que alenta
 E a materna affeição, de mãos postas, a orar...

Indo ao longe ficou nesse amado recanto
 Da patria, onde, atravez da tristeza e do pranto,
 Vês, tranquillo, se erguer o tecto do teu lar.

O DESERTO

O sol queima, o ar suffoca; a infinita celagem
 Do céu resplende sobre o infinito deserto;
 E do vasto horizonte, ao derredor aberto,
 Sopra, como de um forno, uma ardente bafagem.

Nada á flor do areal, quer á distancia ou perto;
 E, atravez da nudez da vazia paisagem,
 Nem sequer a illusoria e ephemera miragem
 Deixa, ao longe, entrever o seu perfil incerto...

Nem o leve ruflar de uma aza; nem um grito,
 Fazendo estremecer o deserto que dorme,
 Como uma flexa, vara a nudez do infinito.

Implacavel, o sol, quente e fulvo, dardeja
 Uma luz que, abrazando a solidão enorme,
 No ar, na areia e no céu treme, brilha e flameja.

AIRAM

Júlia Cortines, nascida em Rio Bonito/RJ, em 12 de dezembro de 1868 e falecida no Rio de Janeiro, em 19 de março de 1948, colaborou com diversos periódicos, como *O País*, *A Bruxa*, *A Semana* e *Anais*. Era amiga íntima de Júlia Lopes de Almeida, segundo escreve, em 1962,

Margarida Lopes de Almeida: “das amigas mais íntimas de minha mãe só uma era realmente intelectual – Júlia Cortines – poetisa de alto valor, deveria ocupar lugar parelho aos dos maiores nomes de nossa literatura, no entanto, pelo seu feitio bisonho, quase hostil, não é conhecida senão por uns poucos intelectuais e, mesmo por esses poucos, mal conhecida.” (ALMEIDA, 2015, p. 199).

O aludido livro *Versos*, publicado em 1894, reproduz o modelo parnasiano. Já em *Vibrações*, de 1905, seu trabalho adquire “novas qualidades poéticas” (PAIXÃO, 2004, p. 477), vislumbradas já na epígrafe de abertura da obra, um trecho do poema “Le cri” (“O grito”), da francesa Louise Ackerman (1813-1890), famosa por seu pessimismo: “Não quero mais, resignada e muda,/suportar a minha aniquilação.” Aqui, observa-se que “o sujeito se afirma como mulher”, rejeitando “o discurso até então predeterminado para ela.” (PAIXÃO, 2004, p. 477).

Em consonância com Sylvia Paixão, Júlia Cortines, ciente de sua condição de mulher, “propõe a palavra como forma de rejeitar a imagem preconcebida pela poética masculina.” (PAIXÃO, 2004, p. 477). Destaque-se, ainda, que a mulher, na obra da poetisa, é concebida como elemento desorganizador, o que leva ao desejo de paz como maneira de recusa a toda desordem estabelecida. A mesma estudiosa ainda salienta que “sua poesia está repleta de negações e ausências”, abrangendo temáticas “que falam da noite, do inverno, do deserto e do silêncio” (PAIXÃO, 1991, p. 204), como fica claro pela leitura de “O deserto”, um dos poemas trazidos por *A Sempre-Viva*. Quem assina a coluna, “Airam”, classifica-o de encantador e adorável, escolha que denuncia seu afã laudatório.

“Airam” possivelmente seja Maria Julia Avelino Leite, responsável, nos próximos números, pela biografia de outras escritoras. Para corroborar essa hipótese, encontra-se no número 4 o seguinte trecho:

VIDA SOCIAL

Senhorinha Maria Julia Leite

Vê transcorrer neste mez a data do seu anniversario a gentil senhorinha Maria Julia Avelino Leite. Sob pseudonymos encobre-se modestamente essa distincta joven, a qual nos honramos de contar entre nossas muitas collaboradoras. Seu já bem grande talento revela-se nos inumeros trabalhos que tem figurado em nossas columnas e que bastante apreciados tem sido pelas amáveis leitoras. (p. 4).

Barbosa, trazendo o pensamento de Roger Chartier, afirma: “ao mesmo tempo em que o anonimato e o pseudônimo se instituíram como formas dissimuladas de escrever, eles garantiram

e possibilitaram que a palavra escrita fosse mais importante do que o nome do autor.” (BARBOSA, 2007, p. 35). E esse não é o único caso de utilização de pseudônimo em *A Sempre-Viva*. A redatora-geral intitula-se S. Villys, nome que guarda semelhança com Sylvia (Carneiro), e a secretária é Ari V. Le, ou seja, a já mencionada Elvira Rebello. Outro exemplo é Lia, pseudônimo de Mirandolina de Mattos Ritz, a Miran, autora de “Meu postal”, presente no número 8. O jornal *O Dia*, em seu número 2588, de 23 de junho de 1932, em artigo assinado por Alceu Chichorro, noticia o seu falecimento, afirmando que, além de ser uma das redatoras da revista, colaborava assiduamente com esse periódico. Ironicamente, “Meu postal” é sobre uma mulher sem filhos que afirma que só será “inteiramente feliz quando ouvir as risadinhas infantis do meu bebê” (p. 10). E o artigo do jornal assinala que, justamente, ela morreu deixando um filho que ainda não completara quatro anos.

O número 6 de *A Sempre-Viva* traz a autora Zalina Rolim (p. 1).

Zalina Rolim

Nasceu no Estado de S. Paulo

O «Coração», livro de sua autoria desvendou ao publico o valor da penna de Zalina Rolim, que a sabe manejar com perfeição. Suas poesias são bellas, escriptas num portuguez vernaculo e com grande imaginação.

Alem de cultivar a grande e bella Arte que é a literatura, tambem trabalhou no magisterio, occupando altos cargos e desempenhando-os sempre com esforço e prazer. Exerceu-os em S Paulo, na Escola Modelo.

Com este soneto intitulado «Pomba Ferida», permittimos que o caro leitor julgue o merito desta poetisa e escriptora brasileira, que vem mais uma vez affirmar o valor das mulheres do nosso grandioso Brasil.

Ella veio cahir tremula, exangue,
 Junto a um craveiro aberto em rubras flôres.
 Tinha entre as penas humidas de sangue
 Da petala do cravo as rubras cores.

O muribundo olhar enevoadado
 Toda a tremer de inquietação, volvia
 Para os beirões fronteiros do telhado,
 De onde queixoso pipilar partia...

Batendo as azas, arquejante, anciado,
 Rapido chega exhausto, allucinado,
 — O companheiro, que o lamento ouvira

E a pobre que a esperal-o á dôr resiste
 Soergue ao vel-o a cabecinha triste,
 E, as brancas azas agitando, expira...

AIRAM

Maria Zalina Rolim Xavier de Toledo nasceu em Itapetininga/SP, em 20 de julho de 1869, falecendo na capital paulista, no dia 23 de junho de 1961. Foi colaboradora de vários

periódicos, dentre os quais *A Mensageira*. Eliane Vasconcellos (2004) informa que a escritora tinha um bom relacionamento com a crítica de então, o que lhe angariava comentários que seriam, em princípio, positivos. Porém, quando examinados mais atentamente, tais apreciações indicavam uma ausência de pensamento crítico acerca da literatura feminina. Olavo Bilac, por exemplo, escreveu que “não há nos seus versos essa banalidade [...] nem essa imperfeição de estro titubeante e incolor, que estamos habituados a encontrar em livros de moças.” (VASCONCELLOS, 2004, p. 499-500).

Vasconcellos (2004) indica, ainda, que, esteticamente, Zalina Rolim liga-se a temas românticos. Seu vocabulário remete a palavras presentes na poesia de Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu e Gonçalves Dias. Por outro lado, a maneira como compõe seus versos, elegendo o soneto como forma preponderante, aproximam-na do parnasianismo.

O número 8, na página 1, trata da escritora Adelina Lopes Vieira:

Nasceu esta insigne escriptora e inspirada poetisa na cidade de Lisboa, em 20 de Setembro de 1850.

Desde muito moça que se dedicou ás letras e ao magisterio.

Collaborou em diversos jornaes e revistas, como a «Renascença», a «Semana», «A Estação», e a «Revista Brasileira» e muitos outros.

Não obstante nascida em Portugal a consideramos uma de nossas melhores escriptoras e poetisas.

Entre sua bagagem literaria notam-se: Margaritas; Pombal, poemeto ; Anoitece..., colleção de sonetos; Agora e Sempre; Destinos, cantos; Contos Infantis, de collaboraçãõ com Julia Lopes de Almeida ; A Virgem de Murilo; Gréve dos Ferreiros, traducçãõ de François Coppée.

Admirem os prezados leitores este bello soneto, que possui alem dum vernaculo portuguez, grande imaginaçãõ:

ANOITECE ...

Veu de tristeza terra e ceus invade.
De espaço a espaço ave agoirenta pia !
O orvalho chora, e em lenta suavidade,
Badala o sino ao longe — Ave-Maria !

Ave-Maria ! essa hora em que á saudade
De luz, se junta o horror à treva fria²⁷,
Tão cheia de mysterios e anciedade
Tão repassada de melancolia...

Ceguei também da vida a essa hora triste,
Crepusculo em que o sol já não existe
Em que a luz da illusãõ desaparece . . .

Horas ardentes em que o sol fulgura,
Horas de amor, de glorias, de ventura,
Dia, porque me foges? Anoitece ...

Maria Julia Avelino Leite.

²⁷ Segundo o site <<https://www.grude.ufmg.br>>. Em *A Sempre-Viva*, essa parte está ilegível.

Adelina Amélia Lopes Vieira nasceu em Lisboa/Portugal, em 20 de setembro de 1850. Teatróloga, contista, declamadora e autora de livros para crianças, era irmã de Júlia Lopes de Almeida. Segundo Coelho (2002 b, p. 27), dedicou-se, por muito tempo, ao ensino infantil, bem como ao estudo de novos métodos didáticos. Colaborou com vários periódicos brasileiros, como, por exemplo, *O Tempo* e *A Mensageira*, que publicou “Anoitece” na edição de 15 de maio de 1898. Faleceu no Rio de Janeiro, em data não especificada.

Margaritas, seu primeiro livro de poesias, é editado em Portugal, em 1878. Em consonância com Ana Helena Cizotto Belline, Adelina Vieira ajustou-se ao padrão da “escritora-senhora”, tanto na ficção quanto na vida real: “a perfeita filha, esposa, irmã, nora, tia.” (BELLINE, 2000, p. 471). A mesma estudiosa ainda avalia, com propriedade, que Adelina Vieira é dona de um estilo que emprega uma linguagem elegante e simples, tanto em verso como em prosa.

A pesquisadora salienta que, para obter aceitação no universo editorial masculino, Adelina compôs um poema laudatório para o prefaciador de *Margaritas*, Tomás Ribeiro, além de restringir-se a temas aceitáveis para as escritoras da época, mantendo, além disso, sempre um tom de modéstia em sua obra inaugural. Como explica Paixão,

a poesia feminina estava direcionada no sentido de abordar certos temas, considerados próprios à fala da mulher. O olhar crítico da sociedade pré-determinava a conveniência ou não de certos assuntos, tendo, por isso, uma importância relevante no que concerne à produção literária da mulher. O fator social importa, na medida em que prepara a esfera de atuação da crítica literária, na época totalmente edificada sob um olhar preconceituoso e condescendente em relação à literatura feminina, influenciando no imaginário da escritora, cerceando, policiando. (PAIXÃO, 1990, p. 50).

O número 9 de *A Sempre-Viva*, na página 8, homenageia Delfina Benigna da Cunha:

Poetisa brasileira nasceu em S. João do Norte, no estado do Rio Grande do Sul, em 1791.

Em tenra idade foi atacada de bexigas e desde então perdeu completamente a vista.

Sentindo-se muito infeliz ficou possuída de profunda tristeza, que se reflectiu em todos os seus versos, os quaes são em grande numero e revestidos de raro encanto.

Impedida de gozar outras distracções, dedicou-se aos estudos e obteve a melhor recompensa em saber que seus trabalhos são admirados não só pela concepção como pela forma.

Suas poesias foram publicadas em 1834, 1838 e em 1846 respectivamente, achando-se as mais bonitas insertas no Parnaso Brasileiro.

Em 13 de Abril de 1857, ella falleceu, deixando uma lacuna na poesia brasileira, principalmente na do Rio Grande do Sul.

Não podemos deixar de mostrar aos leitores um dos seus bellos trabalhos, artisticamente lapidado, em que a poetisa canta suas infelicidades:

Vinte vezes a lua prateada
 Inteira o rosto seu mostrado havia,
 Quando um terrível mal, que então soffria,
 Me tornou para sempre desgraçada,

De ver o ceo e o sol sendo privada
 Cresceu a par commigo a magua impia;
 Desde a infancia a mortal melancolia
 Se viu em meu semblante debuxada.

Sensível coração deu-me a natura
 E a fortuna, cruel sempre commigo
 Me negou toda a sorte de ventura;

Nem sequer um prazer breve consigo;
 Só para terminar minha amargura
 Me guarda o triste e sepulchral jazigo.

Maria Julia Leite

De acordo com Soares (1980), Delfina Benigna da Cunha escreveu *Poesias dedicadas às senhoras rio-grandenses*, o primeiro livro de poesias publicado no Rio Grande do Sul, em 1834. Schmidt (2000) salienta que a autora é considerada a primeira brasileira que editou um livro de poesias.

A cegueira, que a atingiu antes dos dois anos de idade, não a impediu de obter uma substancial formação intelectual. Em 1825, com a morte paterna, ficou em situação terrível. Com sua poesia, porém, conseguiu prover seu sustento, graças a uma pensão dada por D. Pedro II em retribuição aos serviços prestados pelo pai. Essas poesias elogiavam os detentores do poder, não causando surpresa, portanto, o fato de ela ser antifarroupilha. Entretanto, é necessário contextualizar esse engajamento. Para Schmidt, “em sua poesia politicamente comprometida, Delfina constrói um texto combativo ao estilo épico em um momento fundacional da literatura sul-rio-grandense e esse fato, importante por si só, não pode ser neutralizado em função de uma ideologia partidária ou ideologia de gênero.” (SCHMIDT, 2000, p. 122). A mesma estudiosa ainda pondera que,

se a arte de Delfina foi uma arte menor, ela o foi no contexto geral de uma literatura que ensaiava seus primeiros passos e que deixava à ostra as limitações inerentes a esse processo. Exigir de uma obra o que ela, em função de sua inserção em determinadas coordenadas histórico-estéticas, não pode oferecer, é uma questão no mínimo polêmica, que deve ser colocada em pauta no quadro do revisionismo crítico da literatura produzida por mulheres e da própria história literária. (SCHMIDT, 2000, p. 122-123).

Aurea Pires é a autora trazida na página 2 do número 10:

Aurea Pires

Nasceu em Angra dos Reis, Estado do Rio, em 2 de Fevereiro de 1876.
 Desde muito jovem se dedicou às letras, consagrando-se especialmente á Poesia.
 A «Musa» de Áurea Pires possui muito encanto e lyrismo, sendo seus versos delicados e mimosos.
 Por este lindo soneto poderão os leitores avaliar quanto ella se distinguiu na poesia:

LIBERTA

Não volto mais! Irei, por este mundo escuro ...
 Em busca de outro olhar, de outra affeição mais nobre,
 Adeus ! Levo somente a lyra e a cruz do pobre,
 Mas Deus me ajudará na estrada do futuro.

Levante-se minh'alma e rutila desdobre
 As azas da esperança! Eu parto... eu me aventuro
 No vasto mar da vida. A estrella que procuro
 Verei brilhar um dia, embora além sossobre.

Porém, se a rosa branca e pulchra de meus sonhos
 Fanar-se no embryão e a morte compassiva,
 Finalmente acabar meus dias enfadonhos;

Tu não finjas a dôr de uma alma sensitiva,
 Não! Respeita a mudez dos tumulos tristonhos.
 Ai! Não finjas á morte o que fingiste à viva!

Publicou um livro intitulado «Flocos de Neve», no qual cada poesia parece vir de muito longe, leve, subtil, como flocos de neve a cair.
 Num poema que escreveu, «Indiana», ella não esmoreceu, parecendo que cada verso novo trazia mais vigor que os outros.
 Collaboradora de diversos jornaes e revistas, possui muitos trabalhos espalhados de norte a sul.

M. Julia A. Leite.

Flocos de neve (1898), escrito quando Áurea Pires tinha menos de 20 anos, foi publicado em Juiz de Fora, recebendo críticas positivas na imprensa. Em 1908, publicou *Pétalas*. Contemporânea de parnasianos e simbolistas, admirava os românticos – a obra *Indiana*, citada acima, foi dedicada a Castro Alves. Eliane Vasconcellos afirma que

Áurea Pires se situa comodamente naquele período de transição que Tristão de Ataíde chamou de pré-modernista, que vai de 1900 a 1922. [...] O principal de sua obra foi publicado nesse período, em que ao predomínio da estética parnasiana se juntam os elementos novos do Simbolismo e, mas fundamentalmente, os temas e a filosofia de uma visão romântica que persistia no gosto popular. (VASCONCELLOS, 2004, p. 744).

Segundo Vasconcellos, participa, em 1920, da Legião Brasileira da Mulher Brasileira, junto com Cecília Meireles, Júlia Lopes de Almeida e Heloísa Lintz. Áurea Pires faleceu no Rio de Janeiro, de tifo, em 10 de outubro de 1949.

Na sequência, a homenagem é Leonete de Oliveira, presente na página 3 do número 11 de *A Sempre-Viva*.

Leonete de Oliveira

Nasceu no mesmo Estado em que abriu os olhos para a vida o nosso poeta Gonçalves Dias.

Na beleza dos panoramas, no sussurro das palmeiras «onde cantam os sabiás», no magestoso mar que estende em ondulações constantes, inspirou-se Leonete de Oliveira e suas poesias são admiradas não só pela forma como também pelos conceitos emitidos. «Flócos» chama-se o livro que publicou.

Dividiu Antonio dos Reis Carvalho a literatura maranhense em trez ciclos, achando-se Leonete de Oliveira no ultimo.

Coestadana de escriptores e poetas festejados por todo o Brasil, ella com sua lyra reforça o brilho da Athenas Brasileira.

A LOUCA

. . . E ella ria e chorava, a pobre louca, e ria,
Apertando com furia em seus braços mirrados,
O filhinho faminto, os olhos desvairados,
Num abraço fatal como a propria agonia.

E ella, a doida, cantava e a cantar não ouvia
Do filhinho os tristes ais de fome, angustiados,
E aperta-o mais e mais contra os seios fanados,
E elle frio e gelado em seus braços morria.

Num olhar onde o amor inda solta lampejos
Olha a criança, a sorrir, enche de doidos beijos
E o seu rosto já frio e os seus olhos já baços.

E inconsciente a esperar que elle acorde, baixinho
Vae cantando a canção de amizade e carinho,
O cadaver do filho embalando nos braços.

A CASA DO VAQUEIRO

Humilde e pequenina é a casa do vaqueiro...
Toda coberta está duma pindola brava,
A tacuruba a arder... o misero rafeiro . . .
E o banco no quintal onde a patrôa lava.

Tudo é modesto ali. No meio do terreiro,
Um potrozinho a terra alegremente cava,
E, estendidas ao pé de um velho cajueiro,
A roupas a seccar, que o trevo perfumava.

Olho em torno de mim: tudo é vasio,
E ao pobre coração gelado e frio,
Envolto no sudário de meu pranto,

Eu pergunto, a chorar, tristeza infinda,
Porque será que elle demora tanto,
Porque será que elle não veio ainda?!

Por estes dois sonetos veem os gentis leitores que bem merece Leonete de Oliveira ser considerada uma de nossas melhores poetisas.

Maria Julia Avelino Leite.

Esta escritora não consta da trilogia *Escritoras brasileiras no século XIX*, organizada por Muzart. Alzira Freitas Tacques, na obra *Perfis de musas, poetas e prosadores brasileiros*, traz poucas informações, todas em tom laudatório, como, por exemplo: “sua lira esplende com fulgor de opala”. (TACQUES, 1956, p. 483).

A apresentação biográfica presente em *A Sempre-Viva* alude a um lugar da mulher comparado a Gonçalves Dias (1823-1864), poeta romântico integrante do cânone – entendido na perspectiva tradicional – e autor de “Canção do Exílio”, também referida nesse trecho.

O número 12, em sua segunda página, presta uma homenagem a:

M. CHRISTINA DE OLIVEIRA AZEVEDO MATTOS

(1855)

Eis ahi outra poetisa brasileira do mesmo Estado em que nasceu Leonete de Oliveira: o Maranhão.

Este pedaço do Brasil, que sempre nos deu os mais fulgurantes poetas, os mais brilhantes escriptores, mais uma vez prova que não só os homens têm o condão de se elevar ás alturas, por meio de inspirações.

As mulheres, que sempre trilham por onde os homens passam, tambem sobem ás regiões do Sonho, tambem sabem cantar suas dôres, alegrias e tristezas, tambem se immortalisam como filhas dilectas de Erato.

Maria Christina, como Leonete de Oliveira, é uma dellas.

Vede, leitor amigo, nestes versos dedicados ao nosso querido poeta Gonçalves Dias, como Maria Christina sabia empregar a lyra maviosa e pura com que foi dotada:

A GONÇALVES DIAS

E' justo, Maranhenses, verdadeiro
Esse preito á memória do primeiro
Cantor de nossa terra,
Que a desdita levava a outras plagas
E na volta ficara entre as vagas
Que tanta gloria encerra.

Só ao mar fora dada a gran ventura
De offerecer tão vasta sepultura
Ao immortal cantor,
Que em seu leito vive adormecido,
Mas no mundo não fôra indo esquecido
O seu canto de amor;
De amor que elle sentia por sua terra,
Pelo mimoso passaro da serra,
Que elle ouvira cantar
Na formosa palmeira, onde pousado,
Fizera o peito seu enamorado
Um canto lhe offertar;

Um canto de saudades amargosas,
Recordação das tardes venturosas
Que aqui tinha gozado
Essas tardes d'amor ledas, serenas,
Que ao lembra-las traziam maguas, penas,
Ao triste desterrado.

Viveu, Maria Christina, sempre em São Luiz, sua cidade natal. E' autora da collectanea «Amor e Desventuras».

Encontra-se no segundo cyclo da literatura maranhense, segundo a classificação de Antônio dos Reis Carvalho.

MARIA JULIA AVELINO LEITE.

Como Leonete de Oliveira, esta autora não consta da trilogia *Escritoras brasileiras no século XIX*, organizada por Muzart, nem na obra *Perfis de musas, poetas e prosadores brasileiros*, de Tacques. No *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*, de Coelho, o nome da escritora é “Maria Cristina Alves de Oliveira Azevedo Marques”, sobre quem há somente poucas informações: “poeta, considerada ‘a última romântica nas letras provinciais’, [...] nasceu em São Luís (MA), em 1845, e faleceu em 1899. **Publicação:** Amor e desventuras, 1899.” (COELHO, 2002 b, p. 422).

Como visto, Maria Christina faz referência, também, ao poeta maranhense Gonçalves Dias, mencionando, inclusive, em sua homenagem, a maneira como faleceu, ou seja, no naufrágio do navio “Ville de Boulogne”, na costa de seu Estado natal (“Só ao mar fora dada a gran ventura/De offerecer tão vasta sepultura/Ao immortal cantor”). A autora refere-se, igualmente, à “Canção do Exílio”, aludindo ao “mimoso pássaro” e à “formosa palmeira”, percebendo-se, aqui, a intertextualidade entre as duas composições.

É importante observar que, na parte biográfica, Maria Julia Avelino Leite registra a sua visão do lugar a ser ocupado pelo sujeito feminino, defendendo o potencial de criação poética das mulheres, “que tambem sobem ás regiões do Sonho, tambem sabem cantar suas dôres, alegrias e tristezas, tambem se immortalisam como filhas dilectas de Erato.”

O próximo número, na página 38, dedica-se a divulgar o trabalho de:

Ignez Sabino Pinto Maia

Nasceu no Estado da Bahia.

Muito jovem ainda, já fazia mimosos e delicados versos.

Dedicou-se então ás letras e á musica.

Sua educação literaria fez-se na Inglaterra e no Brasil estudou a lingua patria com os mais afamados professores.

Collaboradora de diversos jornaes, seus trabalhos acham-se espalhados nos Estados de Pernambuco, Alagôas, Rio de Janeiro e São Paulo.

Transcrevemos uma de suas poesias, para que possam os leitores conhecer o valor desta pena fulgurante:

A Morte

*Fria, insensivel, dá o filtro em taça
Que apaga lentamente a luz da vida,
Subtil, caminha avante a fementida,
Estampando na frente uma côr baça.*

*Naquelle qu'inda ha pouco então sentia
Pulsar o coração, ferver o sangue,
Mas que agora, prostrado, hirto, exangue,
Cadaver, dá-se aos vermes neste dia.*

*Prestando até passiva obediencia
Ao duro mando teu a terra aceita
Na sua maternal bevelencia²⁸
A seiva que dá flor, que a tumba enfeita
Adornando esta triste residencia
— Um dia pelo pó em pó desfeita.*

Ignez Sabino Pinto Maia foi escriptora incansavel e sua bagagem literaria é uma das mais vastas entre as brasileiras que se consagraram ao desenvolvimento da literatura feminina.

Publicou as seguintes obras: «Rosas Pallidas», poesias (1886); «Impressões», versos (1887); «Contos e lapidações» (1881); «Esboços femininos», pantheon para as escolas brasileiras; «Luctas do Coração», romance historico, prefaciado por Valentim Magalhães; «Alma de artista», romance historico; «Atravez de meus dias», memorias, e «Literatura Brasileira Escolar», para uso das Escolas Superiores.

Por ahi veem os leitores como a mulher brasileira tem tomado parte saliente na lucta em prol da educação intellectual de nossos irmãos.

MARIA JULIA AVELINO LEITE.

Em consonância com Muzart (2000), o nome correto dessa autora é Maria Inês Sabino Pinho Maia. Essa pesquisadora informa, também, que esse equívoco ocorre em vários livros. Faleceu no Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1911. Foi romancista, poetisa, contista, biógrafa e memorialista. Estreou com o livro de poema *Ave libertas*, ligado à causa abolicionista. Colaborou com diversos periódicos, e deve ter seu nome “registrado por sua ação na luta pelos direitos das mulheres, pelos artigos na imprensa e, principalmente, por seu livro *Mulheres ilustres do Brasil*”, no qual a escritora “estabelece a biografia de muitas brasileiras.” (MUZART, 2000, p. 594).

Novamente, transparece o caráter laudatório dos comentários feitos por Maria Julia Avelino Leite, a qual, para exemplificar os “mimosos e delicados versos” que a autora era capaz de compor, escolheu, justamente, o poema “A morte”, que é particularmente macabro.

Subsequentemente, o número 14, em sua sexta página, aborda o trabalho de Prisciliana²⁹ Duarte de Almeida:

Nasceu em Pouso Alegre, Estado de Minas em 1867.
Inspirada poetisa, são suas composições muito admiradas por aquelles que as lêem.

²⁸ Conforme consta em *A Sempre-Viva*.

²⁹ Eliane Vasconcellos grafa Prisciliana; Carlos Costa e Constância Lima Duarte, Prisciliana.

Além do livro «Pyrilampos e Rumorejos», que publicou de colaboração com D. Maria Clara da Cunha Santos, muitas poesias suas sahiram em varios jornaes dos Estados do Rio, Minas e S. Paulo.

UM QUADRO SIMPLES

Entardece. No tanque da fazenda
Scintilla o azul do Céu. A nuvem branca
A' beira d'agua põe babado e renda...

Os insectos sussurram na folhagem;
Harmonia estupenda
Ha na na³⁰ terra e na aragem.

Da tarde a luz amena vae fugindo,
Anúns perto de mim passam voando,
Creanças pobres levam agua, rindo...

Adeante um meninote o anzol suspende...
Treme o juncal á viração arfando...
A noite vem e um pyrilampo accende
O seu clarão esverdeado e brando.

Fundou um jornal literario de sociedade com a escriptora M. Clara da Cunha Santos, denominado «O Colibri»

Esta poetisa desenvolveu extraordinaria actividade intellectual, tendo fundado mais tarde a revista «A Mensageira».

Foi incansavel na propagação das Letras nos trez Estados acima citados.

Infelizmente é muito difficil encontrarmos minuciosos dados biographicos de nossos vultos femininos e pedimos aos leisores³¹ que nos desculpem a deficiencia dos mesmos.

M. JULIA AVELINO LEITE.

Segundo Eliane Vasconcellos (2004), o nome da fundadora de *O Colibri* é Maria Clara Vilhena da Cunha. Já Carlos Costa (2012) utiliza o mesmo nome dado por *A Sempre-Viva*.

Fundou o Colégio Sílvio de Almeida com o primo e marido, o poeta e filólogo Sílvio Tibiriçá de Almeida. O casal é convidado para fundar a Academia Paulista de Letras, onde ocupa a cadeira 8, em 1910. Além de *A Mensageira*, colaborou em diversos periódicos, dentre os quais *O Lutador*, em São Paulo, e *A Estação*, *A Semana* e *A Família*, no Rio de Janeiro. Adotava o pseudônimo de Perpétua do Vale. Faleceu em 13 de junho de 1944.

Carlos Costa salienta que ela teve três filhos, “causa ou efeito de sua extensa produção literária infantil, gênero de que foi uma das pioneiras entre nós. Entre seus livros [...] estão *Páginas Infantis* (1908) e *O Livro das Aves* (1914). Os afazeres domésticos não a impediram de continuar suas colaborações na imprensa e dar seu voo maior, o lançamento de uma revista escrita por e dirigida a mulheres.” (COSTA, 2012, p. 404).

³⁰ Palavra repetida.

³¹ Leitores.

De acordo com Vasconcellos (2004), o último livro de Prisciliana Duarte de Almeida foi *Vetiver*, de 1939, no qual é possível constatar que, apesar de certos vestígios, ela não aderiu ao Modernismo, mantendo o que lhe foi característico durante sua carreira, ou seja, uma dubiedade que a deixava “repartida entre uma retórica que se queria parnasiana e uma temática romântica.” (VASCONCELLOS, 2004, p. 412).

Eufrosina Miranda tem seu trabalho discutido no número 15 da revista, à página 9:

Eufrosina Miranda

Nasceu Eufrosina Miranda, na Bahia em 1893.

Em diversas revistas e jornais foram publicados os seus primeiros trabalhos.

Publicou o seu primeiro livro «Effluvios» em 1908, e a crítica que o acompanhou de perto, foi muito favorável á sua estréia. Divide-se o livro em duas partes: *Paginas Soltas e Flores e Cardos*. Manifestou-se na forma lyrica de grande talento. Singela e em phrases despidas do pessimismo que avassalava e avassala a época, Eufrosina Miranda deixou transparecer nos seus versos de grande sentimento, o seu coração ainda joven e esperançoso.

Entre as suas innumeras poesias, destacamos estas que são dois mimos de sentimento e delicadeza:

INTERROGAÇÃO

Aqui chegando achei tudo no escuro...
Faltou-me a doce luz de teus olhares
E inquiri soluçando aos salsos mares:
— Que é da Estrella Polar do meu futuro?

Debalde busco ver-te... Ao rocio puro,
A's ondas, aos serenos nenuphars,
Pergunto toda amor, toda sonhares:
— Que é da Estrella Polar do meu futuro?

Porém, noto que as ondas não respondem,
Que o rocio e o nenuphar triste se escondem
Mudos de dor em pranto amargo e duro.

Então chego a suppor-te um sonho, um mytho,
Ouvindo, embora o coração afflicto :
— Que é da Estrella Polar do meu futuro ?

A INFANCIA

A infancia é a bella quadra que a existencia
Transforma num fulgente paraizo,
Da qual se evola a divinal essencia
Que ovante se desprende de um sorriso
Da candida innocencia.

Nella o colibri, o prado, o monte,
Tem mais belleza, o mar tem mais bonança.
Em tudo descortina um horizonte,
Cheio da seiva de um viver insonte,
A trefega creança.

A's mães.

O' mães, este pequeno ser encerra
 Tudo que existe de sublime e puro.
 Sua alma tenra em sonhos loiros erra,
 E' somente por Deus lançada á terra
 Do perennal futuro.

E vós, que sois da Patria a resplendente
 Esperança de glorias no porvir,
 Se o quereis triumphante e esplandecente
 Nas muitas gerações que hão de vir,
 Salvae esta semente.

S. V.

De acordo com Ivia Alves, Eufrosina Amélia de Miranda nasceu em 23 de julho de 1880, não tendo sido possível especificar a data de sua morte, a qual, segundo indícios, teria ocorrido após 1930. Há divergência também em relação à data de publicação de *Eflúvios*, que, para a pesquisadora, ocorreu em 1909. Essa obra foi apresentada à sociedade pelo Dr. Bento Murilla, pois, como era de praxe, “quando se tratava de textos de autoria feminina, o livro teria de ser devidamente introduzido ao público por respeitado escritor ou crítico.” (ALVES, 2004, p. 971).

Eufrosina Miranda colaborou com vários periódicos, dentre os quais *A Paladina do Lar*, *Bahia Illustrada* e *Revista do Brasil*. Mudando-se para Feira de Santana/BA, abriu um colégio particular, onde, além dela, estudaram suas irmãs Áurea e Eulina, que também eram poetisas. Nenhuma das três se casou, “seguindo uma tendência nada incomum entre mulheres que se dedicavam ao ensino” (ALVES, 2004, p. 970) e à literatura.

Como se pode observar em “A infância”, alguns temas caros a Eufrosina Miranda eram a criança, a família e a pátria. Para Alves, o patriotismo “era, ainda, para a sociedade do início do século XX, um motivo obrigatório, pois se transformara na vertente política própria da realidade de um país novo, por conseguinte, de um país necessitado de maior consciência de cidadania e de estímulo para a formação dos seus futuros dirigentes.” (ALVES, 2004, p. 971).

Alves ainda assinala que, no que concerne ao amor, a posição da poetisa “é sempre pessimista e a voz lírica, na maioria das vezes, vem metamorfoseada em elementos da natureza, a fim de não parecer tão explícita, o que estava mais de acordo com o comportamento comedido que se espera da mulher. Em geral, o amor não é feliz, nunca se consuma a relação de troca do amor correspondido” (ALVES, 2004, p. 972). Pela leitura desses elementos, conclui-se que é possível a sua aplicação ao poema “Interrogação”.

Três autoras estão concomitantemente em ambas as categorias anteriormente elencadas, ou seja, tiveram seus trabalhos publicados em mais de um número, um com a sua biografia, e outro sem. São elas Auta de Sousa, Narciza Amalia e Ibrantina Cordona.

O número 5, na página 1, traz informações sobre Auta de Souza:

Auta de Souza³²

Poetisa brasileira, nasceu em Macahyba, Rio Grande do Norte, em 1876.

Era irmã do poeta Henrique Castriciano e do senador Eloy de Souza.

Sua educação effectuou-se no collegio S Vicente, em Pernambuco. (O meio religioso e a leitura de livros consagrados, fizeram com que a poesia, que nella era expontanea, fosse simples e singela.

Desde cedo orphã de pae e mãe, aos quatorze annos começou soffrer da molestia que a levou ao tumulo.

A cultura literaria fez-se irregularmente e sem possuir conhecimento de muitos escriptores, sua poesia é inspirada somente no mysticismo de seu espirito.

Em 1900 publicou um livro, o primeiro e unico, intitulado “Horto”, prefaciado por O. Bilac, que lhe notava com surpresa a ingenua sinceridade [...]³³ e afinal diz ser Auta de Souza uma poetisa de grande merecimento. Sua poesia assemelha-se com a de Casimiro de Abreu pela espontaneidade e por algumas feições de espirito, e se a morte não os arrebatasse tão cedo, ambos chegariam a occupar um dos mais altos logares na nossa poesia. A prova de que Auta de Souza é uma poetisa talentosa, deu-lhe a consagração popular na sua terra natal, onde todos os seus versos são conhecidos e alguns adoptados á musica, e o povo canta nelles o louvor a patria, tão merecedora: como o foi Auta de Souza.

Ao pé do tumulo

(Aos meus)

Eis o descanso eterno. . . no doce abrigo
Das almas tristes e despedaçadas;
Eis o repouso enfim. . e o somno amigo
Já vem cerrar-me as pálpebras cançadas

Amarguras da terra! eu me desligo
Para sempre de vós ...Almas amadas
Que soluções por mim, eu vos bemdigo,
O' almas de minh-alma abençoadas.

Quando eu daqui me for, anjos da guarda,
Quando vier a morte que não tarda
Roubar-me a vida para nunca mais.

Em pranto escrevam sobre a minha lousa
Longe da magua, enfim, no Céu repousa
Quem soffreu muito e quem amou demais

Lgrimas

(Ao meu irmão João Cancio)

³² Constância Lima Duarte e Zahidé Lupinacci Muzart grafam “Sousa”.

³³ Trecho ilegível.

Eu não sei o que tenho .. Essa tristeza
 Que um sorriso de amor nem mesmo aclara
 Parece vir de alguma fonte amara
 Ou de um raio de dôr na correnteza.

Minh'alma triste, n'agonia presa,
 Não compreende esta ventura clara,
 Esta harmonia maviosa e rara
 Que ouve cantar alem pela devesa.

Eu não sei o que tenho .. Esse martyrio,
 Essa saudade roxa como um lyrio,
 Pranto sem fim que dos meus olhos corre

Deve ser o suspiro doloroso,
 O estertor profundo e angustioso
 Do ultimo adeus de um coração que morre!

Estes dous sonetos que aqui transcrevemos mostram aos leitores como era³⁴ singela,
 doce e maviosa a Lyra de Auta de Souza.
 Um anno depois que publicou o «Horto», falleceu.

Airam

Auta de Sousa nasceu em 12 de setembro de 1876, em Macaíba, Rio Grande do Norte, e faleceu, tuberculosa, no dia 07 de fevereiro de 1901, tendo sido enterrada em Natal.

Em 1900, é publicado *Horto*, seu único livro de poemas, prefaciado por Olavo Bilac, o qual encontrou boa acolhida por parte da crítica nacional. Há quatro edições conhecidas da obra, e em um ponto “os autores dos prefácios parecem concordar: todos enfatizam o caráter místico e religioso da poesia de Auta de Sousa e a recorrência do tema da morte.” (DUARTE, 2004, p. 760).

Duarte destaca os “acentuados traços simbolistas” da poesia de Auta de Sousa. Entretanto, Muzart pondera que a classificação dessa poesia como simbolista por estudiosos como Alfredo Bosi e Massaud Moisés é passível de discussão, alegando que

Auta de Souza não me parece ser simbolista nem mística, filiando-se ao romantismo dos poetas mais populares como Casimiro de Abreu e Laurindo Rabelo. Isso não invalida a importância da poesia de Auta de Souza. Assim como Auta, Casimiro de Abreu e Laurindo Rabelo foram grandes cultores da natureza, da infância, da inocência. Encontram-se, pois, na poesia de Auta muitas características desse tipo de poesia: valorização da natureza, importância da flora [...], religiosidade ingênua, tom simples da linguagem, adjetivação abundante, o uso da redondilha maior [...] (MUZART, 1991, p. 152-153).

Duarte ressalta que a poetisa “contribuiu em muito para o cancionário potiguar com sua poesia musicada e romântica.” (DUARTE, 2004, p. 762). Nesse sentido Muzart explica que

³⁴ Pelo contexto, pode-se deduzir que foram utilizadas as palavras “como” e “era”, pois estão ilegíveis.

“Auta continua esse veio popular do romantismo que se inspira das legítimas fontes da cultura popular e que continua até hoje, na poesia do povo.” (MUZART, 1991, p. 153). E complementa: “Auta de Souza, alimentada por leituras de cunho popular, formada em colégio de freiras, com acanhados horizontes, reflete na poesia sua formação: leituras simples (populares), sem erudição, sem sofisticação. De formação religiosa católica voltou-se para o povo para quem ela escreveu.” (MUZART, 1991, p. 152).

O número 13 de *A Sempre-Viva*, nas páginas 8 e 39, traz dois poemas de Auta de Sousa. Ei-los:

Estrada a fóra
 Ella passou por mim toda de preto,
 Pela mão conduzindo unia creança,...
 E eu cuidei ver ali uma Esperança
 E uma Saudade em pallido duetto.

Pois, quando a perda de ura sagrado affecto
 De lastimar essa mulher não cança,
 Numa alegria descuidosa e mansa
 Passa a creança, o beija-flôr inquieto.

Também na Vida o goso e a desventura
 Caminham sempre unidos, de mãos dadas
 E o berço ás vezes leva á sepultura...

No Coração — um horto de martyrios!
 Brotam sem fim as illusões douradas
 Como nas campas desabrocham lyrios.

Note-se, nesse soneto, a presença de dois elementos aludidos por Muzart, quais sejam, a fauna (alada) e o sentimentalismo.

Luz e Sombra

A' mimosa poetisa Anna Lima

Vamos seguindo pela mesma estrada,
 Em busca das paragens da Illusão;
 A alma tranquillã para os céos voltada,
 Lyra suspensa sobre o coração.

Ris e eu soluço... (Loucas peregrinas!)
 E em toda a parte, aonde nós passamos
 Deixo chorando os olhos das meninas,
 Deixas cantando os pássaros nos ramos! ...

Porque elles amam a tua voz canora,
 O' delicado sabiá da matta!
 E eu lembro a triste jurity que chora
 E a voz dorida em lagrimas desata.

Gostam de ver-te o rosto de creança,
 Limpo das nevoas de um martyrio vago,
 O lábio em riso, desmanchada a trança,
 No olhar sereno a candidez do lago.

Até perguntam quando sobre a areia
 Em que tu pisas vão nascendo rosas:
 «Bella creança, timida sereia,
 Irmã dos sonhos das manhãs radiosas...

Porque trilhando a terra dos caminhos
 Onde o teu passo faz brotar mil flôres,
 Esta velhinha vae deixando espinhos
 E um longo rastro de saudade e dôres?»

Não lhes responde... Pela mesma estrada
 Sigamos sempre em busca da Illusão;
 A alma tranquilla para os céos voltada,
 Lyra suspensa sobre o coração.

Vamos... desprende a doce voz canora,
 Que ella afugenta da Tristeza o açoite...
 Emquanto elevas o teu hymno á aurora,
 Eu vou rezando as orações da noite.

No poema acima, observam-se a presença da religiosidade e a valorização da natureza, a importância da flora e novamente da fauna alada, pois juriti é o nome de outra ave.

Outra escritora cujo trabalho é discutido por *A Sempre-Viva* é Narciza Amalia, cuja vida e obra são apresentadas tanto no número 4, na página 1, quanto no número 17-18, na página 10:

Narciza Amalia³⁵

Narciza Amalia nasceu na cidade de São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro, a 3 de Abril de 1852.

Com 20 annos publicou as «Nebulosas», livro que nos encanta pelas bellas poesias que encerra.

Num logar que não possuia os elementos necessarios para o cultivo da poesia, Narciza Amalia apparece, e é uma das primeiras brasileiras que teve o arrojo, no dizer daquelle tempo, de publicar as poesias, fructos duma brilhante intelligencia.

Além das «Nebulosas» acham-se espalhadas em jornaes e revistas, muitas poesias que se distinguem pela simplicidade com que foram escriptas. Persanha de Povo no prefacio desse livro diz ser Narciza Amalia um dos mais formosos talentos femininos que têm apparecido. As suas imagens são inspiradas e ha poesias que nos admiram como dum meio tão acanhado, surgiu uma tão talentosa poetiza.

Aqui transcrevemos uma de suas mais bellas poesias:

SAUDADES

1. Tenho saudades dos formosos lares,
 Onde passei minha feliz infância;
 Dos valles de aulcissima fragrancia;
 Da fresca sombra das gentis palmares.

³⁵ Aparecida Maria Nunes e Nelly Novaes Coelho grafam “Narcisa Amália”.

2. Minha plaga querida! Inda me tembro
 Quando atravez de nevoas do occidente
 O sol nos ascenava adeus longuente
 Nas balsamicas tardes de Setembro.
3. Lançava-me correndo na avenida
 Que a laranjeira enchia der perfumes,
 Como escutava tremula os-queixumes
 Das auras, na lagoa adormecida.
4. Eu era de meu pae pobre poeta,
 O astro que o porvir illuminava,
 Da minha mãe, que louca me adorava,
 Era na vida a rosa predilecta.
5. Mas . . . tudo se acabou. A trilha olente
 Não mais percorrerei desses caminhos ...
 Não mais verei os miseros anjinhos
 Que aqueciam a minha mão algente!
6. Correi ó minhas lagrimas sentidas
 Do passado no arido sudario;
 Bem longe está o cimo do Calvario,
 E já as plantas sinto tão feridas!...
7. Ai que seria do mortal afflicto
 Que tomba exangue á provação cruenta,
 Se no marco da estrada poeirenta
 Não divizasse os gozos do infinito?! ..
8. Abrem-me n'alma as dôres da saudade
 Um sulco de profundas agonias
 Morreram-me p'ra sempre as alegrias...
 Só me resta um consolo... a eternidade!...

Airam.

O LAGO

Calmo, fundo, translucido, amplo o lago
 Longe, tremulo, tremulo, morria,..
 No seu limpido espelho a ramaria,
 Curva, de um bosque punha sombra e afago.

Terra e céo, ondulando, eram na fria
 Tela fundidos! O queixume vago
 Que a agua modula, de ambos parecia,
 Solto, ululante, intermino, presago!

— «Trecho vulgar de sitio abstruso e agreste»
 Talvez; mas todo o encanto que o reveste
 Sentisses; contemplasses-lhe a belleza;

Commigo ouvisses-lhe a mudez que fala,
 E sorverias no frescor que o embala
 Todo o alento vital da Natureza!

Narciza Amalia de Campos

Narcisa Amália de Oliveira Campos (03/04/1852 – 24/06/1924) foi uma mulher à frente de seu tempo, dentre outros motivos, porque se separou duas vezes. Mudando-se para Resende/RJ, casa-se aos 14 anos com João B. da Silveira, um artista ambulante. Separada dele, contrai novas núpcias com Francisco Cleto da Rocha, conhecido como “Rocha Padeiro”, em 1880. Porém, diferenças de ordem intelectual serão inconciliáveis entre o casal.

Narcisa Amália é considerada a primeira mulher repórter do Brasil. Entretanto, não há textos ou documentos que corroborem, até o momento, tal assertiva. Simpatizante de Nísia Floresta, torna-se destacada defensora dos oprimidos e dos direitos da mulher.

Foi colaboradora ativa do jornal *O Sexo Feminino*, compartilhando com Francisca Senhorinha a visão de que a instrução feminina propicia uma sociedade melhor. De acordo com Nunes, em seu artigo “A nossa instrução”, publicado no número 6 desse periódico, em 11 de outubro de 1873,

Narcisa constata que a mulher do oitocentos não passa de uma bela orquídea que busca um apoio e que ‘elada a ele vegeta sem consciência da própria existência.’ A imagem que a poetisa emprega para demonstrar a condição feminina da segunda metade do século XIX reveste-se de ironia cáustica, quando complementa que tal mulher ignora que ‘é no seu cérebro ocioso, que é no seu espírito caprichoso e frívolo que repousam os germens desse bem estar social que o povo em vão implora às leis e aos governos que nos regem’. (NUNES, 2014, p. 103).

Nebulosas foi elogiada por nomes como Sílvio Romero e Machado de Assis. Embora a estética parnasiana já houvesse se espreado ao tempo de Narcisa Amália, Coelho ressalta que “sua poesia ainda está ligada à exaltação subjetivista romântica, que exigia dos poetas total sinceridade, sentimentalidade e fundo sentimento da natureza” (COELHO, 2002 b, p. 501), o que se pode observar no poema “O lago”.

Ibrantina Cordona também é retratada em dois momentos de *A Sempre-Viva*: a biografia está na primeira página do número 7 e a página 12 do número 12 traz outro de seus poemas.

Ibrantina Cordona³⁶

Nasceu Ibrantina Cardona, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Desde joven que se dedicava às letras vibrando em sua lyra versos maviosos e perfeitos. Em 1898, publicou «Os Plectros» livro este que ficou logo conhecido e chamou a atenção dos críticos para a escriptora, pela forma perfeita e pelos conceitos profundos e admiráveis.

Aqui damos ao prezado leitor o ensejo de ler dous sonetos seus e deixamos a seu criterio formar uma justa concepção da poetisa brasileira.

³⁶ Há divergência entre o título e a primeira linha do artigo ao grafar o nome da autora.

Ave Maria

Tarde de Agosto. Ao longe o horizonte esmorece
Na agonia do sol; e sobre a terra unvida
De tristeza se estende o crepusculo. Desce
Silente a noite; cessa o bulicio da vida.

Num morbido langor, toda terra abatida
Parece meditar aos poucos, se entristece
A humanidade. Paira em tudo a indefinida
Mudez ; e, em mysticismo envolto sobe a prece.

Das nuvens atravez, a lua religiosa
Expira ... Ha pelo espaço angustias de noivado. .,
Ha saudades da amante ausente e lacrimosa.

E o Angelus echoa, compassado
Como um³⁷ dobre de morte; echo ... e, suspirosa
Minh'alma se ajoelha ante o altar do passado.

Após o festim

Pouco a pouco esmorece o delirio na sala,
Sob arcos de festões morre a luz de aurea esteira ...
De humana exudação um forte odor trescala,
E o ambiente corrompido a vinho e a nardo cheira.

O resto do festim no mosaico resvala
Taças gregas, ideaes e véos de bailadeira,
Diademas de nobrezas e tunicas de gala
Rolaram na expansão da orgia derradeira...

Aos accordes finaes das musicas lascivas
Quedou-se de cansaço a erotica loucura,
No somno de embriaguez aquietam-se os convivas.

Silencio em tudo agora; e noite alta, irradia,
Atrio a dentro, espalhando o luar que fulgura.
Somente a lua vela os destroços da orgia.

Maria Julia Avelino Leite

O número 12 traz mais um poema de Ibrantina Cordona:

Um retrato

A Laura Cortines

E' alta, esbelta, pallida e franzina,
De grandes olhos cheios de tristeza;
Corôa-lhe a cabeça altiva, presa
Em farta trança, a cabelleira fina.

Não tem a formosura que fascina,
Nem as linhas correctas da belleza.
E é preciso que diga com franqueza:
Falta-lhe ainda a graça feminina.

No trato é fina, e ás vezes descuidosa;

³⁷ Deduz-se que seja a palavra “um”, pois está grafada “uw”.

Detesta o baile e as valsas doudejantes;
 Gosta de versos e também de prosa.
 Poderia ajuntar mais um defeito.. .

Mas supponha que os traços são bastantes,
 — Dou-te, pois, o retrato como feito.

IBRANTINA CORDONNA.

Em consonância com Muzart (2004), Ibrantina Froidevaux de Oliveira nasceu, em 11 de outubro de 1868, em Nova Friburgo/RJ. Há aqui, então, uma divergência quanto aos dados apresentados por *A Sempre-Viva*. Entretanto, morou, efetivamente, no estado gaúcho.

Recebeu educação esmerada, tocando muito bem bandolim e piano. Casa-se, contra a vontade paterna, em 23 de maio de 1891, com Francisco Cardona, incentivador de pequenos artistas em seu jornal *A Comarca*. Sua vida conjugal é controvertida, mas consta que o marido isolou-a da sociedade, mantendo-a trancada em uma casa. Em sendo verdadeira tal hipótese, surge o questionamento acerca de como ela teria conseguido publicar livros e colaborar em revistas, como foi o caso das participações em *A Mensageira* e no *Almanaque de lembranças luso-brasileiro*.

Muzart afirma que a trajetória de Ibrantina Cardona vai do estilo romântico, no início de sua carreira, ao parnasianismo, e “do parnasianismo ao romântico mais uma vez. Tudo isso, aparentemente, sem qualquer preocupação com a crítica.” (MUZART, 2004, p. 434). Muzart assevera, ainda, que os poemas parnasianos de Ibrantina Cardona assemelhavam-se aos de Francisca Júlia.

Resta agora tecer comentários acerca das escritoras pertencentes à segunda categoria, quer dizer, as que tiveram seus trabalhos publicados sem qualquer dado biográfico ou explicação bibliográfica. Comente-se, inicialmente, sobre Amélia Beviláqua.

Amélia Carolina de Freitas Beviláqua nasceu no Piauí, em Jerumenha, em 06 de agosto de 1863, e faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1946. Iniciou seus estudos no Maranhão, concluindo-os em Recife. Em 1883, casou-se com o jurista Clóvis Beviláqua, que elaborou o Código Civil de 1916 – não, porém, sem um contratempo: de acordo com o *Dicionário Mulheres do Brasil* (2000), o pai de Amélia, seguindo os costumes da época, queria que Clóvis contraísse matrimônio com a irmã mais velha dela. Segundo consta, a união entre Amélia e Clóvis, além de ter durado 63 anos, foi intelectualmente produtiva, visto que escreveram a quatro mãos *Literatura e direito* (1907), e também redigiram a revista *Sciencias e*

Letras.

Em 1898, começou a escrever em jornais de Recife. Publicou artigos assinados com o pseudônimo A.F.B. na *Revista do Brasil*, em São Paulo. Em 1902, também na capital pernambucana, Amélia e outras intelectuais, como Úrsula Garcia, fundaram *O Lyrio*, revista de literatura exclusivamente feminina cujas bandeiras eram a igualdade de direitos e a educação das mulheres, e que abrigava em suas páginas um amplo espectro de tendências. Em conformidade com Algemira de Macêdo Mendes, “a revista apoiava-se, em especial, na literatura: poesia, principalmente, crônicas, contos, críticas e comentários literários”, constituindo-se em um elo entre as intelectuais daquele período, visto que suas redatoras “tinham uma grande rede de correspondência em mais de trinta cidades em vários estados. Esse fato vem confirmar [...] a divulgação das ideias, o circuito de solidariedade e o empenho na correspondência dessas jornalistas em formação.” (MENDES, 2012, p. 53). A autora também tece considerações acerca da imprensa feminina que também são atinentes à análise de *A Sempre-Viva*:

era comum os periódicos femininos publicarem versos de dedicatória ou laudatórios. Com isso, era mostrado o poder do apoio mútuo e quem sabe este poderia consistir [...] em uma tentativa de formação do sistema literário. Essa constante atenção, ao referir-se a outra companheira de letras, [...] foi sempre de substancial importância para o agrupamento. Os periódicos femininos foram realizados assim e conseguiram vencer enormes distâncias e dificuldades na vastidão do Brasil, em meio a contribuições que chegavam de longe, [...] conseguindo fazer com que outras companheiras se estimulassem a produzir e divulgar suas produções literárias. (MENDES, 2012, p. 53-54).

Amélia Beviláqua foi membro da Academia Piauiense de Letras, mas, por ser mulher, não conseguiu entrar para a Academia Brasileira de Letras, a exemplo de Júlia Lopes de Almeida (cabendo esse mister a ninguém menos que seu marido, o português naturalizado brasileiro Filinto de Almeida). Em 1930, quando se candidatou à cadeira deixada por Alfredo Pujol, teve o nome recusado “depois de acirrada polêmica interna a respeito do regimento, na qual prevaleceu a interpretação de que este só permitia a candidatura de escritores homens. [...] Como é público, somente no último quartel do século XX, mais precisamente em 1977, o sexismo foi rompido naquela instituição” (MENDES, 2012, p. 57; MUZART, 2004, p. 256-257³⁸) com a eleição de Rachel de Queiroz.

O número 13 de *A Sempre-Viva* traz um texto de Amélia Beviláqua, reproduzido a seguir,

³⁸ Os dois textos são a tal ponto similares, quando não idênticos, que, na impossibilidade de identificar sua autoria, optou-se por citar ambas as autoras.

que espelha a concepção idealizada de mãe à qual alude Badinter:

Cartões postaes

Se a flor mimosa de um sorriso de criança é a mais casta e suave, o carinho de uma boa mãe é também o mais tocante e o mais santo.

Que importa saber mais?

A vida resume-se, tantas vezes, no infinito caricioso de um olhar que se ama, que nos acompanha pelos desertos intermináveis, e até mesmo pelas solidões apavorantes, como estrellas, anjos do céu, guiando o viajante que se perdeu no caminho.

*

* *

Se não houvesse tempestades e duvidas no coração, a vida teria mais encantos, a estrada triumphal, que se percorre buscando acelerado a felicidade, teria sempre a superfície lisa, sem agruras nem espinhos, as flores mais perfumosas, a gloria e o amor mais perfeito.

O número 8 da revista ora analisada traz, na página 7, uma contribuição de Ada Macaggi:

A estrella e a flôr

A' hora silenciosa, á hora doce e encantada.

Quando á paz do jardim desce o beijo do luar

— Uma a rir em perfume, outra em oiro a cantar,

Amo a flor perfumosa e amo a estrella doirada.

Sinto-as, irmãs, num mysterioso cochichar,

Dentro da noite ideal, de sonho povoada,

E, á suave emoção do sonho acorrentada,

Se aos lábios levo a fiôr, julgo a estrella beijar.

A alma rosea da flôr, e a alma de oiro da estrella

No perfume e na luz de carícia envolvente,

Confundo-as pela noite enluarada e bella.

E, ao meu lindo sonhar que a confusão asyla,

Não posso distinguir da phantasia ardente,

Se a estrella é que perfuma ou se é a flôr que scintilla !

Ada Macaggi

De acordo com informações colhidas no site do Centro de Documentação de Literatura de Autoria Feminina Paranaense/Universidade Estadual de Maringá, Ada Macaggi Bruno Lobo nasceu em 1906, em Paranaguá/PR, e morreu no Rio de Janeiro, em 1947, tendo seu falecimento sido noticiado na edição 16494 do *Diário da Tarde*. Foi professora, musicista e uma das primeiras escritoras a conseguir viver dos lucros auferidos com a sua produção literária. *Vozes efêmeras* (1927) e *Taça* (1933) são alguns dos livros que publicou.

Além de *A Sempre-Viva*, também colaborou com outros periódicos paranaenses, como *O Itiberê* e *Diário do Paraná*, e cariocas, como *Fon-fon!*. Na obra *Antologia didática de escritores paranaenses*, de Elvira Meireles, América da Costa Sabóia e Hellê Vellozo Fernandes, são tecidos comentários sobre a autora com o conhecido tom hiperbolicamente elogioso, tais como

“Ada Macaggi vive na plenitude de cada verso que escreveu.” (MEIRELES; SABÓIA; FERNANDES, 1970, p. 140-141).

A Sempre-Viva publica, na página 34 do número 13, uma composição de Cecília Meirelles:

Intermezzo

Eu tinha esta alma toda iluminada,
Como as villas fantasticas das éras
Dos dragões, salamandras e chiméras
De um sonho remotíssimo de fada...

Eu tenho esta alma toda de tristezas
Vestida, e luto e lagrimas e opalas...
— Porque os Degolladores de Princezas
Por mim passaram para degolla-las...

Cecília Meirelles

Cecília Meirelles nasceu no Rio de Janeiro, em 07 de novembro de 1901, onde faleceu em 09 de novembro de 1964. Nas palavras de Coelho, “é a grande voz feminina da poesia brasileira.” (2002 b, p. 113).

Dentre todas as autoras publicadas por *A Sempre-Viva*, provavelmente apenas Cecília Meirelles tem seu nome reconhecido nacionalmente, sendo, conforme já comentado no início desta seção, amplamente legitimada pela crítica. Por esse motivo, sua obra não será objeto de análise detalhada neste trabalho.

Outra escritora trazida por *A Sempre-Viva* é Rosalina Coelho Lisboa, presente na página 3 do último número da revista:

CONFITEOR

Meu coração, no cháos da vida impura
Ermado de illusões e amores passa,
E o orgulho — que o resguarda, qual couraça
De esperanças e saudades o depura.

Lucto, e na lucta em que meu ser se apura,
Espero a morte, sem temer-lhe a ameaça,
E prefiro a verdade da desgraça
A' estulta falsidade da ventura.

Pisando espinhos pela vida em fóra,
Oppoedo a todo o sonho o meu desdem,
Forte no sacrificio, hora e mais hora

Recebo o alento que da dor provém,
— Porque na dor minh'alma se avigora
Para a renuncia, que é o supremo bem.
Rosalina Coelho Lisboa.

Rosalina Coelho Lisboa, já mencionada na seção 3.2 deste trabalho, nasceu no Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1900, e faleceu em 1975. Além de romancista e poetisa, era também jornalista e diplomata. Colaboradora de periódicos como *Jornal do Brasil*, *Revista da Semana* e *O Jornal*, seu romance de estreia é *Seara de Caim*, de 1952, que, na época, obteve grande êxito. Sua obra foi galardoada com várias distinções, como a Rosa de Ouro, do Uruguai, e a Oficial Ordem do Mérito, do Chile.

Na sequência, serão feitos comentários acerca de Francisca Júlia, poetisa paulista. Francisca Júlia da Silva Münster nasceu em Xiririca, atualmente Eldorado, em 31 de agosto de 1871³⁹, falecendo em São Paulo, em 10 de novembro de 1920. Pertencente à estética parnasiana, praticou a “arte pela arte”, adotando “a austeridade formal do Parnasianismo francês: a palavra justa, plástica e sonora, a impossibilidade emotiva ou o domínio rigoroso das emoções soltas” (COELHO, 2002 b, p. 217).

Com somente 20 anos, publicou, em *O Estado de S. Paulo*, seus primeiros sonetos. Divulgou seu trabalho em diversos periódicos, como *Correio Paulistano* e *Diário Popular*, de São Paulo, e em *O Álbum* e *A Semana*, do Rio de Janeiro. Bosi afirma que, segundo o crítico Péricles Eugênio da Silva Ramos, “talvez só ela tenha atingido sistematicamente as condições de impassibilidade que o Parnasianismo, em tese, reclamava” (BOSI, 2006, p. 230). Posteriormente, porém, adere ao Simbolismo, mais afinado “com as inquietações religiosas da sua maturidade: em *Esfinges*, já aparecem exemplos nítidos dessa nova postura espiritual e artística.” (BOSI, 2006, p. 230).

Ciente da dificuldade em competir com os poetas contemporâneos, obriga-se a compor como um homem, e é nessa perspectiva que vários críticos receberam o livro inicial de Francisca Júlia. Segundo Coelho, consta que, lendo seus poemas, João Ribeiro, árbitro da intelectualidade de então, “não acreditou que fossem de autoria de uma mulher e atribuiu-os a uma mistificação feita por Raimundo Correia.” (COELHO, 2002 b, p. 217). Admitida a autoria, Francisca Júlia teve seu nome reconhecido, recebendo críticas enaltecedoras de expoentes como Araripe Júnior e Olavo Bilac, para quem “os seus versos não têm o falso pudor e a monótona lamúria que, em geral, se encontram nos versos de mulheres.” (MUZART, 2004, p. 608). Outras críticas, não obstante elogiosas, “trazem o mesmo pensamento intolerante do homem quanto à produção

³⁹ Alfredo Bosi traz como 1874 como o ano de nascimento de Francisca Júlia, enquanto Zahidé Lupinacci Muzart e Nelly Novaes Coelho, em seu *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*, trazem 1871.

literária da mulher.” (MUZART, 2004, p. 608). Assim, a recepção ao trabalho da poetisa oscilou entre a completa indiferença ou a um excesso de aprovação – tal grau de anuência conduz à reflexão de que havia, segundo Muzart, “um mecanismo de cunho ideológico, patriarcal, paternalista.” (MUZART, 2004, p. 609).

Em 1909, casa-se com Filadelfo Edmundo Münster – tardiamente, para os padrões da época, pois tinha 37 anos. A ser verdadeira a hipótese levantada por Muzart, esse fato deve tê-la constrangido sobremodo, a tal ponto que o registro do casamento informa ter a noiva 29 anos. Conforme já comentado neste trabalho, se as moças não se casassem, a partir de determinada idade, carregariam a pecha de “solteironas”, estando sujeitas aos comentários maledicentes da sociedade. Em 1920, no dia do enterro do marido, foi achada morta, possivelmente por ingerir alguma droga.

O número 17 de *A Sempre-Viva* apresenta, na página 2, “Amor descoberto”:

Amor descoberto
Quando molhei num beijo a face tua
(Era já noite). Quem nos viu ness'hora ?
Viu-nos a escura noite, a branca aurora
A loura estrella e a prateada lua...

Baixou-se a estrella e disse ao mar absorta;
O mar ao remo, o remo ao marinheiro,
E este, alta noite, sob o nevoeiro,
Cantou-o, então, da sua noiva á porta.

FRANCISCA JULIA

E o número 13, na página 30, traz “Balada”, publicado na obra *Mármore*s e republicado em *Esfinges*.

BALLADA
«Eu vou partir. A noite já desmaia,
Parto, por isso, candida princeza,
Venho beijar as mãos á Vossa Alteza...
Botes e náos esperam-me na praia.

Tenho, de certo, de soffrer azares,
Dores soffrer, mas hei de, com denodo,
Pugnas vencer e conquistar de todo
Terras extranhas e remotos mares...

Não sei si morrerei; mas se, princeza,
Através de procellas e de escolhos
A negra morte me fechar os olhos,
Eu morrerei pensando em Vossa Alteza.

Mas, forçoso é partir; adeus, senhora...»
«Conde, adeus...» murmurou, baixando a fronte.
A noite desmaiava. No horizonte

Já se movia o sequito da aurora

E ella, a princeza, immersa num lethargo,
Ficou olhando a vastidão do oceano.
Rompeu, emfim, o sol. E, a todo o panno,
A aventureira não se fez ao largo...

FRANCISCA JULIA

Nesse poema de 1893, observa-se que o homem parte para participar de aventuras, enquanto a mulher adota uma postura contemplativa. Consoante Muzart, “à mulher do século XIX só é dado esperar, ocupando um ‘lugar marcado’ feito de estereótipos. [...] Olha para largos horizontes, sonha com viagens e aventuras mas a aventureira não se fará ao largo, manietada por deveres impostos por uma sociedade e, igualmente, por uma estética masculina.” (MUZART, 2004, p. 610).

A próxima autora a ter seu trabalho discutido é Júlia da Costa. Júlia Maria da Costa nasceu em Paranaguá/PR, em 1º de julho de 1844. Quando contava dez anos, seu pai faleceu, e a mãe mudou-se para sua terra natal, São Francisco do Sul/SC.

Estudos diversos retratam-na de maneira contraditória. Apaixonada pelo poeta Benjamin Carvoliva, sofre pela falta de assertividade dele, relutante em assumir um compromisso. Premida pela família, casa-se por conveniência com o Comendador Costa Pereira, vinte e nove anos mais velho. Quatro anos após o matrimônio, Carvoliva regressa a São Francisco do Sul, e eles retomam a troca de correspondências. A certa altura, a poetisa, em uma atitude ousada para a época, posto que era esposa do líder do Partido Conservador de uma pequena cidade, propõe que eles fujam. A resposta do poeta: o silêncio.

Diante de mais essa desilusão, Júlia da Costa passa a cumprir extensa agenda social, começando a usar muitas joias e a maquiarse. Também muda seu cabelo para a cor preta, atitude adotada, então, somente por artistas e meretrizes. Quando seu esposo falece, ela ressentese da progressiva solidão, e, acreditando que as pessoas riam dela, decide encerrar-se em seu casarão nos oito últimos anos de sua vida, sendo assistida apenas por duas fiéis criadas. Morreu, louca, em 02 de julho de 1911.

A poesia de Júlia da Costa destaca-se pelos temas românticos “da ausência e da perda, da dor de viver, da angústia ou do desejo da morte, da falta de esperança e da solidão”, (MUZART, 2011, p. 15), bem como por aqueles de caráter patriótico. Escreveu regularmente em periódicos de cidades como Paranaguá, Joinville, São Francisco do Sul, Curitiba e Florianópolis.

Atestando a qualidade da obra de Júlia Maria da Costa, na qual era observável “uma

tentativa de liberação dos modelos e de rejeição dos valores impostos”, Muzart afirma que a vida dessa poetisa “não obedece aos padrões vigentes para a mulher brasileira do século XIX.” (MUZART, 2000, p. 405-406). Assevera, ainda, que ela foi “uma mulher que se antecipou à sua época e que, por isso, muito sofreu.” (MUZART, 2000, p. 401).

No número 13 de *A Sempre-Viva*, na página 38, há a seguinte publicação da poetisa:

O Poeta
O poeta é a flôr que desabrocha tímida
Ao sol da vida que dá luz ao val!
E' o orvalho doce de gentil aurora
Em tímido rosal!

E' o cyrio ardente do uma crença santa
Que o mundo aponta ao descahir do dia!
E' um'alma crente que se une aos anjos
Em mágica harmonia! 1

O poeta é a luz que rutila vivida
Nos verdes campos da feliz mansão!
E' um sorriso que desmaia tremulo
A' voz do coração!

O poeta é o genio que dá vida á terra,
Dá voz á brisa, dá perfume ao mar!
E' o cysne lindo que desprende as azas
Em tremulo anciar!...

JULIA DA COSTA.

É pertinente observar que o tema do poeta estava presente nas cartas trocadas com Benjamin Carvoliva, conforme se pode verificar neste excerto: “um poeta é nada para o homem sem prestígio, para a jovem sem cultura, para esse povo rude que encara tudo pelo lado do interesse, e que só tem em si uma ideia: Ouro! Enriquecer para deslumbrar o mundo com suas riquezas. Para estes, o poeta é nada, mas, para aquele que encara a vida pelo lado espiritual, para aqueles, o poeta é tudo.” (MUZART, 2011, p. 15).

Na sequência, discutir-se-á o trabalho de Gilka da Costa de Melo Machado, nascida em 12 de março de 1893, no Rio de Janeiro, cidade onde também veio a falecer, em 17 de dezembro⁴⁰ de 1980. Descendente de família de artistas, ganhou, ainda adolescente⁴¹, um concurso promovido pelo periódico *A Imprensa*⁴², dirigido por José do Patrocínio Filho,

⁴⁰ Segundo Juliana de Souza da Silva, em sua Dissertação de Mestrado intitulada *Uma leitura de Cristais Partidos*, de Gilka Machado, pelo viés do imaginário, apresentada à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2014.

⁴¹ Maria Lúcia Dal Farra afirma que tal fato ocorreu quando Gilka contava com 14 anos, e para Nadia Battella Gotlib, aos 13 anos.

⁴² Maria Lúcia Dal Farra considera *A Imprensa* um jornal, enquanto Nadia Battella Gotlib refere-se ao periódico como revista.

arrebatando os três primeiros lugares, condição viabilizada por intermédio da utilização de pseudônimos. Casou-se, em 1910, com o poeta e jornalista Rodolfo Machado. No mesmo ano, participou da fundação do Partido Republicano Feminino.

Em conformidade com Maria Lúcia Dal Farra, o comportamento formal de Gilka “a pende para uma fase de sincretismo literário, de convergência de parnasianismo e simbolismo, de *mélange* de movimentos de *fin-de-siècle* [...]. Oficialmente, ela pertenceria ao limbo literário conhecido como Pré-Modernismo”. (DAL FARRA, 2017, p. 25).

Em 1915, publicou *Cristais partidos*, seu primeiro livro, onde se encontram estes sonetos, publicados nas páginas 7 e 8 do número 11 de *A Sempre-Viva*:

Bailado das ondas

Vêde-as; eil-as que vêm — eternas bailarinas,
para a festa nocturna e fádica do luar;
segue-as o côro alegre das ondinas;
vêde-as: eil-as que vêm, todas juntas, bailar.

Corpos nús, braços nús, que flavas serpentinas
cingem, abstractas mãos de brancura polar
surgem, despetalando orchideas argentinas
sobre a pelucia azul do tapete do mar.

De quando em vez, na praia, uma a sorrir se apruma,
sobe num rodopio e alva como de espuma
desnastra, serpenteando o leve corpo no ar.

E a Lua, erguendo a fronte eburnea e scismadora,
deixa rolar no azul a cabelleira loura,
pela praia alongando o indiferente olhar.

É interessante observar as diferenças desse poema na publicação da obra de Gilka Machado intitulada *Poesia completa* (2017). As discrepâncias estão em negrito:

Bailado das ondas

Vede-as; ei-las que vêm — eternas bailarinas,
para a festa noturna e fádica do luar;
segue-as o coro alegre **e alacre** das ondinas;
vede-as: ei-las que vêm, todas juntas, bailar.

Seios nus, braços nus, que **fiavas** serpentinas **cingem**,
abstratas mãos de brancura polar,
surgem, despetalando orquídeas argentinas
sobre a pelúcia azul do tapete do mar.

De quando em vez, na praia, uma a sorrir se apruma,
desliza, **rodopia** e alva **coma** de espuma
desnastra, **erguendo** o corpo **em bamboleios** no ar.

E a lua, **entre coxins**, **muito pálida e loura**,

**em serena mudez de nobre espectadora,
pelas ondas alonga** o indiferente olhar.

E, para efeito de comparação, foi consultada outra edição com a obra completa de Gilka Machado: trata-se de *Poesias completas* (1978), que traz diferenças em relação à versão de 2017 na segunda estrofe, apresentada a seguir (note-se que ambas têm atualização ortográfica):

[...]
Seios nus, braços nus, que **flavas** serpentinadas
cingem, abstratas mãos de brancura polar,
[...]

A versão de 1978 traz o vocábulo “flavas” – que significa uma erva também conhecida com “feno-de-cheiro”, segundo o *Novo Dicionário Aurélio* (1975) e o *Novíssimo Aulete: Dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (online) –, coincidindo, assim, com a revista. Além disso, é possível, realmente, concluir que a palavra “cingem” não pode estar no primeiro verso da segunda estrofe, como consta na versão de 2017, pois comprometeria o padrão de rimas ABAB. Quanto às diferenças com o soneto publicado em *A Sempre-Viva*, não foi possível localizar uma edição a que as redatoras pudessem ter tido acesso em meados da década de 1920 para proceder-se a um cotejamento.

Contudo, tanto a versão de 1978 quanto a de 2017 diferem de *A Sempre-Viva* no uso do vocábulo “fádica”, no segundo verso da primeira estrofe, grafando-o “fadica”. Ora, de acordo com o dicionário Caldas Aulete (versão online), o adjetivo “fádico” significa “próprio de fada”, “encantador”, enquanto não foi encontrado registro para “fadico”, tampouco no dicionário Aurélio.

SEMPRE-VIVA⁴³

Sempre-Viva, teu nome exprime quanto vales,
e, embora te não desse aroma a Natureza,
quem, como eu, padecer o maior dentre os males,
por força ha de exalçar-te a original beleza.

Quer abroches num horto ou na campa assignales
uma grata lembrança eternamente accesa,
vive essa chamma de ouro inserida em teu calix,
como um sol que a surgir illumine a deveza.

⁴³ Segundo o *Novo Dicionário Aurélio* (1975), sempre-viva é uma erva da família das compostas (*Helichrysum bracteatum*), cujas inflorescências secas são vendidas como adorno, por não murcharem nem perderem a cor, e cujos capítulos são pequenos, solitários, de coloração muito variada. Encontram-se presentes no cabeçalho de *A Sempre-Viva*, enfatizando, por extensão, o caráter de durabilidade da revista.

Exposta ao sopro rijo e inclemente do Vento,
aos queimares que o Sol impiedoso te lança,
não te rouba a tortura o fulgor opulento.

E's como esta paixão (minha paixão estulta!),
que o tumulto a enfeitar de uma extinta Esperança,
aos rigores da Sorte esplende, viça, avulta!

No número 18-19, na página 2 de *A Sempre-Viva*, foi publicado o seguinte soneto, também oriundo de *Crystais partidos*, de Gilka Machado:

Ser mulher...

Ser mulher, vir á luz trazendo a alma talhada
para os gosos da vida: a líberdade e o amor;
tentar da gloria a etherea e altivola escalada,
na eterna aspiração de um sonho superior...

Ser mulher, desejar outra alma pura e alada
para poder, com ella, o infinito transpor;
sentir a vida triste, insipida, isolada
buscar um companheiro e encontrar um senhor...

Ser mulher, calcular todo o infinito curto
para a larga expansão do desejado surto,
no accenso espiritual dos perfeitos ideaes...

Ser mulher, é, oh! atroz, tantalica tristeza!
ficar na vida qual uma águia inerte, preza
nos pezados grilhões dos preceitos sociaes!

(Dos «Crystaes partidos»)

Em consonância com Andrade Muricy, fundador, juntamente com Tasso da Silveira, da revista literária *Festa*, em 1927, que classifica Gilka como neo-simbolista, com essa obra de estreia a poetisa

afirmou uma personalidade poderosamente original. Esse livro obteve sucesso extraordinário [...]. Interessou ao Brasil aquela menina de forte temperamento e possante vôo lírico. Esses dois elementos do seu estro, nunca os verdadeiros artistas e a crítica superior puderam dissociá-los na apreciação duma obra a um só tempo violentamente sensual e arrebatada de espiritualidade transcendente. (MURICY, 1987, p. 1080).

O teor da poesia de Gilka atrai preconceitos diversos, a tal ponto que, segundo Dal Farra, “a crítica da época acabara por tomar como imperiosa a necessidade de separar [...] a mulher que comparecia nos seus poemas daquela que os produzia.” (DAL FARRA, 2017, p. 40). Em entrevista concedida em 1979 a Ilma Ribeiro e a Nádia Battella Gotlib, como relata Dal Farra, “a própria Gilka se lastimava de que até mesmo as mulheres reagiam contra ela, ao passo que os

homens se compraziam na curiosidade de saber como seria na intimidade tão ‘distinta senhora’”. E ela não tinha mais ilusões: sabia que o seu primeiro livro esgotara-se rapidamente apenas porque todo mundo queria conhecer o “livro imoral.” (DAL FARRA, 2017, p. 41). Na mesma entrevista, “ela relembra com amargura os desaforos gritados na rua aos seus filhos por colegas de escola cujos pais a consideravam uma ‘mulher imoral’.” (DAL FARRA, 2017, p. 36). Faz referência, ainda, ao concurso literário que venceu ao iniciar sua carreira, e às duras críticas recebidas: “um crítico famoso escrevia que aqueles poemas deveriam ter sido laborados por uma ‘matrona imoral’... Aquela primeira crítica (por que negar?) surpreendeu-me, machucou-me e manchou o meu destino. Em compensação, imunizou-me contra a malícia dos adjetivos” (MACHADO apud DAL FARRA, 2017, p. 36). Dal Farra ainda enfatiza:

As mulheres da sua época jamais confessavam o que sentiam, e que as poetisas tinham de ter como defensores homens de algum status e importância, para que pudessem se manter na ativa. Cecília Meireles, por exemplo, contava com Drummond e Bandeira, que batalhavam por ela. [...] Acerca da situação econômica das mulheres escritoras, ela assevera que apenas ‘quem tinha dinheiro, editava. Eu editei fiado. Conforme fui vendendo o livro, ia pagando.’ (DAL FARRA, 2017, p. 36).

Coelho atesta que, “iniciando-se como poeta, nas primeiras décadas do século, quando mal começa na Europa e nos Estados Unidos a revolução feminista, Gilka Machado obviamente chocou a sociedade do tempo com o seu ousado desvendar de paixões ou sensações proibidas à mulher.” (COELHO, 2002 b, p. 228).

E, por derradeiro, será agora comentado o trabalho de Júlia Lopes de Almeida, sobre o qual já foi percorrido, parcialmente, no capítulo 2.

Júlia Valentina da Silveira Lopes de Almeida nasceu em 24 de setembro de 1862, no Rio de Janeiro, cidade onde também faleceu, no dia 30 de maio de 1934. Começou a escrever poesia na adolescência, escondida da família, visto que isso não constava do rol de atividades permitidas às moças sérias. Todavia, seu pai encoraja-a a dar sequência à sua produção, que se espalhou por vários campos literários: romance, conto, poesia, ensaio, crônica, teatro. A partir dos 19 anos, tem início a sua colaboração com a imprensa, inclusive aquela voltada para os periódicos femininos, sendo que eventualmente assinava como Julinto ou Ecila Worms.

Incrivelmente, era aceita como parte integrante legítima da elite literária do Brasil. A despeito desse fato, como lembra Vanina Eisenhart (2006), Júlia Lopes de Almeida escrevia não apenas sobre a classe burguesa, porém também acerca dos pobres e marginalizados.

Peggy Sharpe destaca que “os críticos mais recentes observam que Júlia Lopes [...] desempenhou um papel progressista importante, especialmente no que diz respeito à educação feminina e às transformações do papel da mulher burguesa na mentalidade familista da Primeira República” (SHARPE, 2004, p.188), afirmando, ainda, que o trabalho dessa autora “reflete as mudanças históricas, econômicas e sociais ocorridas na sociedade brasileira durante o importante período de transição que marca os últimos anos do Império, o final do século XIX, e as primeiras três décadas do século XX até a instauração do regime Vargas”. (SHARPE, 2004, p. 188).

Cátia Toledo Mendonça assinala que, se, por um lado, a obra de Júlia Lopes de Almeida não foi revolucionária sob o ponto de vista estético, por outro, apresentava, corajosamente, personagens femininas questionadoras – como Ruth, de *A Falência*, e Ada, de *Cruel Amor*, procurando discutir “a situação da mulher não só na família, mas sua cidadania, sua possibilidade de ter voz e vez.” (MENDONÇA, 2003, p. 293).

A escritora alcança grande notoriedade entre seus contemporâneos. A venda de seus livros e as conferências que ministrava proporcionavam uma independência financeira inédita para os escritores daquele tempo, ainda mais em se tratando de uma mulher. Júlia Lopes e seu marido, o poeta e jornalista português Filinto de Almeida, mencionado no capítulo 2, promoviam saraus, aos quais comparecia a nata da intelectualidade carioca. Não obstante em vida ter sido muito festejada, hoje caiu em relativo esquecimento, salvaguardadas as pesquisas acadêmicas de que a ficcionista tem sido alvo. Por exemplo, ela não é sequer mencionada na *História concisa da literatura brasileira*, de Bosi, a despeito da qualidade de sua obra. Em outras palavras, a citada romancista não integra o cânone literário brasileiro, o qual, além das mulheres, também exclui outras parcelas de escritores.

Um aspecto relevante a ser comentado encontra-se no fato de que Júlia Lopes de Almeida “estava imbuída de uma missão pedagógica de melhoria das condições de ensino, do modo de vida, da mudança do papel social da mulher”, tendo procurado “conciliar, na vida e na obra, o modelo da Nova Mulher: companheirismo e organização, rebeldia e luta, com o papel ‘sagrado’ de mãe e esposa. Ambiguidade e compromissos, avanços e acomodações transparecem em seus escritos.” (TELLES, 2015, p. 436). Ainda a esse respeito, Rosane Saint-Denis Salomoni, escrevendo sobre a obra *Memórias de Marta*, informa que “a escritora faz no texto uma campanha didática de valorização do estudo atribuindo a este a capacidade de promover um crescimento interior”. (SALOMONI, 2007, p. 17).

A escritora aborda a situação feminina em diversos momentos, como em duas obras ambientadas no Rio de Janeiro, quais sejam: a já mencionada *A falência*, de 1901, na qual discorre sobre a posição da mulher adúltera que não possui renda própria, e *Cruel amor* (publicado em folhetim no *Jornal do Commercio*, em 1908, e, em livro, em 1911), em que discute a violência contra a mulher, especificamente no caso em que uma das protagonistas decide quebrar o compromisso de noivado. Para a criação deste romance, inclusive, a autora entrevistou, segundo Norma Telles (2015), pescadores de Copacabana, os quais estavam em processo de expropriação por parte dos especuladores de terra. Segundo o anteriormente citado poeta Afonso Lopes de Almeida, filho de Júlia Lopes, ele,

menino ainda, acompanhava a mãe à praia de Copacabana, porque as senhoras da capital não podiam andar sozinhas, para que ela entrevistasse os pescadores. Júlia entrava nas casas, muito à vontade, conversava enquanto comia com as mãos, em pratos de estanho, os peixes recém-saídos do mar, com pirão de farinha e mandioca. Conversava e não anotava, também não fazia perguntas. Escutava. Quando se afastava, parava na areia e rabiscava correndo tudo que lhe parecia interessante; frases, nomes dos peixes, maneiras de pescar, conversas e costumes. (TELLES, 2015, p. 438).

Contemporânea das grandes mudanças estruturais por que passava o Rio de Janeiro, Júlia Lopes de Almeida preocupava-se com a questão da urbanização na capital federal – tanto que, por intermédio dos jornais, posicionou-se contra a derrubada do morro de Santo Antônio.

Para compreender essa história, é necessário realizar um breve panorama acerca da urbanização no Brasil e, especificamente, na sua capital, que, frequentemente, espriava as novidades para o resto do país.

No final do século XIX e início do século XX, ocorrem, de maneira intensa, os processos de urbanização/modernização das cidades. Foucault destaca que, no século XVIII, acreditava-se que o ar influenciava diretamente o organismo — por exemplo, por intermédio da veiculação de miasmas — e, portanto, configurava-se como um importante elemento patógeno. Dessa forma, era imprescindível que ele, assim como a água, circulasse livremente nas cidades, de onde advém “a necessidade de abrir longas avenidas no espaço urbano, para manter o bom estado de saúde da população” (FOUCAULT, 1979, p. 90).

Nos anos 1870, Pasteur desmistifica esses conceitos. Todavia, suas ideias não chegam a trazer mudanças significativas para os estratagemas de desodorização dos pobres.

No Brasil, o projeto de desodorização das cidades, inspirado pelas teorias médicas francesas, adotou, inicialmente, medidas pontuais, as quais, posteriormente, se converteram em

definitivas e sistemáticas. Assim, a partir do fim do século XIX, seguindo o modelo europeu, centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo passam por várias mudanças, tais como “a abertura de avenidas e de alamedas, com a construção de chafarizes e demais serviços públicos, com o calçamento de ruas, instalação de iluminação a gás, criação de novos bairros, que passam a ostentar casarões suntuosos” (RAGO, 1985, p. 164).

A população do Rio de Janeiro crescia vertiginosamente, em parte como resultado da abolição da escravatura, em 1888, e da subsequente crise da economia cafeeira. O Censo de 1890 mostrava que um quarto da população habitava cortiços concentrados na área central, pois os baixos salários não permitiam que a moradia fosse longe do lugar de trabalho, em virtude das despesas com transporte.

De acordo com a obra *Memória da destruição: Rio – Uma história que se perdeu* (1889-1965)⁴⁴, a administração do prefeito Barata Ribeiro (1892-1893) enfrentou “a proliferação das habitações coletivas, como cortiços, estalagens e casas de cômodos. O péssimo estado de conservação das edificações, a superlotação e as condições insalubres em que viviam adultos e crianças constituíam padrões negativos a serem eliminados.” Uma das demolições mais polêmicas foi a do cortiço *Cabeça de Porco*, o qual foi destruído em um único dia. Porém, pondera a mesma publicação, “a destruição não resolvia o problema: eram necessárias providências do governo para abrigar os moradores despejados, o que não aconteceu. Muitos, sem recursos nem alternativas, foram para o vizinho Morro da Providência, em cuja encosta construíram casebres aproveitando o material proveniente da demolição do cortiço.” (p. 7).

Em 1920, o Rio contava com 1.157.873 habitantes. Esse número contém pistas da real e complexa situação da cidade na Primeira República. O relevo dificultava a construção de novas residências, insuficientes para suprir a demanda desde pelo menos 1882. Grassavam doenças diversas, como malária, lepra, varíola, febre tifoide, tuberculose, febre amarela e escarlatina. O suprimento de gêneros alimentícios era deficiente. O excesso de mão de obra conduzia a um alto índice de desemprego. Nicolau Sevcenko (1983) ainda destaca a crise industrial-comercial de 1905-1906, a qual, juntamente com as modificações urbanas da época, desencadeou, concomitantemente, um sério aumento tanto dos custos de alimentação e consumo diário quanto

⁴⁴ Nesta publicação realizada pelo município do Rio de Janeiro, não consta a data da obra, tampouco a autoria individualizada de diversas informações.

dos aluguéis. Paralelamente, os setores mais humildes da população iam se deslocando para bairros mais afastados, sendo onerados com os custos extras relativos ao transporte.

Mariza Corrêa aponta que o começo do século XX, no Rio de Janeiro, ficou “conhecido como ‘o bota-abaixo’, em que grande parte do centro da cidade foi demolido para dar lugar à ampla avenida Rio Branco e à presença dos primeiros automóveis: ‘o Rio civiliza-se’, diziam os seus cronistas” (CORRÊA, 1981, p. 37).

Cabe aqui fazer algumas considerações acerca desse logradouro, que, em 1912, mudou o nome de Avenida Central para Avenida Rio Branco, após o falecimento do barão de mesmo nome. Sua abertura ocorreu durante a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos (1903-1906), que fora nomeado com plenos poderes pelo presidente Rodrigues Alves. Conhecido como Haussmann Tropical, pela similaridade de seus projetos com a reestruturação de Paris, no século XIX, sob seu comando ocorreram diversas alterações no Rio de Janeiro, com o intuito de transformá-la em uma moderna metrópole.

Para a abertura da Avenida Central, foi destruído o casario colonial e imperial existentes no entorno, o qual foi substituído por prédios da *Belle Époque*, de sofisticada arquitetura, os quais, ironicamente, também não existem mais, uma vez que não resistiram à especulação imobiliária. Tanto a rapidez na conclusão das obras quanto as suas dimensões foram notáveis para a época.

A Avenida Central foi planejada para ser uma proclamação. Conforme atesta Jeffrey D. Needell, “quando, em 1910, seus edifícios ficaram prontos, e o conceito da avenida se completou, uma magnífica paisagem urbana passou a embelezar o Rio. A Capital Federal possuía agora um bulevar verdadeiramente ‘civilizado’” (NEEDELL, 1993, p. 60). O mesmo autor ainda propugna que o significado das reformas somente pode ser totalmente apreendido situando-as em um contexto ideológico:

no ponto culminante da era neocolonial, o mundo europeu em geral aceitava que o incremento do comércio, dos investimentos no estrangeiro, do colonialismo e da integração resultante das economias ultramarinas traria naturalmente as mesmas recompensas a todos os povos: Civilização e Progresso *à la européenne*. As reformas cariocas foram entendidas como uma maneira de eliminar obstáculos acidentais à conquista pelo Brasil de tais metas universais, e de proclamar os resultados inevitáveis e auspiciosos (NEEDELL, 1993, p. 69-70).

Dessa maneira, as reformas assentavam-se ideologicamente na Civilização. Assim, se os cariocas chegassem lá via europeização, estava a se negar o que era genuinamente brasileiro. A

elite sintonizada com os moldes europeus envergonhava-se da cultura afro-brasileira, incluído aí o carnaval. Em conformidade com Nicolau Sevcenko, o carnaval ideal seria “o da versão europeia, com arlequins, pierrôs e colombinas de emoções comedidas, daí o vitupério contra os cordões, os batuques, as pastorinhas e as fantasias populares preferidas: de índio e de cobra viva. As autoridades não demoraram a impor severas restrições às fantasias – principalmente de índio – e ao comportamento dos foliões” (SEVCENKO, 1983, p. 33). O mesmo autor ainda conclui que

ao contrário do período da Independência, em que as elites buscavam uma identificação com os grupos nativos, particularmente índios e mamelucos – era esse o tema do indianismo -, e manifestavam ‘um desejo de ser brasileiros’, no período estudado, essa relação se torna de oposição, e o que é manifestado podemos dizer que é ‘um desejo de ser estrangeiros’. O advento da República proclama sonoramente a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro. (SEVCENKO, 1983, p. 36).

Jaime Larry Benchimol sintetiza os problemas enfrentados, à época, pelo Rio de Janeiro: “a estrutura portuária existente não correspondia mais às exigências do capital, no que concernia ao volume, à composição e à velocidade do movimento de importação-exportação de mercadorias”. (BENCHIMOL, 1992, p. 239-240). Então, o âmago do problema encontrava-se na região central, particularmente na “Cidade Velha, que conservava muitos de seus traços ‘coloniais’. Área onde coexistiam realidades bem distintas, frequentemente em choque: as atividades do grande capital financeiro e comercial; toda a máquina política e administrativa do Estado; os locais de trabalho e moradia do proletariado e de parcelas da pequena burguesia”. (BENCHIMOL, 1992, p. 240).

Para a construção da Avenida Central, foi destruída parte do Morro do Castelo, local de fundação do Rio de Janeiro, nas cercanias de onde hoje se encontra a Biblioteca Nacional. Com vistas a sediar a Exposição do Centenário da Independência, inaugurada em 1922, na gestão de Carlos Sampaio, o restante do Morro foi literalmente destruído (não se preservando seus prédios históricos), utilizando-se, para tanto, instrumentos que iam da picareta até recursos hidráulicos. Segundo o já aludido livro *Memória da destruição*, para esse arrasamento concorreram “fatores poderosos como higiene, ar puro, saneamento, desenvolvimento urbano, enfim, modernidade, sem falar nos interesses financeiros envolvidos nessa intervenção” (p. 29). Na mesma obra, Maurício Abreu pondera que,

embora fosse um sítio histórico, o morro havia se transformado em local de residência de inúmeras famílias pobres, que se beneficiavam dos aluguéis baratos das antigas

construções aí existentes. Situava-se, entretanto, na área de maior valorização do solo da cidade, a dois passos da Avenida Rio Branco, daí porque era preciso eliminá-lo, não apenas em nome da higiene e da estética, mas também da reprodução do capital (ABREU, 2002, p. 30).

Dessa forma, no contexto dessas preocupações de caráter urbanístico, Júlia Lopes de Almeida tinha como ideal a cidade jardim: “esteve envolvida com o caminho aéreo para o Pão de Açúcar, [...] assim como a primeira exposição de flores organizada na cidade.” (TELLES, 2015, p. 435-436). É também de sua autoria *Jardim florido* (1922), um manual de jardinagem escrito em uma época em que esse tema não era usual em paragens brasileiras.

Todo esse encanto por flores transparece no seguinte texto de Júlia Lopes de Almeida, publicado no número 11 de *A Sempre-Viva*, na página 7:

Flôres

Conheço algumas jovens que vivem immersas numa indiferença lamentavel.

O tempo ha de forçosamente parecer-lhes monotono.

A applicação está provado ser a coisa mais necessária da vida. Sem occupação os dias são interminaveis, tediosos e doentios; vem-nos o enfado; o mal estar e a melancolia.

Pois bem, minhas amigas! quereis um bello meio de tornar risonhas e proveitosas, ao menos, duas horas em cada um dos vossos dias ?

Cultivae flores.

Isso que parece tão simples, render-vos-ha mil proveitos.

O cultivo das flôres afina o gosto pelas subtilezas da natureza e exercita o espirito para as occupaões maternas.

Tratar de uma flôr delicada, com desvello, é como que um pequeno ensaio para tratar de uma criança, com carinho.

Resguardar do sól uma planta debil, collocar-a na estufa, regal-a cuidadosamente, zelar pelo seu crescimento cortando as folhas amarellecidas, sem magoar nem de leve os novos rebentões, podar-a, enxertar-a, dirigir-a, é uma occupação carinhosa e digna da mulher.

Como visto, essa ocupação com as flores era habitual da romancista. Em 1962, Margarida Lopes de Almeida escreve que a cidade do Rio de Janeiro não tinha homenageado a escritora com uma rua condizente com sua paixão pelas flores:

Júlia Lopes de Almeida, dona do mais lindo jardim do seu bairro, talvez da cidade, onde as rosas se contavam aos milhares, que implantou nos seus patricios, através da criança, o gosto pelo plantio de árvores e flores, e na mulher do campo o interesse pela terra, pelo pomar e pelas hortas, que sugeriu e incrementou em Petrópolis o plantio de hortênsias, [...] tem a perpetuar-lhe o nome uma rua feia, árida, sem uma árvore, sem uma flor. (ALMEIDA, 2015, p. 206-207).

Infelizmente, em 2017, a situação dessa via pública – situada no Centro do Rio, entre a Praça Mauá e a Central do Brasil – permanece inalterada.

No que concerne ao fato de não tratar de temas feministas de maneira aguerrida, é de se

comentar a opinião de Leonora de Luca, para quem a

sua propalada “amenidade” refere-se mais a recursos estilísticos (sua estratégia de “aconselhar persuadindo”) do que ao caráter brando de seu feminismo propriamente dito. Foi justamente graças às suas pouco agressivas intervenções que a escritora teve acesso garantido à grande massa de leitores distribuídos pelos mais diferentes extratos sociais. Propostas de cunho mais revolucionário iriam bani-la da grande imprensa, principal meio de comunicação de massa da época – condenando-a a permanecer confinada às páginas dos periódicos de circulação restrita e minúscula tiragem, como já ocorrera com sua antecessora Josefina Álvares de Azevedo. (LUCA, 1999, p. 299).

Adite-se, ainda, que, procurando equilibrar os papéis de boa esposa/mãe e de escritora, Júlia Lopes de Almeida adotou, em situações diversas, uma postura vanguardista, tendo-se em mente os valores femininos ideais de seu tempo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, procurou-se discutir a produção literária de mulheres na revista curitibana *A Sempre-Viva*, buscando estudar questões de identidade feminina com base em aportes teóricos dos estudos culturais de gênero. Para tanto, foi preciso perscrutar a trajetória histórica da mulher ocidental, que explica por que ela exerceu um papel submisso ao longo dos séculos, e do feminismo, que elucida os caminhos da reação a esse domínio. Fez-se necessário, também, investigar o percurso da imprensa, aí incluída a feminina e a feminista, no Brasil. A pesquisa trouxe à luz, também, um periódico e escritoras que estavam esquecidos, alargando o espectro cultural de Curitiba com o registro de uma revista que se encontrava desaparecida e possibilitando a preservação de parte da história da imprensa curitibana.

É de se notar que no período analisado o processo de urbanização/modernização das cidades ocorre de maneira intensa, tendo sido amplamente registrado na obra em apreço. Havia uma imensa preocupação com o fator *higienização*. Desse modo, é parte integrante deste contexto toda a concepção do *perigo coletivo* que as classes pobres representam, assim como os procedimentos adequados para contê-lo.

Um desses meios era justamente a associação filantrópica, que, acobertada por um discurso de *puro altruísmo*, exercia um papel de verdadeiro policiamento. A filantropia é apenas um dos aspectos da vida urbana que será moldado em consonância com os preceitos da “modernização” – em outras palavras, da vigilância e do controle.

Destarte, a filantropia passa a ser concebida como *necessidade*. Havia a preocupação concreta de retirar os pobres do meio das ruas, de desodorizar a cidade. Em Curitiba, a Associação das Damas de Assistência à Maternidade e à Infância constituía-se, bem como suas congêneres, em órgão de vigilância de uma classe social privilegiada sobre as outras, menos favorecidas e mais desprotegidas.

Historicamente, a oposição das categorias masculino/feminino foi responsável pelo fato de as mulheres permanecerem restritas a sua função doméstica e maternal. A sociedade sempre classificou a mulher a partir de seu corpo, encapsulando-a no binômio afetividade/reprodução. Como argumenta Ana Colling, “a natureza – menstruação, gravidez, parto, etc., – destinava as mulheres ao silêncio e à obscuridade, impossibilitando-as de outras formas de criação.” (COLLING, 2004, p. 16).

É oportuno, então, a partir desse quadro, trazer as considerações de Zinani:

A escrita feminina transita, inicialmente, pela possibilidade de expressão, uma vez que, historicamente, as mulheres não possuíam voz. Michele Perrot, em *Mulheres públicas* (1998), enfatiza a relevância que a apropriação da palavra teve para as mulheres. Constrangidas a permanecerem no reduto do lar, a conquista da palavra, inicialmente, através de jornais e periódicos, e, posteriormente, nas demais manifestações escritas, possibilitou o domínio de outros espaços, subvertendo a invisibilidade que a vida entre quatro paredes lhes impunha, permitindo que se projetassem num universo impensado anteriormente. (ZINANI, 2012, p. 150).

No tocante à mulher leitora, Costa, mencionando as reflexões realizadas por Peter Burke, ressalta que

a representação de mulheres (a Virgem Maria, sobretudo) lendo era uma constante no Renascimento, e o declínio desse tipo de representação depois de 1520 seria consequência da demonização da leitura (a leitura como fonte de males e de subversão) feita pela Igreja Católica depois da Reforma Protestante.” (COSTA, 2012, p. 389). Costa ainda observa que “é curioso notar que mesmo um pintor, como o paulista Almeida Júnior, que retratou em muitas telas cenas em que a mulher sentada lê um livro (como *A Leitura*, de 1892, [...]), em um de seus quadros mais famosos, *A Família de Antônio Augusto Pinto* (de 1891, [...]), retrata o pai de família lendo um jornal e um dos cinco filhos folheando um livro. A esposa se entretém com a costura, no que é observada por uma das filhas.” (COSTA, 2012, p. 390, nota de rodapé 5).

Esse exemplo suscita a reflexão de como o sistema educacional brasileiro, referido ao longo deste trabalho, impunha sérios obstáculos ao aprimoramento intelectual da mulher.

Buitoni assevera que, no século XIX, a imprensa feminina seguia duas vertentes: “a tradicional, que não permite liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades ‘femininas’; e a progressista, que defende os direitos das mulheres, dando grande ênfase à educação.” (BUITONI, 2009, p. 47). O fato de *A Sempre-Viva* publicar textos do século XIX, como os capítulos de *Livro das noivas*, de Júlia Lopes de Almeida, abre uma brecha para estender esse raciocínio para o começo do século XX. Assim, depreende-se que esse veículo é herdeiro da segunda perspectiva, conforme se pode observar por este fragmento, extraído da edição número 13 da revista: “Mas o que a todos impressiona na rigida feição d'«A Sempre-Viva», é primeiramente, como que um brado de alento á Mulher Brasileira, despertando-a do torpor virulento que transmuda o sangue e desvaira a razão: Estudae! ...” (p.1).

Júlia Lopes de Almeida, aliás, foi uma das autoras mais citadas pela revista, demonstrando seu prestígio, além disso, também pela calorosa recepção oferecida a sua filha, Margarida Lopes de Almeida, conforme relatado no capítulo 4. Defendeu a relevância da

educação feminina, considerada uma alternativa para fugir à submissão. Não obstante a influência positivista, a escritora demonstrou ser uma mulher à frente do seu tempo, ao defender o sufrágio feminino, por exemplo. A autora faz a mulher perceber que existem outras possibilidades que não sejam o casamento como o único meio para a sua sobrevivência. Na fala de algumas personagens femininas, observa-se um protesto, ainda que tímido, contra a excessiva dominação masculina. Percebe-se, ainda, uma oposição à hipocrisia vigente à época, notadamente nos temas referentes à infidelidade, como demonstrado em *A falência*.

Soares salienta que era frequente a utilização de flores para nomear as revistas femininas. *A Sempre-Viva*, certamente, vem a confirmar essa tradição, visto que esse substantivo designa uma flor que se destaca por sua durabilidade. Pela observação do material publicado na revista, que vai desde os eventos de tênis no Graciosa Country Club até propagandas de artigos finos, fica claro que seu público-alvo era a elite. Veja-se, por exemplo, este anúncio, publicado na página 4 do número 4:

Senhorinha Ziloah Moreira

Passa neste mez o anniversario da gentilíssima senhorinha Ziloah Moreira, um dos mais finos ornamentos da selecta sociedade curitybana.

Nas seções de cartas às noivas, sobressaem os valores tradicionais da mulher. Encontra-se, na seção “Nossos perfis” do número 11, à página 3, um exemplo no qual podem ser percebidos tanto o público a que se destina *A Sempre-Viva* quanto os predicados da mulher modelar e o casamento como algo a ser atingido idealmente:

Odette Silva

Ella é rainha no porte, na distincção, na elegancia, na bondade.

Onde quer que appareça, a sua figura aristocratica e linda se impõe a todos os olhares, colhe todas as attentões, desperta todos os enthusiasmos.

Em todas as festas, em todos os bailes ella tem a primasia. E' a rainha dos salões.

Quando passa na rua, no seu caminhar elegantíssimo, não ha quem fique indifferente á sua extraordinaria attracção. Todos se voltam para contemplar a sua silhueta esbelta de princeza de conto de fada.

E ella, na sua bondade encantadora, para todos tem um sorriso gentil, para todos tem uma palavra amavel. Por isso é tão querida e tão admirada.

Ninguém como Odette possui o dom de prender tão facilmente. Em cada conhecido seu ella tem um admirador, e em cada admirador um amigo.

Ao que parece ella ainda não se apaixonou. Isso é o que ella faz constar.

Nós não acreditamos. Sabemos que ella tem uma paixão latente, que em breve toda a sociedade ha de conhecer, olhando para um aro de ouro que brilhará no seu dedo de princeza.

Era comum a utilização de pseudônimos em *A Sempre-Viva*. Conforme pontua Duarte, essa estratégia usada pelas escritoras objetivava “preservar a imagem e proteger seu círculo mais

íntimo da pressão social, advinda da exposição pública.” (DUARTE, 1997, p. 57). É interessante observar que a utilização de pseudônimos ainda vigorasse em plena década de 1920, quando, em 1862, a editora Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, de *Bello Sexo*, já demandava que suas colaboradoras usassem seus nomes reais.

Grande parte do conteúdo de *A Sempre-Viva* era literário. Além de divulgar o trabalho de escritoras já falecidas à época, difundia também as escritoras que estavam escrevendo naquele momento. Havia, também, significativa participação de homens, como Victor Hugo e o próprio Dario Vellozo. Mais significativa ainda era uma retumbante ausência do modernismo – não obstante ser encontrado o nome de Menotti Del Picchia, por exemplo –, em uma época imediatamente posterior à Semana de Arte Moderna de 1922. A esse respeito, vale a pena verificar o que tem a dizer a escritora e professora do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UFPR, Dra. Luci Maria Dias Collin:

Curitiba ainda é uma cidade provinciana. Nós temos números: dois milhões de habitantes, sei lá. Mas Curitiba ainda é muito retrógrada. Historicamente, não só em relação à literatura. Curitiba tem problemas. Ela rejeita intenções mais dinâmicas. A gente pode ver isso em várias artes. O próprio modernismo demorou um pouco para chegar aqui. Em 22, a gente ainda não estava entendendo o que era o modernismo⁴⁵.

Um dos aspectos extremamente interessantes a respeito de *A Sempre-Viva* é o fato de ter antecipado em décadas, no Brasil, o resgate de escritoras não incluídas no cânone. A partir do final do século XX, muitas pesquisas sobre esse tema têm sido efetuadas, revelando uma grande quantidade de autoras. Nessa área, importante retomar, um trabalho de referência é a antologia *Escritoras brasileiras do século XIX*, organizado pela professora Zahidé Lupinacci Muzart. O último volume dessa obra foi publicado já no século XXI, o que evidencia o pioneirismo de *A Sempre-Viva*.

Entretanto, percebe-se um tom laudatório em todas as biografias de escritoras analisadas, com a utilização de argumentos repetitivos. Esse tom amistoso era comum entre as revistas de mulheres, como se pode observar no seguinte excerto, retirado da primeira página do número 6 de *A Sempre-Viva*.

REVISTAS E JORNAES

Recebemos com muito agrado as visitas dos bem feitos collegas O Itiberê de Paranaguá a victoriosa revista de Zenon Leite e A ALVORADA - órgão dos alumnos do Internato do Gymnasio Paranaense.

⁴⁵ Esta declaração faz parte do projeto **Paiol Literário**, realizado pelo *Jornal Rascunho*, em parceria com a Fundação Cultural de Curitiba e o SESI Paraná. O mediador do encontro foi o escritor e jornalista José Castello, e a conversa foi publicada na edição 101 do *Jornal Rascunho*, de janeiro de 2013.

Nesse contexto, é importante também mencionar que havia colaboradores que indicavam pertencer a outros Estados, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Duarte afirma que “a década de 1920 foi particularmente pródiga na movimentação de mulheres”, e que “um feminismo burguês e bem comportado [...] logrou ocupar a grande imprensa” (DUARTE, 2003, p. 160). Substituindo-se o adjetivo “grande” por “pequena”, tem-se a análise perfeita de *A Sempre-Viva*. Além desse, outro ponto que se aplica à revista é a discordância quanto ao sufrágio feminino: ao lado de Bertha Lutz, expoente da luta pelo voto feminino, existem publicações que advogam postergar esse direito. Esse dissenso, aliás, coadunava com a diversidade de ideias do “caldo de cultura” curitibano da época.

Lygia Carneiro muitas vezes escrevia o texto de abertura da revista, frequentemente sobre vultos da História do Brasil. Por exemplo: no artigo “21 de abril”, presente no número 12, assim como vários outros, a autora apresenta uma História feita de heróis, como era corrente à época, e que perdurou nos livros didáticos brasileiros por décadas. Dentro do espírito da época, também, havia uma exaltação à Pátria, como no texto “Minha Pátria”, que a mesma autora publicou no número 11, à página 9. E, no artigo de primeira página do número 7, intitulado “15 de novembro”, Lygia faz rasgados elogios à República, coadunando-se, então, com as ideias positivistas de então.

Uma dúvida que perpassou toda a análise de *A Sempre-Viva* diz respeito à nomenclatura: tratava-se de uma revista ou de um jornal? Martins afirma que, no início do século XX, essa classificação era bastante confusa, revelando

a precariedade de nosso estágio periodístico, às vésperas de transformar-se em grande empresa. O gênero não estava definido conforme a maturidade de uma imprensa com maior tradição, desconhecendo legislação específica e critérios normativos. Daí a facilidade em se criar uma revista. [...] Segundo Lobato, entre criar e encerrar uma revista, mais fácil ainda era encerrá-la, o que ocorria com frequência, resultado do intempestivo e arrebatado da iniciativa. (MARTINS, 2001, p. 70).

A mesma autora ainda salienta que a legislação referente à imprensa abrangia tanto o jornal quanto a revista. Porém, quase tacitamente, acabou havendo uma delimitação de conteúdos: os jornais tratariam de matéria política, e as revistas dedicar-se-iam à literatura, ao entretenimento, à moda, ou seja, ao “sorriso da sociedade”⁴⁶. Considerando-se esses fatores, e,

⁴⁶ Essa é, aliás, a expressão utilizada por Lúcia Miguel-Pereira em *História da literatura brasileira – prosa de ficção (de 1870 a 1920)*, no capítulo que dedica ao estudo de Júlia Lopes de Almeida e Coelho Neto.

adicionalmente, a periodicidade mensal de *A Sempre-Viva*, conclui-se que se trata de uma revista,⁴⁷ muito embora frequentes menções reportem-se ao periódico como sendo um jornal ou “jornalzinho”, como revela a continuação do mesmo excerto do número 13, anteriormente referido: “Em seguida, a possibilidade pratica de se alimentar um jornal de literatura feminina, principalmente quando ha um publico que lê e que bem comprehende a necessária evolução do sexo tido como frágil.” (p.1)

Em 1922, com a Lei da Imprensa, de autoria do senador Adolfo Gordo, acirra-se o clima de cerceamento à liberdade de imprensa, contra o que se insurge, corajosamente, Lima Barreto. *A Sempre-Viva*, todavia, assemelha-se muito mais ao período da virada do século XIX para o XX. Discorrendo sobre a quase inexistente censura às revistas ilustradas paulistas nessa época, Martins tece comentários que podem se estender à revista curitibana, asseverando que “na sua maioria, as publicações consolidaram representações propagadoras dos valores do novo regime, quando o espetáculo republicano ocupou as páginas higienizadas daquele periodismo. Suas imagens confirmavam a utopia da Ordem e do Progresso” (MARTINS, 2001, p. 127).

Na mesma época em que redigiam *A Sempre-Viva*, Lygia e Sylvia Carneiro eram responsáveis também pela seção feminina do jornal *O Dia*. Chama atenção a capacidade de levarem avante tais tarefas, pois eram extremamente jovens. Por meio de pesquisa em jornais da época, foi possível constatar que alguns textos da revista também foram reproduzidos no jornal, como “Conto de Natal”, escrito por Gip, e o poema “A estrela e a flor”, de Ada Macaggi, ambos da edição 8.

Por intermédio da pluralidade de histórias das autoras presentes em *A Sempre-Viva*, pretendeu-se construir um panorama histórico e literário do Brasil no século XIX e primeiras décadas do XX. Conforme exemplifica Muzart:

Vidas fora das normas: Francisca Júlia, que, por medo da solidão, se suicida; Júlia da Costa, que enlouquece, se veste só de branco e se enclausura num casarão, em São Francisco do Sul; Ibrantina Cardona, que, vivendo separada do marido, com ele compartilha a mesma casa. Tantas, tantas vidas romanescas, mais até do que as daquelas personagens dos romances de época que elas próprias liam! (MUZART, 2004, p. 607).

As obras de várias escritoras discutidas neste estudo, a despeito de sua qualidade, não integram o cânone literário brasileiro. Como assinala Muzart, a análise do cânone encontra-se vinculada a certas variáveis, “principalmente à dominante da época: dominantes ideológicas,

⁴⁷ O Dr. Newton Carneiro Affonso da Costa, sobrinho das redatoras, afirmou que esse era o termo usado por suas tias, ao se referirem ao periódico.

estilo de época, gênero dominante, geografia, sexo, raça, classe social e outros. Aquilo que é canonizado em certas épocas, é esquecido noutras; o que foi esquecido numa, é resgatado em outra. Como Sousândrade, no Brasil, como Baudelaire, na França... entre outros.” (MUZART, 1997, p. 80-81). Nessa linha de raciocínio, a mesma estudiosa ainda ressalta o preconceito literário dos grupos dominantes, “entre os quais os ainda-parnasianos, unha-e-carne com o Poder” (MUZART, 1997, p. 83), contra os simbolistas, que, contrariamente, como visto, em Curitiba encontraram solo fértil para prosperar.

Paralelamente, é necessário relembrar a lição de Xavier:

uma leitura feita com bom senso [...] talvez seja o único recurso para detectar uma obra de qualidade literária. Ela deve corresponder a alguns princípios básicos, como domínio técnico da linguagem, visão crítica da realidade, completude e coerência interna e outros mais [...].

Cabe à crítica feminista o trabalho de resgate das obras tornadas invisíveis pela mediação crítica oficial; mas esse trabalho deve ser mais crítico do que feminista, para que represente uma real contribuição à historiografia literária. (XAVIER, 1999, p. 20-21).

A esse respeito, Zinani salienta, ainda, que a crítica literária feminista configura-se, justamente, em “um dos elementos que concorreu para a discussão do cânone, ao levantar questões sobre o apagamento de autoras cuja produção apresentava qualidade estética suficiente para referendar sua inclusão nessa categoria. Os trabalhos de resgate e de análise de obras dessas autoras silenciadas redimensionaram os parâmetros de inclusão no cânone.” (ZINANI, 2012, p. 414). Ressalte-se, também, que, atualmente, não mais se considera um único cânone, e sim uma multiplicidade de cânones, e todos, sejam oficiais ou marginais, encontram-se “em processo e em permanente atualização” (MOREIRA, 2003, p. 92).

Assim, é extremamente relevante que os cursos de Letras insiram em seus currículos autores que, não obstante terem produzido um material de grande valor, encontram-se ausentes das discussões literárias no âmbito universitário. Urge que essas instituições de ensino superior oportunizem aos graduandos conhecer e debater o trabalho de escritores do quilate de Júlia Lopes de Almeida e outros tantos desvalorizados pela academia, para que, uma vez estando em sala de aula, possam levá-los a seus alunos da Educação Básica, prevenindo futuros esquecimentos e quebrando, por conseguinte, um círculo vicioso que pode ser perniciosamente duradouro.

Maria Julia Avelino Leite, que assinava as seções referentes à divulgação das escritoras desconhecidas em *A Sempre-Viva*, em determinado ponto pede desculpas pela escassez de dados.

Em certa medida, também é o caso desta pesquisa: um verdadeiro quebra-cabeça. Houve muita dificuldade para encontrar informações sobre as três irmãs, notadamente Sylvia e Lygia Carneiro, seja no Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná, no Colégio Estadual do Paraná, onde Lygia lecionou, e até mesmo no Centro Paranaense Feminino de Cultura, cuja biblioteca chama-se...Lygia Carneiro. Também desconhecida é a Pequena Academia de Letras e Artes, que, segundo informa *A Sempre-Viva*, chegou a ser presidida por Lygia.

Em uma das visitas ao Centro Paranaense Feminino de Cultura, conversei com Teresa Teixeira de Britto, ocupante da cadeira nº 23 da Academia Feminina de Letras do Paraná. Mesmo tendo escrito um livro que aborda a criação do Centro⁴⁸, ao qual Lygia Carneiro estava vinculada, Teresa ignorava a existência da Pequena Academia. Interessada em colaborar com esta pesquisa, explicou-me que a cadeira ocupada por ela tem como patrona Haydée Niclewicz Carneiro, nora de Petit Carneiro⁴⁹. Por intermédio desse conhecimento com a família Carneiro, Teresa colocou-me em contato com o Dr. Newton Carneiro Affonso da Costa, renomado cientista e filho de Sylvia. Assim, em conversa com ele, várias perguntas foram respondidas. Mas restavam ainda algumas dúvidas. Para saber a data exata do nascimento e falecimento de Lygia, por exemplo, fui até um dos cemitérios de Curitiba, onde está enterrada junto com os pais. Conversando com o Dr. Newton, descobri que há uma extensa correspondência entre Carmen e ele, doada ao Arquivos Históricos do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Unicamp. São cartas muito bonitas, trocadas durante décadas, e que revelam os meandros históricos do período. Mas a informação mais surpreendente de nossa conversa foi saber que, mesmo sendo filhas de um dos fundadores da Universidade do Paraná, quando Lygia e Sylvia expressaram o desejo de estudar nessa instituição, foram proibidas pelo pai, sob a alegação de que essa atitude não ficaria bem em moças.

Essa trajetória faz refletir sobre o quão esquecidas estão estas mulheres – mesmo Carmen Carneiro, que foi uma conhecida poetisa paranaense, não é citada por Nelly Novaes Coelho no seu *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*, e tampouco consta no Centro de Documentação de Literatura de Autoria Feminina Paranaense, vinculado à Universidade Estadual de Maringá.

⁴⁸ Trata-se do livro *Mulheres criando para curar*: Centro Paranaense Feminino de Cultura e o Posto de Puericultura Darcy Vargas, escrito com Beatrice Alves de Castro Souza.

⁴⁹ Informações constantes na publicação referente à posse de Teresa Teixeira de Britto e de Vera Buck, respectivamente ocupantes das cadeiras nº 23 e nº 6, da Academia Feminina de Letras do Paraná.

Em retrospecto, observa-se que a predição feita no número 13 da revista, à página 25, absolutamente não se concretizou: “«A Sempre-Viva» se regosija com a «Pequena Academia» que será grande um dia, saudando-a cordialmente e almejando-lhe um futuro glorioso.”

Infelizmente, longe da imortalidade, a posteridade trouxe um esquecimento quase que completo, mesmo na cidade que teria sido a primeira a empreender tal iniciativa, a esse grupo que tanto se empenhou em resgatar escritoras desconhecidas. Que este trabalho possa representar uma ínfima contribuição no sentido de reverter esse quadro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. Morro do Castelo. In: RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria das Culturas. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Arquivo da Cidade. *Memória da destruição: Rio – Uma história que se perdeu (1889-1965)*. Rio de Janeiro, 2002. p. 30. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204430/4101439/memoria_da_destruicao.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das noivas*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1896.

_____. *A isca*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1923.

_____. *Cruel amor*. São Paulo: Saraiva, 1963.

_____. *A falência*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

ALMEIDA, Margarida Lopes de. Biografia de Dona Júlia. In: ALMEIDA, Júlia Lopes de. *O funil do diabo*. Florianópolis: Mulheres, 2015. p. 177-207.

ALVES, Ivya. Eufrosina Miranda. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. v. 2. p. 970-994.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AULETE, Caldas. *Novíssimo Aulete: Dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (online). Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/wap/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Letras e política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha*. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.]. v. 1.

_____. *O segundo sexo*. 2. ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. v. 2.

BELLINE, Ana Helena Cizotto. Adelina Lopes Vieira. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. 2. ed. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc,

2000. v. 1. p. 469-483.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical* – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BONNICI, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá: Eduem, 2007.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 45. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRITTO, Teresa Teixeira de; SOUZA, Beatrice Alves de Castro. *Mulheres criando para curar: Centro Paranaense Feminino de Cultura e o Posto de Puericultura Darcy Vargas*. Curitiba: Gramofone, 2011.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. 2. ed. São Paulo: Summus, 2009.

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

CARNEIRO, Petit. Maternidade Paranaense. *Revista Myrto e Acacia*, Curitiba, 1914.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DE LITERATURA DE AUTORIA FEMININA PARANAENSE. Disponível em <<http://sites.uem.br/cedoc-lafep/indice-de-escriptoras/letra-a/adamacaggi-bruno-lobo>>. Acesso em 22 Jun. 2017.

COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo* – subsídios para a sua história. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002 a.

COELHO, Nelly Novaes et al. *Feminino singular*. São Paulo: GRD; Rio Claro, SP: Arquivo Municipal, 1989.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras, 2002 b.

_____. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (Orgs.). *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-38.

CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, Carlos. *A revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2012.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Marta Moraes da. *Palcos e jornais: representações do teatro em Curitiba entre 1900 e 1930*. Curitiba: Editora da UFPR, 2009.

DAL FARRA, Maria Lúcia. Gilka – a mulher proibida. In: RKAIN, Jamyle. (Org.). *Gilka Machado – Poesia completa*. São Paulo: Demônio Negro, 2017. p. 18-49.

DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

_____. *Histórias e conversas de mulher*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 223-240.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2. ed. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUARTE, Constância Lima. O Cânone e a autoria feminina. In: SCHMIDT, Rita Terezinha. (Org.). *Mulheres e literatura: (trans)formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997. p. 53-60.

_____. Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: diálogo e apropriação. In: RAMALHO, Christina. (Org.). *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo, 1999. p. 85-96.

_____. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003.

_____. Auta de Sousa. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. v. 2. p.759-772.

_____. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*. Dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

ECO, Umberto. *Sobre a literatura*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003.

EISENHART, Vanina. Primeira-dama tropical: a cidade e o corpo feminino na ficção de Júlia Lopes de Almeida. *Mester: University of California*, v. 35, p. 46-63, 2006. Disponível em <<http://escholarship.org/uc/item/1z32x3tt>>. Acesso em 22 Jul. 2016.

FENIANOS, Eduardo Emílio. *Centro, Aqui nasceu Kúr'ýt'ýba*. Curitiba: UniverCidade, 1996.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. 3. ed. São Paulo: Claridade, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. Tradução de Vivian Aranha Saboia. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 144-149.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOTLIB, Nadia Battella. Gilka Machado (1893-1980). *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin*. Disponível em <<http://www.bbm.usp.br/node/78>>. Acesso em 21 Mai. 2017.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Tradução de Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

JOZEF, Bella. A mulher e o processo criador (a máscara e o enigma). In: COELHO, Nelly Novaes et al. *Feminino singular*. São Paulo: GRD; Rio Claro, SP: Arquivo Municipal, 1989. p. 43-59.

KAMITA, Rosana Cássia. *Resgates e ressonâncias*: Mariana Coelho. Florianópolis, SC: 2004. 210f. Tese (Doutorado em Teoria Literária). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87728/208820.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Hucitec; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

LUCA, Leonora de. *O "feminismo possível" de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)*. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 12, p. 275-299, 1999.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MACHADO, Gilka. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília, INL, 1978.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp; Fapesp, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

_____. Imprensa em tempos de Império. In: _____; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 45-80.

_____. Imprensa, história e literatura: conjugando discursos. In: SIMÕES JUNIOR, Alvaro Santos; CAIRO, Luiz Roberto; RAPUCCI, Cleide Antonia. (Orgs.). *Intelectuais e imprensa: aspectos de uma complexa relação*. São Paulo: Nankin, 2009. p. 27-44.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MEIRELES, Elvira; SABÓIA, América da Costa; FERNANDES, Hellê Vellozo. *Antologia didática de escritores paranaenses*. Curitiba: Vicentina, 1970.

MENDES, Algemira de Macêdo. O lugar de Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira dos séculos XIX e XX. In: ZINANI, Cecil Jeanine Albert; SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. (Orgs.). *Da tessitura ao texto: percursos de crítica feminista*. Caxias do Sul: Educs, 2012. p. 51-73.

MENDES, Antonio Celso; STRAUBE, Ernani Costa; KARAM, Paulo Roberto. *Um século de cultura: história do Centro de Letras do Paraná – 1912-2012*. Curitiba: Núcleo de Mídia e Conhecimento/Estúdio Texto, 2013.

MENDONÇA, Cátia Toledo. Júlia Lopes de Almeida: a busca da liberação feminina pela palavra. *Revista Letras*: UFPR. Curitiba, n. 60, p. 275-296, jul./dez. 2003.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Prefácio. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 7-16.

MOREIRA, Maria Eunice. Cânone e cânones: um plural singular. *Letras*. Santa Maria, ano 13, n. 26, p. 89-94, jun. 2003.

MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. v. 2.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Entre quadrinhas e santinhos: a poesia de Auta de Sousa. *Travessia*: UFSC. Florianópolis, n. 23, p. 148-153, 1991.

_____. A questão do cânone. In: SCHMIDT, Rita Terezinha. (Org.). *Mulheres e literatura: (trans)formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997. p. 79-89.

_____. Maria Josefa Barreto. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999. v. 1. p. 75-79.

_____. Inês Sabino. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. 2. ed. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. v. 1. p. 591-599.

_____. Júlia da Costa. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. 2. ed. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. v. 1. p. 401-423.

_____. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 225-233, jan./jun. 2003. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/9494/8720>>. Acesso em: 31 out. 2016.

_____. Amélia Beviláqua. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. v. 2. p. 247-287.

_____. Francisca Júlia. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. v. 2. p. 603-625.

_____. Ibrantina Cardona. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. v. 2. p. 429-463.

_____. A liberdade na arte. *Cândido*. Curitiba, n. 04, p. 14-15, nov. 2011.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NUNES, Aparecida Maria. O olhar feminino sobre o oitocentos na imprensa de Dona Francisca Senhorinha. In: NUNES, Aparecida Maria; CARLAN, Cláudio Umpierre et al. *Olhares cruzados: percursos interpretativos*. Campinas: Pontes, 2014. p. 83-109.

PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. O olhar condescendente (crítica literária e literatura feminina no século XIX e início do século XX). *Travessia: UFSC*. Florianópolis, n. 21, p. 50-63, 1990.

_____. A liberdade na morte: Júlia Cortines (1868-1948). *Travessia: UFSC*. Florianópolis, n. 23, p. 198-208, 1991.

_____. A literatura feminina e o cânone. In: SCHMIDT, Rita Terezinha. (Org.). *Mulheres e literatura: (trans)formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997. p. 71-78.

_____. Júlia Cortines. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. v. 2. p. 477-483.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: PRIORE, Mary Del. (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi. (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PERROT, Michelle. Dramas e conflitos familiares. In: _____. (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. v. 4. p. 263-285.

_____. Figuras e papéis. In: _____. (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. v. 4. p. 121-185.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2. ed. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. *Casamento e sexualidade: a construção das diferenças*. Florianópolis: Mulheres, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: _____; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 469-512.

PRIORI, Angelo et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX* [on line]. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/k4vrh/pdf/priori-9788576285878.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é positivismo*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria das Culturas. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Arquivo da Cidade. *Memória da destruição: Rio – Uma história que se perdeu (1889-1965)*. Rio de Janeiro, 2002. 64 p. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204430/4101439/memoria_da_destruicao.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SALOMONI, Rosane Saint-Denis. Introdução. In: ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Memórias de Marta*. Florianópolis: Mulheres, 2007.

SANTOS, Salette Rosa Pezzi dos. *Duas mulheres de letras: representações da condição feminina*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Da ginolatria à genologia: sobre a função teórica e a prática feminista. In: FUNCK, Susana Bornéo. (Org.). *Trocando ideias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 23-32.

_____. Delfina Benigna da Cunha. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. 2. ed. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. v. 1. p. 119-144.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. (Orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SHARPE, Peggy. Júlia Lopes de Almeida. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras*

brasileiras do século XIX. Vol. II. Florianópolis, Santa Cruz do Sul: Mulheres, Edunisc, 2004. p. 188-238.

SILVA, Juliana de Souza da. *Uma leitura de Cristais Partidos*, de Gilka Machado, pelo viés do imaginário. Rio Grande, RS: 2014. 144f. Dissertação (Mestrado em História da Literatura). Universidade Federal do Rio Grande, FURG. Disponível em <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6102/Juliana%20Souza%20Silva.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

SOARES, Pedro Maia. Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835–1945). In: BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. (Orgs.). *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Brasiliense, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. Em avanços sutis, as rupturas. In: RIAL, Carmen Sílvia Moraes; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. (Org.). *Genealogias do silêncio: feminismo e gênero*. Florianópolis: Mulheres, 2004.

STEIN, Ingrid. *Figuras femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

TACQUES, Alzira Freitas. *Perfis de musas, poetas e prosadores brasileiros*. Porto Alegre: Thurmann, 1956.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del. (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi. (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

_____. Augusto Comte e a mulher: o feminino na Primeira República. In: _____; MARTINS, Ana Paula Vosne. (Orgs.). *Mulheres na história: Paraná – Séculos 19 e 20*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. Cursos de Pós-Graduação, 1997.

VARGAS, Túlio; HOERNER JÚNIOR, Valério; BÓIA, Wilson. *Biobibliografia da Academia Paranaense de Letras*. Curitiba: Academia Paranaense de Letras, 2011.

VASCONCELLOS, Eliane. Áurea Pires. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. v. 2. p. 738-758.

_____. Maria Zalina Rolim. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. v. 2. p. 495-514.

_____. Prisciliana Duarte de Almeida. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. v. 2. p. 407-428.

VERISSIMO, Erico. *O tempo e o vento – O continente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. v. 2.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 2. ed. Curitiba: Editora dos Professores, 1968.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOOLF, Virginia. *O valor do riso e outros ensaios*. Tradução de Leonardo Froés. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

XAVIER, Elódia. Para além do cânone. In: RAMALHO, Christina. (Org.). *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo, 1999. p. 15-22.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Crítica feminista: uma contribuição para a história da literatura. In: IX Seminário Internacional de História da Literatura, 2011, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre: PUCRS, 2012. p. 407-415.

_____. Escrita e leitura: o gênero em questão. In: _____; SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. (Orgs.). *Da tessitura ao texto: percursos de crítica feminista*. Caxias do Sul: EducS, 2012. p. 309-323.

_____. Estudos culturais de gênero e estética da recepção: leitura na perspectiva feminina. *Nonada Letras em Revista*. Porto Alegre, ano 15, n. 19, p. 145-157, 2012.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. In: BONICCI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (Org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009. p. 327-336.

FONTES

JORNAIS: *O Dia* (PR)

Commercio do Paraná

Diário da Tarde (PR)

ANEXO A – TABELA COM AS EDIÇÕES E DATAS DE A *SEMPRE-VIVA*

NÚMERO	DATA
1	15 de maio de 1924
2	15 de junho de 1924
3	NÃO LOCALIZADO
4	15 de agosto de 1924
5	15 de setembro de 1924
6	15 de outubro de 1924
7	15 de novembro de 1924
8	15 de dezembro de 1924
9	15 de janeiro de 1925
10	15 de fevereiro de 1925
11	15 de março de 1925
12	15 de abril de 1925
13	15 de maio de 1925
14	15 de junho de 1925
15	15 de julho de 1925
16	15 de agosto de 1925
17	15 de setembro de 1925
18-19	15 de outubro/novembro de 1925
20	15 de dezembro de 1925

**ANEXO B – BIOGRAFIAS RESUMIDAS DOS MEMBROS DA FAMÍLIA
CARNEIRO**

Abdon Petit Guimarães Carneiro: nasceu em Paranaguá, em 29 de outubro de 1876, e faleceu em Curitiba, em 24 de fevereiro de 1940. Médico, foi um dos fundadores da Universidade do Paraná, em 1912. Pai de Milton, Lygia, Sylvia e Carmen. Casado com Francisca (Chiquita) Erichsen Carneiro, que, segundo o Dr. Newton Carneiro, era contraparente da educadora Emilia Erichsen.

Milton Ericksen Carneiro: nasceu em Paranaguá, em 16 de outubro de 1902, e faleceu em Curitiba, em 22 de janeiro de 1975. Médico, professor da UFPR e poeta. Dá nome a uma escola estadual de Curitiba. Segundo a *Biobibliografia da Academia Paranaense de Letras* (2011), são de sua autoria os poemas *Procissão dos Eus*, *Sou* e *Jogo da Vida*, de estética modernista (p. 158). Primeiro ocupante da cadeira 21 da Academia Paranaense de Letras.

Lygia Carneiro: nasceu em 14 de dezembro de 1905 e faleceu em 19 de abril de 1957. Enterrada com o pai e com a mãe, no Cemitério São Francisco de Paula, mais conhecido como Cemitério Municipal de Curitiba. Dá nome a uma escola municipal da capital paranaense. Secretária do Instituto Menssing (escola de música), na Rua XV de Novembro (segundo o Dr. Newton Carneiro, localizava-se nas proximidades da Confeitaria Schaffer, porém do outro lado da rua, nas adjacências da antiga Livraria Ghignone). Dedicou-se intensamente ao magistério, sendo professora no Liceu Rio Branco, professora de Português no Centro Paranaense Feminino de Cultura e no Colégio Estadual do Paraná. Dá nome à biblioteca do Centro Paranaense Feminino de Cultura. Patrona da cadeira 14 da Academia Feminina de Letras do Paraná, atualmente ocupada pela Dra. Luci Collin, professora da UFPR. Também escrevia na coluna feminina de *O Dia*.

Carmen Carneiro: Seu aniversário é em 13 de janeiro, segundo *O Dia*, número 133, p. 5. Como nasceu no mesmo ano de Helena Kolody, conclui-se que foi em 1912. Autora de *Vozes no silêncio* (1957); *Poemas* (1960); *Poemas escolhidos* (1996); *Plenitude* (1969), ao qual faz referência na carta enviada ao sobrinho Newton, em 20/09/1969: “o livro está ficando maior do que eu”; “é leitura para adulto[...]. É o maior elogio que posso desejar. Todos o acham profundo. Vivido e sofrido ele o foi bastante.”; *Exílio* (1966) e *Luz e Sombras* (1998). O número 11271 do jornal *O Dia*, de 18/10/1959, traz uma pequena biografia de Carmen Carneiro. Estudou na “Escola Americana” (como referido em *A Sempre-Viva*). Professora de inglês. Estreou como poetisa na Página Literária do jornal *O Dia*. Colaboradora da revista “Prata de Casa”, dirigida pelo poeta Léo Júnior. Esse artigo menciona a obra inédita “Ao léo das águas”.

Sylvia Carneiro: Segundo o jornal *O Dia*, número 611, de 02.07.1925, seu aniversário é em 02 de julho (ainda não foi possível precisar a data, mas, de acordo com o Dr. Newton Carneiro, ela e Carmen tinham dois anos de diferença. Portanto, o ano de 1910 é uma estimativa razoável): “Uma das mais brilhantes figuras do mundo intellectual feminino de nossa terra, é directora da magnifica revista “Sempre Viva” e da pagina semanal desta folha, ‘O Dia feminino’”. Aluna de Dario Vellozo. Professora de francês e português (Margarita Sansone, esposa do prefeito Rafael Greca de Macedo, teria sido sua aluna). Traduziu “Os versos de ouro”, de Pitágoras, para o português.

A edição número 9770 do *Diário da Tarde*, de 18 de fevereiro de 1927, na página 5, noticia o enlace matrimonial de Sylvia Carneiro e Dimas Cahy Affonso da Costa, ocorrido “terça-feira, nesta capital, na residencia dos paes da noiva, á Rua Brigadeiro Franco, 61”. Esse era um dos endereços indicados pelas redatoras de *A Sempre-Viva*. Leocadio Correia e esposa foram padrinhos da noiva, e Octavio Coelho e senhora os do noivo.

A coluna “High Society” do *Diário da Tarde* de 07/03/1960 (número 20297, p. 6), assinada por Calil Simão, comenta o livro *Coisas da cidade*, de Evaristo Biscaia, salientando os trechos que fazem referência ao “Grêmio das Violetas”, vinculado ao Clube Curitibano, fundado, à época, há mais de 50 anos. Nessa coluna, lê-se que “esse Grêmio tem um passado glorioso e as reuniões por êle patrocinadas, são até hoje lembradas com carinho e saudade”, e que, dentre “as flôres do jardim curitibano e que perfumaram os salões de festa” estava a senhorita Sylvia Carneiro.

Dr. Newton Carneiro Affonso da Costa – filho de Sylvia, nascido em setembro de 1929. Filósofo, engenheiro e matemático. Professor da UFPR, USP e Unicamp, dentre outras universidades de prestígio. Principal criador da lógica paraconsistente.

**ANEXO C – FOTOGRAFIA DE LYGIA CARNEIRO (TIRADA NA
BIBLIOTECA LYGIA CARNEIRO, NO CENTRO PARANAENSE FEMININO DE
CULTURA, EM CURITIBA/PR)**

